

Guilherme Meirelles da Costa

A formação política de João Pinheiro da Silva

Belo Horizonte
Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais
2006

Guilherme Meirelles da Costa

A formação política de João Pinheiro da Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História

Orientadora: Prof^ª Eliana de Freitas Dutra

Belo Horizonte
Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais
2006

Dissertação defendida e aprovada em de novembro de 2006 pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof^a Eliana de Freitas Dutra - Orientadora

Sumário

Resumo	3
Nota biográfica	4
Introdução	7
Capítulo I	24
João Pinheiro na historiografia: uma revisão Bibliográfica	
Capítulo II	70
Parte I	
A Família	
Parte II	82
A formação política de João Pinheiro entre a tradição e o moderno	
O Seminário de Mariana e a cultura política republicana mineira	
Capítulo III	125
A Escola de Minas e a formação política de João Pinheiro	
Capítulo IV	147
São Paulo e a formação política de João Pinheiro	
Conclusão	175
Abstract	184
Fontes/Documentos	185
Referências.....	192

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A formação política de João Pinheiro da Silva

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Guilherme Meirelles da Costa

A pesquisa investiga a formação política de João Pinheiro da Silva (1860-1908). Compreende os anos de 1868 a 1888. Busca-se o significado de educação oferecida pelas instituições de ensino pelas quais passou (Seminário de Mariana, Escola de Minas de Ouro Preto e Faculdade de Direito de São Paulo) e as influências das disputas político-ideológicas travadas àquele tempo. O espaço mineiro, com suas especificidades regionais, sua tradição republicana ligada ao autogoverno, à liberdade positiva, à Revolução Americana e ao Humanismo Cívico, contribui para sua formação política. A Escola de Minas de Ouro Preto incutiu-lhe o espírito da ciência e da razão e os primeiros contatos com o ideário positivista.. Em São Paulo, ao conquistar o título de bacharel em ciências jurídicas, surge a perspectiva de adentrar na esfera das elites políticas,. O contato com grupo de positivistas da Escola Normal marca sua formação política. Na cidade, inicia a ação política, associando-se ao Clube Republicano Mineiro de São Paulo. Documentos do arquivo privado, discursos, entrevistas e artigos de autoria de João Pinheiro são analisados. As referências incluem títulos sobre os conflitos políticos, as mudanças socioeconômicas e as instituições a que esteve ligado, além das publicações sobre ele. A Escola de Minas de Ouro Preto sofreu influências positivistas. Henry Gorceix, o fundador e, diretor da Escola por todo o período imperial, manteve vínculos com a elite mineira, e não apenas com o poder central. A educação ali recebida foi a que marcou de modo mais profundo João Pinheiro. Como resultado de sua formação política, estabeleceu um pensamento, fundindo o republicanismo e o positivismo, em que preconiza a ação do Estado que intervém de forma indireta na esfera privada, objetivando o desenvolvimento econômico. Coloca-se entre a teoria liberal e a do Estado-providência.

Nota biográfica

Filho de José Pinheiro da Silva, nome adotado no Brasil pelo imigrante italiano Giuseppe Pignataro, caldeireiro de profissão, e de Carolina Augusta de Moraes, filha de um professor de primeiras letras, João Pinheiro da Silva nasceu em 16 de dezembro de 1860. Além de João Pinheiro da Silva, o casal teve outros dois filhos, um dos quais morreu com apenas alguns meses de vida, e José Pinheiro da Silva, nascido em 1856. A família viveu no Serro até o ano de 1870, quando a morte do pai em viagem ao Rio de Janeiro fez com que a viúva e seus dois filhos vivessem com parentes em outras cidades de Minas, até se estabelecerem na terra natal de D. Carolina, Caeté.

Em permanente dificuldade financeira, D. Carolina envia os filhos para serem educados no Seminário de Mariana. José é ordenado padre em 1879, mas João prefere prestar os exames e ingressar na Escola de Minas de Ouro Preto, o que ocorre em 1881. Porém, após a conclusão do segundo ano, desiludido com as perspectivas oferecidas pela formação que escolhera, decidiu-se transferir para a Faculdade de Direito de São Paulo.

Em 1883 inicia o curso jurídico, contando com a ajuda do irmão para se manter. Com dificuldades financeiras, consegue, no ano seguinte, um lugar como zelador e preparador do laboratório de física e química da Escola Normal de São Paulo e, em 1885, é nomeado professor da instituição. Dessa forma, até receber a carta de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1887, permanece em contato com as ciências, as quais fora apresentado na Escola de Minas.

Ainda estudante em São Paulo, um ano antes do término de seu curso, alista-se como eleitor e, em seu título, faz questão de ostentar a inscrição: “Diploma de eleitor republicano”. Publica artigos em jornais defendendo a mudança do regime político e participa da criação do Clube Republicano Mineiro em São Paulo. Apaixona-se por uma

aluna da Escola Normal, filha de poderoso fazendeiro paulista que se antepõe aos planos do casamento.

Com a desilusão dos planos do casamento e já formado, muda-se para Ouro Preto, passando a exercer a profissão de advogado. Em junho de 1888 participa como secretário da primeira reunião do Partido Republicano da Capital e da delegação mineira que comparece, em julho do mesmo ano, ao Congresso Republicano no Rio de Janeiro. No ano seguinte, consolida-se como um dos principais propagandistas em Minas da mudança do regime político do país, fundando o jornal *O Movimento*, e ajudando a organizar as ações pró-república nas diversas localidades do estado.

Com a Proclamação da República em 1889, passa a ser liderança natural do novo regime em Minas. Em 21 de janeiro do ano seguinte é nomeado secretário e primeiro vice-governador de Minas e, em 25 do mesmo mês, se casa com Helena de Barros, cujo pai havia reconsiderado a oposição ao casamento dias após a derrocada da monarquia. Em abril, com a nomeação do então governador de Minas, Cesário Alvim, para o ministério do interior do governo provisório, assume o governo do estado. Eleito deputado ao Congresso Constituinte, faz parte da comissão de 21 deputados que estuda e encaminha ao plenário o projeto constitucional.

Nesses primeiros anos da República, João Pinheiro participa ativamente da formação do novo regime ajudando a estabilizar o processo de disputa política em Minas por meio da política de conciliação, defendendo o projeto de construção de uma nova capital, demonstrando a necessidade de respeito às eleições, à liberdade de opinião e buscando realizar plenamente a separação entre o Estado e a Igreja, até que em 1894 afasta-se da política dedicando-se ao projeto de implantar uma fábrica de cerâmica em Caeté.

Passa, então, a cuidar de seus interesses privados, levando à frente a Fábrica de Cerâmica de Caeté, cuidando de incrementar também os negócios ligados a agricultura e pecuária em suas terras. Contudo, apesar de sua distância da grande política mineira e brasileira, continua mantendo contatos políticos. Além disso, ocupa o lugar de líder político de Caeté, defendendo um projeto de desenvolvimento econômico para o município.

Em 1903, sendo governador de Minas Francisco Sales, Pinheiro retorna à política em grande estilo presidindo o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial, evento que marca o lançamento de um novo projeto político para o Estado.

Três anos mais tarde, é eleito governador na sucessão de Sales. Em seu governo buscou implantar um projeto de modernização, que, se por um lado havia sido forjado no congresso de 1903, por outro já podia ser identificado em grande parte em sua primeira passagem à frente do governo após a Proclamação.

Sua gestão será marcada pela mobilização da elite política mineira em prol de um projeto de modernização econômica, em que o Estado tem papel central. Porém, com sua morte em 1908, o projeto em marcha não é plenamente executado.

Introdução

A formação política de João Pinheiro da Silva é o objeto de nosso trabalho. Como primeiro passo deve-se esclarecer qual o entendimento ou, melhor, a significação que pretendemos, ao nos referirmos à noção de “formação política”. A escolha que fizemos para abordar o objeto foi a de colocar como foco central da pesquisa o que consideramos a base da formação política de Pinheiro.

Esta delimitação, sobretudo, busca lidar com a questão que se coloca ao refletirmos sobre a formação de um indivíduo: ela nunca está finda, é contínua. Enquanto se vive, se experiencia; estamos todos nos formando, conformando, mudando ou reafirmando nossos valores, idéias, sonhos e projetos. Mas acreditamos que, em dado momento da vida dos indivíduos, podemos dizer que o cerne de sua formação se encontra sedimentada. Com isso, ressaltamos, não queremos passar a idéia de um momento no qual tudo está resolvido, onde estão decididas todas, ou a maioria das questões. Ao contrário, novas situações e idéias fazem com que tomemos novas posições ou, como já dito, reafirmemos, algumas vezes com alterações, nossos valores.

Em João Pinheiro, acreditamos que o cerne de sua formação política encontra-se já madura no momento em que retorna a Minas, em 1888, formado na Faculdade de Direito de São Paulo ou, dito de outra forma, as “...*linhas mestras de seu pensamento político estavam formadas: republicano, abolicionista e positivista.*”¹ Esta convicção parte, também, da constatação de que, logo após seu regresso, apesar de moço (estava então com 27 anos), ao engajar-se no movimento republicano, torna-se o principal ativista da causa na província.

¹ BOMENY, Helena. O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 138

Mais do que isto, é capaz de, em conjunto com alguns companheiros, mas indubitavelmente liderando as ações², realizar, no mesmo ano, um congresso republicano na então capital, Ouro Preto, aglutinando os republicanos das diversas localidades da província. Isto, em uma conjuntura difícil, em que existiam divergências quanto à estratégia a seguir para conseguir atingir o objetivo de mudar o regime. Também levamos em consideração que o movimento republicano na província contava com homens experimentados, que se debatiam pelo ideal há muitos anos e, mesmo assim, de certa forma, aceitam se congregarem sobre a liderança daquele jovem.

Pinheiro torna-se então membro da Comissão Central Permanente do Partido Republicano de Minas, que havia sido fundado em reunião por ele secretariado. O jornal oficial do partido na província, subvencionado pelas agremiações republicanas das diversas cidades de Minas, é por ele fundado e sob sua responsabilidade, como redator e principal articulador, passa a circular no ano seguinte.

Com a Proclamação da República em 15 de novembro, em clara demonstração da liderança que havia assumido, é chamado para secretário do governo de Minas e primeiro vice-presidente. Logo em seguida, com a ida de Cesário Alvim, então governador, para ocupar cargo no governo federal, assume o governo do Estado.

Com base nesta trajetória política meteórica a partir de sua volta a Minas, concluímos que sua formação política, no momento do regresso, já está consolidada, por isso, escolhemos este momento como marco final para a pesquisa. Portanto, nossa investigação terá como marco final o momento de sua formatura na Faculdade de Direito de São Paulo ocorrida poucos meses antes de seu regresso a Minas.

² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 3^a. ed., 1977. p. 198-199

O marco inicial de nossa pesquisa coincide com o nascimento do personagem. Isto se deve a acreditarmos que o ambiente familiar e, mais do que isso, a posição social da família e os recursos disponíveis, não só em termos materiais, mas de relacionamentos, influenciaram a formação política de João Pinheiro.

A escolha por se debruçar sobre a formação política se deve principalmente por ser esta a questão menos explorada na bibliografia sobre o personagem. Existe uma grande produção bibliográfica sobre Pinheiro. Dividimos a produção bibliográfica em três momentos distintos: o primeiro refere-se à produção efetuada quando Pinheiro atuava na vida pública ou no momento de sua morte; o segundo, reúne escritos produzidos entre as décadas de 1940 e 1970, quando seus descendentes atuavam na vida pública mineira; o terceiro, trabalhos confeccionados no ambiente acadêmico, a partir da década de 1970. Trataremos dos escritos sobre João Pinheiro na parte seguinte, onde examinaremos a bibliografia e posicionaremos nosso trabalho diante das formulações já existentes.

Nosso trabalho pretende demonstrar a importância do período anterior ao ingresso de João Pinheiro na Faculdade de São Paulo para sua formação política, fato pouco notado pela bibliografia que trata de sua trajetória. O ambiente mineiro e, mais especificamente, uma tradição republicana mineira, que tem sua gênese na Inconfidência de 1789, influencia profundamente na formação política de Pinheiro. Esta tradição, diferente do liberalismo clássico que visa sobretudo colocar limites ao poder do governo, tem como objetivo a participação do cidadão nas decisões da comunidade política a qual pertencem.

Defenderemos também que, em Minas, especialmente em Mariana e em seu Seminário, onde estudou Pinheiro, dois ideários se chocam. De um lado uma modernização em curso, devido à expansão do sistema capitalista, dos países centrais para os países periféricos, transformando a sociedade ocidental, com reflexos no Brasil e, em Minas. De outro, o

movimento ultramontano da Igreja Católica que tinha o objetivo de se opor a estas transformações em curso, defendendo os valores e idéias tradicionais ou seja, a manutenção da tradição. Mariana será o centro irradiador desta doutrina católica e, por este motivo, ser católico naquelas circunstâncias significava se opor à modernização. Diante destes dois movimentos, João Pinheiro escolherá o novo, o moderno.

Neste momento de sua vida, em fins da década de 1870, já se encantara pelos ideais republicanos. O ambiente das cidades mineradoras, a permanência da tradição republicana, seja pela memória e transmissão dos mais velhos, seja pelas referências nos debates veiculados pelos órgãos de imprensa, fazia com que o jovem se voltasse para o exemplo dos movimentos republicanos mineiros de outrora. A Inconfidência de 1789 e o levante liberal de 1842, simbolizados pelas figuras de Tiradentes e Teófilo Otoni, marcam profundamente a formação política republicana de João Pinheiro.

Em um ambiente como o do Seminário de Mariana, a educação visava, dentre outros objetivos, formar homens fiéis à doutrina da Igreja Católica Romana contrapondo-se aos ideais iluminista e a um republicanismo radical, vinculados à imagem daqueles ídolos do passado. Enquanto se estudava no Seminário textos que contavam a história da luta da Igreja contra o “philosophismo” (como se refere às idéias iluministas, autor indicado para leitura) ouvia-se, por outro lado, sobre os feitos heróicos de Tiradentes e do grupo de inconfidentes que tinham exatamente nestes ideais sua inspiração contra os quais se insurgiam os papas.

Assim, João Pinheiro, entre estas duas opções que se colocam, entre a defesa da tradição católica, contra a modernidade e a modernização, e, o caminho do moderno, do império da razão, da ciência, da laicização, opta pelo segundo. O conceito de moderno a que nos referimos diz respeito ao processo de racionalização da vida no ocidente, levando a

transformações nas esferas da economia, da política e da cultura. Para nosso trabalho interessa o uso que se passou a fazer do termo a partir do século XVI, em oposição ao medieval, pelos homens que acreditavam estar vivendo em um mundo novo – moderno. Também fazem parte das características deste conceito de moderno com o qual lidamos o “*desencantamento do mundo*”, proveniente da ascensão da ciência e do reinado da razão. No campo econômico, a racionalização materializa-se no capitalismo que desde o século XVII até nossos dias, aprofunda-se, sofre mutações. A moral e a ciência desvinculam-se dos limites impostos pela religião.

O Iluminismo é visto, geralmente, como o início deste processo de racionalização, de secularização e laicização do mundo. O projeto iluminista visava modernizar o mundo através da racionalização das ações humanas.³ Porém, acreditamos que a melhor leitura do “moderno” ou, modernidade, encontra-se na formulação que aponta um processo iniciado no século XVI e que, continuando em nossos dias, pode ser mais bem estudado se dividido em fases. Isto é o que faz Marshall Berman em *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*.⁴

Uma das características apontadas como centrais da modernidade, a partir da segunda metade do século XVIII em diante é o estabelecimento do indivíduo *como unidade de referência para o corpo social inteiro*. O indivíduo, em contraste com a hierarquizada sociedade do Antigo Regime, define-se como cidadão livre e há um aprofundar-se da noção individualista de pessoa.⁵ Interessa-nos sobretudo, a mais visível das transformações

³ SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. Pp. 298-300

⁴ BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁵ VALLENILLA, Nikita Harwich. Venezuelan Positivism and Modernity. **Hispanic American Historical Review**, vol 70, n. 2, may, 1990. p. 327

modernas ocorridas no Brasil, assim como em toda a América Latina, na segunda metade do século XIX, período em que se deu a formação política de João Pinheiro.

Neste momento, a Europa Ocidental entrou em um “estágio maduro” da Revolução Industrial o que afetou profundamente a América Latina. A região foi inundada de forma sem precedentes pelas reservas de capital, conhecimento empresarial e tecnológico avançados, advindos dos países da Europa Ocidental.⁶ A face de maior visibilidade deste processo encontrava-se nas ferrovias. A implantação dos trilhos trazia uma gama de outras transformações.⁷ Em meados do século XIX, as ferrovias chegavam em conjunto com outras inovações nascidas da Revolução Industrial, mudando o panorama das regiões em que se instalava e demonstrando as possibilidades do mundo moderno que se construía.⁸

No Brasil, após 1850, dá-se o início da expansão econômica a construção de ferrovias, os avanços tecnológicos nos aparatos de impressão de jornais e o surgimento do telégrafo impulsionam mudanças que se aprofundam de modo mais visível no começo da década de 1870 quando é colocado em marcha um projeto de modernização do país. Este processo, fará com que as promessas do “mundo moderno” estejam ao alcance da visão dos brasileiros da época, dentre os quais João Pinheiro. Neste ambiente é que escolhe o “moderno”, deixando para trás o Seminário de Mariana e o movimento de resistência à modernização, promovido pela Igreja Católica.

Segue então para Ouro Preto, para estudar na escola que, àquele momento, representava o novo, o desejo de modernização em Minas: a Escola de Minas de Ouro Preto. O Seminário de Mariana, assim como o aprendizado das primeiras letras, ministrado pelo tio e, pelos

⁶ O'BRIEN, Thomas F. The Antofagasta Company: A Case Study of Peripheral Capitalism. **Hispanic American Historical Review**, vol 60, n. 1, february, 1980. p. 1

⁷ COATSWORTH, Jonh H. Railroads and the Concentration of Landownership in the Early Porfiriato. **Hispanic American Historical Review**, vol 54, n. 1, february, 1974. p. 48-49

padres, havia se apresentado como a única forma de se educar, em face da difícil condição financeira da família. Mas, tendo, além do estudo formal, buscado ler outros autores, familiarizando-se com as idéias filosóficas em voga à época, o rapaz podia escolher e tinha como se sustentar dando aulas na então capital.

Em Ouro Preto, freqüenta como ouvinte às aulas na Escola de Minas e luta para sustentar-se com os rendimentos das aulas que ministra. O ambiente é de inovação, o que há de mais moderno em termos de idéias científicas à época, com um modelo de educação que, ao contrário da tradição das outras instituições brasileiras, busca aliar o ensino teórico à prática. Henri Gorceix, fundador da Escola de Minas de Ouro Preto, protegido de D. Pedro II, luta para instaurar um sistema de ensino diferente do usual em terras brasileiras. Fundada em 1876, ainda sob a égide da tentativa modernizadora empreendida pelo Gabinete Rio Branco, a instituição enfrentará resistências devido aos padrões de ensino inovadores para a época, no país.

Com habilidade, Gorceix, conjugando apelos a seu patrono D. Pedro II e a busca de apoio na elite mineira, consegue implantar grande parte das inovações pretendidas. A Escola de Minas se tornará um marco, no que diz respeito a uma nova forma de ensino, preocupada com a prática, com a realidade nacional e, sobretudo mineira e, comprometida com a transformação da realidade econômica. Pinheiro encaminha-se para a instituição apenas quatro anos após a inauguração da escola e muitos são os problemas. O principal deles, a falta de colocação para os estudantes diplomados. No plano apresentado por Gorceix para a instalação da escola, prevendo esta dificuldade, encontrava-se a proposta do

⁸ MATTOON JR, Robert H. Railroads, Coffe, and the Grwth of Big Business in São Paulo, Brazil. **Hispanic American Historical Review**, vol 57, n. 2, may, 1977. p.273

comprometimento da contratação pelo Governo dos formados na Escola de Minas. Mas, dentre os vários pontos em que teve de ceder, este se inclui.

Por este motivo, a falta de emprego para os formados em engenharia de minas, Pinheiro deixará a escola. Mas, nos anos que ali permaneceu, aprofundou os estudos de ciências e, mais importante, impregnou-se de racionalismo e de um espírito prático, duas das características do que ficaria conhecido como “espírito de Gorceix”. Além disto, na mesma época em que frequentou a escola, encontravam-se estudando na instituição uma série de indivíduos com os quais, mais tarde, quando regressa a Minas, em 1888, integrará o núcleo do grupo republicano da capital.

Será de fundamental importância para a formação política de João Pinheiro uma *tradição republicana mineira* da qual se impregnará desde sua mocidade, na vivência nas cidades da região mineradora, seja nos tempos do Seminário de Mariana ou da Escola de Minas de Ouro Preto. Defenderemos em nosso trabalho que João Pinheiro, influenciado por esta *tradição* aliada à uma apreensão peculiar dos ideais positivistas, lança as bases de uma cultura política republicana, específica de Minas. Foge aos limites de nosso tema avançar século XX adentro. Porém, vale apontar como representante desta cultura política, provando a marca deixada pela ação pública de Pinheiro, Juscelino Kubitschek.⁹

Em uma das referências básicas para a formatação dos estudos de cultura política *The Patterns of Culture* de Ruth Benedict (1934), a “...cultura era entendida (..) como uma articulação de padrões de comportamentos apreendidos socialmente através de processos

⁹ Esta afirmação, da ligação entre JK e João Pinheiro, já foi feita por alguns autores. Ver, por exemplo: CHACON, Vamireh. A Genealogia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro: João Pinheiro, Vargas, JK e Israel Pinheiro. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. pp. 193-215

de transmissão de tradições e idéias...”. A mesma autora afirmava que “...indivíduo e sociedade reforçam-se mutuamente, não constituindo entidades distintas.”¹⁰

A trajetória de um indivíduo, na perspectiva dos estudos de cultura política, buscaria “...repensar modelos macro-históricos e por considerar a «experiência» dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o entendimento dos processos sociais...”¹¹, estaria também contribuindo com os estudos que decidem por privilegiar abordagens mais amplas. Grande parte do esforço da historiografia política brasileira das últimas décadas que trata do período da gênese da República no país, se volta para o entendimento do comportamento dos grupos e ideais mais amplos que disputavam o poder. Estes esforços vêm oferecendo contribuições inestimáveis ao avanço do conhecimento sobre o período, mas ao buscar uma visão ampla, seja em termos de grupos maiores ou das grandes estruturas, deixam de lado as particularidades ou diferenças. Este espaço é que pode ser preenchido pelo estudo da formação política de homens como João Pinheiro, representativos de um grupo ao mesmo tempo em que portadores de uma visão singular da política e das estratégias que convinham para sua condução.

O trabalho que parte do indivíduo, seja para análise de sua formação política, como em nosso trabalho, seja para análises que não se inserem no campo da política, vale-se de reflexões acerca da trajetória individual, do gênero biográfico. Existe unanimidade quanto a um aspecto do caminho do fazer historiográfico que desembocou neste interesse pelo indivíduo: a crise de paradigmas no campo da história, acontecida, principalmente, a partir dos anos oitenta.

¹⁰ KUSCHNIR, Karina, CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, 1999, P. 2

¹¹ GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro n. 21, 1988. p. 6-7.

O estruturalismo em crise permitiu o avanço deste tipo de estudos, com o recuo da história serial e quantitativa e o avanço dos estudos de caso e da micro-história. O resgate de trajetórias individuais seria uma reação ao tipo de história empreendida, tanto dentro de uma perspectiva marxista, quanto na perspectiva da longa duração, por exemplo, de Braudel.¹² Em 1989, em editorial a Revista *Annales*, reflete sobre a trajetória que, da década de 1950 em diante, levou à busca por um fazer historiográfico “científico”. Reconhece então o fim desta ambição pois, “...um processo social reenvia a uma multidão de experiências existenciais, individuais e irredutíveis [...] Como todo discurso científico, a história só produz comentários, modelos de inteligibilidade.”¹³

Neste caminho, Vavy Pacheco Borges, em *Grandezas e misérias da biografia*, lembra que para todo fato pode existir mais de uma versão não sendo possível então, falar em *uma única Verdade*. Afinal, o máximo a que se pode pretender um trabalho de história é com a construção de uma “representação”. Atualmente, a verossimilhança, *o que é possível ou provável*, passou a estar no centro das preocupações do historiador. Dentro disto, o importante é deixar claro ao leitor o que é comprovado pelos documentos, o que se supôs a partir de dados incompletos ou as afirmações baseadas na intuição do historiador. Se, escreve-se sobre um indivíduo famoso, diz a autora, o primeiro passo é analisar o que já foi escrito sobre ele.¹⁴ Acolhendo esta recomendação, começaremos nosso trabalho, dedicando o primeiro capítulo à análise dos escritos sobre João Pinheiro.

Voltemos porém à questão da *cultura política mineira*. Luiz Werneck Vianna e Maria Alice Rezende de Carvalho, em *República e Civilização Brasileira*, alegam que o renascimento

¹² SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 10, no. 19, 1997. p. 5

¹³ Citado em : REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 87

do conceito de cultura política deve-se à constatação de que o “...*Estado democrático de direito, forma em que se apresenta o sistema republicano nas sociedades contemporâneas, depende de uma cultura política.*”¹⁵ O sistema democrático depende da participação do cidadão o que, por sua vez, vincula-se a uma “*cultura política fundada sobre a liberdade.*”¹⁶ Defenderemos em nosso trabalho que João Pinheiro teve como das principais características de sua formação política a influência de uma tradição política mineira, *fundada sobre a liberdade.*

Para nossas formulações acerca desta *tradição republicana mineira* será de fundamental importância as formulações de historiadores das idéias que resgataram um sentido de República vinculado à liberdade, em oposição ao liberalismo. Quentin Skinner em entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, recupera do Renascimento a teoria de cidadania ausente dos debates atuais, que envolve a noção de dever como prioritária “...*e em que o cidadão não era visto como um simples consumidor do governo.*”¹⁷ Tendo como objetivo questionar o liberalismo clássico onde o melhor governo – no sentido de garantir a maior liberdade – é aquele que exerce a menor coerção, Skinner apresenta “...*esse outro modo de pensar sobre as mesmas questões e revelá-lo como algo que lamentavelmente perdemos de vista, apesar de ser parte de nossa própria tradição.*”¹⁸

¹⁴ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da Biografia. In. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. Pp. 216-217

¹⁵ VIANNA, Luiz Werneck, CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República e Civilização Brasileira. In. BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 136

¹⁶ Ibidem

¹⁷ Entrevista com Quentin Skinner. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As Muitas Faces da História: Nove entrevistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 327

Sobre o resgate do pensamento republicano clássico a partir dos pensadores do Renascimento ver: BIGNOTTO, Newton. **Origens do republicano moderno**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

¹⁸ Ibidem p. 328

Skinner apresenta seus argumentos de forma mais abrangente em *Liberdade antes do Liberalismo*.¹⁹ No livro, apresentando a *teoria neo-romana dos Estados livres*, o autor argumenta que, no século XVII, na Inglaterra, o entendimento clássico da liberdade, resgatada no Renascimento, por autores como Maquiavel, “...*havia criado algumas raízes profundas e ramificadas.*”²⁰ Thomas Hobbes articula uma nova teoria, justamente para se opor a esta visão clássica do republicanismo, argumentando que o indivíduo é livre enquanto não coagido física ou legalmente. A teoria dos Estados livres rivalizou com a dos contratualistas, como Hobbes, na Inglaterra, até o século XVIII, quando enfim a segunda tornou-se hegemônica.

A teoria neo-romana, como a denomina Skinner, colocava como questão central quais as condições necessárias para encontrar harmonia entre a autonomia civil e a obrigação política.²¹ Nesta concepção a liberdade era o valor moral supremo e, segundo seus defensores, apenas “*certas formas um tanto radicais de governo representativo*” poderiam ser consideradas legítimas.²² Para os autores que defenderam esta posição, com destaque para Harrington,

*“Estados livres, como pessoas livres, são assim definidos por sua capacidade de autogoverno. Um Estado livre é uma comunidade na qual as ações do corpo político são determinadas pela vontade dos membros como um todo.”*²³

Outro autor importante para este resgate da teoria republicana clássica é J. G. A. Pocock. Em um de seus artigos, defende “...*que a história pode ser mais bem compreendida se*

¹⁹ SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do Liberalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

²⁰ Ibidem p. 22

²¹ Ibidem. p. 27

²² Ibidem. p. 55

²³ Ibidem. pp. 32-33

operarmos com as idéias da política clássica.”²⁴ No artigo, Pocock investiga a questão da propriedade na tradição ocidental. No início, a partir da elaboração de Aristóteles, continuada por Tomás de Aquino, a propriedade era vista como fenômeno moral, pré-requisito para ingresso na *boa vida*, essencialmente cívica. O termo *Oikos* diz respeito a esta noção em que a propriedade permitia ao indivíduo ter autonomia e, conseqüentemente, agir na *ordem social e política*. O objetivo não era exercer o comércio, a troca ou obter lucro, pois tais atividades não eram compatíveis com o exercício da cidadania.²⁵

Com o advento do capitalismo há uma revolução no conceito de propriedade. Mas Pocock, para passar a analisar as conseqüências, volta-se para a situação do colapso da autoridade civil na Inglaterra pós 1649. Em conseqüência, os teóricos buscaram reconceituar a questão da autoridade. Interessa-nos, sobretudo, a forma com que Harrington o fez. Para ele, o domínio do poder é distinto do domínio da autoridade. Propriedade dá poder sobre servos e sobre si. Mas, em casos onde existam vários proprietários (senhores) estes podem “...abandonar o domínio do poder e entrar no da autoridade. A autoridade não é distribuída pela propriedade, mas pelo reconhecimento por parte dos senhores livres da capacidade política uns dos outros.”²⁶ Harrington acreditava que a função da propriedade era prover um número de indivíduos, mesmo que muitos, sempre limitados, “*de uma base de independência, a partir da qual elas poderiam exercer as relações igualitárias existentes entre cidadãos republicanos...*”²⁷

Para nós é importante este tipo de elaboração pois achamos que estes conceitos da política clássica ajudam a esclarecer o tipo de cultura política que influenciou a formação política

²⁴ POCOCK, J. G. A. A Mobilidade da propriedade e o nascimento da sociologia do século XVIII. In: Idem. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 144

²⁵ Ibidem. p. 141

²⁶ Ibidem. p. 145

de João Pinheiro. Voltando a Pocock, mostra-se de fundamental importância para nós o trabalho em que o autor demonstra o importante papel do Humanismo Cívico (nascido no Renascimento Italiano) para o pensamento político anglo-americano.²⁸ Afinal, este trabalho demonstra a presença do republicanismo clássico na Revolução Americana que, por sua vez, segundo defenderemos, influenciou a Inconfidência Mineira, deixando marcas em Minas e estabelecendo uma *cultura política fundada sobre a liberdade*.

De todos os autores que resgatam o republicanismo, Hanna Arendt será a mais utilizada. Em *Da Revolução*, a autora elabora uma análise do debate que houve por ocasião da Revolução Americana e, por ser esta a influência direta do movimento de 1789 nas Minas, interessa-nos especialmente.²⁹ O objetivo do livro de Arendt, segundo nossa leitura, é chamar atenção, não apenas para a pouca influência da Revolução Americana, quando comparada à influência das revoluções francesa e soviética mas, sobretudo, alertar os cidadãos americanos para a essência da Revolução – o estabelecimento da liberdade – que, estaria se perdendo. Para compreender melhor o que quer dizer Arendt quando se refere ao estabelecimento da liberdade, uma consideração feita por Skinner pode auxiliar.

Em *Liberdade antes do Liberalismo*, Skinner lembra que Harrington sabia das dificuldades do autogoverno e, dentre as maiores, apontava a impossibilidade de reunir todo o povo para as tomadas de decisão. Mas, continua Skinner, Thomas More, em *Utopia*, de 1516, época em que a discussão da *civitas libera* era discutida pela primeira vez seriamente na Inglaterra, aponta a forma constitucional de uma república federada como a ideal para uma

²⁷ Ibidem

²⁸ POCOCK, J. G. A. Civic humanism and its role in Anglo-American thought. **Politics Language and Time**.

²⁹ ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Brasília/São Paulo: Editora Universitária de Brasília/Editora Ática, 1988.

autêntica res publica, um caminho para solucionar o problema apontado por Harrington.³⁰ Para Arendt, esta é a principal força da Revolução Americana: a formulação de uma constituição que encontrava a forma federativa como a solução do problema. Para ela, não apenas por este ponto mas, por todo o arcabouço (divisão de poderes e estabelecimento de direitos) a constituição americana – *constituindo a liberdade* – foi o ponto culminante do movimento revolucionário.³¹ As discussões que faz em seu *Da Revolução*, em conjunto com escritos sobre a Inconfidência Mineira, permitem perceber o tipo de cultura política que, vindo das recém independentes colônias da América do Norte, deixaram marcas no ambiente das Minas e influenciaram a formação política de João Pinheiro.

Passemos a fazer algumas considerações sobre a documentação utilizada em nosso trabalho. O conjunto documental de maior utilidade encontra-se no arquivo privado de João Pinheiro. Nele, além de vasta correspondência, da qual selecionamos as de interesse para investigar sua formação política, encontra-se uma série de recortes de jornais, folhetos, e outros materiais. Como não poderia deixar de ser, todo o material utilizado foi selecionado tendo por critério o foco da investigação realizada. Talvez seja importante destacar que a maior dificuldade encontrada, em muitos momentos, não se deveu à falta de documentos mas, ao contrário, a grande quantidade. Apenas as correspondências, perfazem um total de 3.700 peças, muitas delas com várias páginas e, o número total de documentos do arquivo privado aproxima-se de 5.000.

Pouco há, porém, nesta documentação, sobre o período anterior a ida de João Pinheiro para São Paulo. Na verdade, a grande maioria dos documentos de seu arquivo privado se referem ao período de sua vida pública, a partir de 1888. Para suprir esta lacuna foi de

³⁰ SKINNER, 1999. Op. Cit. p. 36

³¹ ARENDT, 1988. Op. Cit. p. 113

grande importância o arquivo privado de Antônio Luis Pinto, seu tio, irmão de sua mãe, onde se encontram preservadas muitas correspondências trocadas entre o avô e a mãe de João Pinheiro com este tio morador do Serro. A partir desta documentação foi possível adentrar a infância e a situação da família de João antes de sua ida para São Paulo.

Outro conjunto documental importante foi publicado por Francisco Assis Barbosa e reúne os mais importantes documentos produzidos na vida pública de João Pinheiro tais como discursos, atas de reuniões, manifestos e leis. Outros autores, como Caio Nelson de Sena e Paulo Tamm, reproduzem em seus livros documentos cujos originais se perderam. Estes autores, além de publicarem alguns documentos, transcrevem correspondências a eles enviadas quando da execução de seus trabalhos por conhecidos de João Pinheiro, contando passagens de sua vida e revelando seu modo de proceder. Duas entrevistas concedidas por Pinheiro ao jornal *O Paiz*, quando de seu segundo governo (1906-1908), já reproduzidas por Francisco de Assis Barbosa, voltaram a ser transcritas em publicação recente.

Foram consultados também os acervos do Seminário de Mariana e da Escola de Minas de Ouro Preto. No primeiro, apesar de encontrarmos registros da passagem de João Pinheiro, nos deparamos com a matrícula de um de seus colegas o que permitiu estabelecer o tipo de leitura que empreendiam. No segundo, apesar do esforço de todos os que trabalham na instituição, encontramos poucos vestígios da passagem de Pinheiro pela Escola de Minas. Foi possível encontrar o ofício que enviou requisitando sua inscrição na instituição e o registro de seu nome no livro de matrículas. Além disto, um impresso da recém criada Sociedade de Geografia, assinada por Pinheiro e Gorceix (o criador e diretor da Escola), em 1890, tornou-se peça importante para demonstrar a ligação de João Pinheiro com a Escola. Os diferentes regulamentos da Escola de Minas permitiram confirmar os motivos alegados por Pinheiro para deixar a escola além de ajudarem a identificar quais as cadeiras

freqüentadas por ele. Na biblioteca da Escola encontramos vários livros de Augusto Comte, da época em que Pinheiro lá estudou, o que corrobora com nossa tese de sua aproximação do positivismo antes mesmo de sua ida para São Paulo.

O achado documental que nos causou maior surpresa e alegria se encontrava no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em uma pasta plástica azul. Ali, encontramos uma grande quantidade de papéis soltos, muitos deles originais; muitas cópias xerográficas e, agradável surpresa, rascunhos de discursos e anotações semelhantes a um diário. Esta documentação ainda não foi avaliada em sua totalidade devido ao estado precário de organização e conservação. Entretanto, para nosso trabalho foi de fundamental importância encontrar alguns trechos de anotações que confirmam intuições sobre suas posições quanto à religião e o tipo de republicanismo que influenciou sua formação política.

Por fim, vale esclarecer uma questão de suma importância acerca dos limites de nosso trabalho. Os discursos, debates e ações políticas de João Pinheiro, assim como a documentação utilizada, mesmo quando produzida em período posterior ao limite temporal demarcado, serão utilizados apenas quando fornecerem auxílio para iluminar a formação política de João Pinheiro. Assim, não é nosso objetivo, observada a ressalva feita, nos aprofundarmos nos debates políticos travados ou, mesmo, no projeto que buscou implementar. Temos como objetivo, pesquisar uma fase pouco explorada da trajetória de Pinheiro e, com isto, mais do que apresentarmos o projeto político que defendia, cumprir o papel de colocar novas questões e formas de abordar suas ações políticas.

Capítulo I

João Pinheiro na historiografia: uma revisão Bibliográfica

A construção da historiografia dos indivíduos que se envolvem na vida pública inicia-se quando atingem cargos de prestígio. No caso de Pinheiro, os primeiros escritos de maior fôlego, apareceram no momento de sua escolha para a Presidência de Minas, em 1905, mas, principalmente, no momento posterior a sua morte, em 1908, tendo cumprido apenas metade de seu mandato.

O primeiro trabalho de destaque é publicado em 3 de dezembro de 1905, no *Minas Geraes, Órgão Oficial dos Poderes do Estado*. Toda a edição é dedicada ao recém escolhido, pelo Partido Republicano Mineiro, para ocupar o cargo de Presidente do Estado. O artigo, não assinado, pretende tecer “*ligeiras esfumaturas biographicas*” do futuro presidente. Ainda em 1905, a Imprensa Oficial publica em livro o referido artigo o que permite apontar Augusto Franco como o autor.³²

No artigo, o autor aponta a dificuldade financeira como causa para o modo como se deram os primeiros estudos de João Pinheiro, primeiro com o vigário de Morro Vermelho, distrito de Caeté e, em momento posterior, com auxílio financeiro do irmão, José, no Seminário de Mariana. O irmão mais velho de João ordenou-se padre e conseguiu uma cadeira para lecionar latim no seminário. Com o pouco que recebia ajudou o irmão, levando-o para estudar na instituição, na esperança que este seguisse o mesmo caminho, tornando-se

³² O artigo original, sem indicação do autor encontra-se publicado em: MINAS Geraes, Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 1905, anno XVI, n. 282. O mesmo texto é editado em formato de livro pela Imprensa Oficial em 1905 e tem uma 2ª. edição em 1906. FRANCO, Augusto. **Dr. João Pinheiro: ensaio biographico e político**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 2ª. edição, 1906.

também membro do clero. Mas, segundo Franco, João, “*recusou-se desde logo a seguir a carreira monástica.*”

Deixou Mariana e se dirigiu para a então capital da província, Ouro Preto, onde prestou os exames necessários para se matricular na Escola de Minas. “*Posto que pobre*” e devido às dificuldades para conseguir “*uma collocação official (..) devido principalmente à exterinação de suas idéias políticas francamente republicanas*”, abriu um curso particular de “*sciencias propedêuticas*”, modo pelo qual manteve-se, com dificuldades, em Ouro Preto.

Depois de três anos na Escola de Minas de Ouro Preto, abandonou o curso e rumou para São Paulo com objetivo de se matricular na Faculdade de Direito. Augusto Franco, neste momento do texto, fala da *agitação espiritual* vigente à época em terras brasileiras. Aponta Recife e São Paulo como os dois centros difusores das idéias responsáveis por esta agitação. No texto, trata o assunto rememorando:

“As grandes transformações políticas, literárias e científicas, que haviam fortemente agitado alguns paizes do Velho Mundo e as colônias da América do Norte nos fins do século XVIII (...) tinham vibrado fortemente na terra brasileira.”

Também em São Paulo, Pinheiro, ainda segundo as palavras de Augusto Franco, precisou trabalhar para se manter, dando continuidade ao curso particular que ministrava em Ouro Preto, escrevendo artigos para jornais e trabalhando na Escola Normal de São Paulo, visto que “*era muito pobre.*”

Formado, regressa a Ouro Preto, tendo como objetivo maior a mudança de regime. Mas, apesar de em Minas o espírito republicano ser mais forte que em outras províncias, segundo o autor, devido à influência da Inconfidência, não havia unidade entre os diversos núcleos republicanos. João Pinheiro, ao tomar a frente da fundação do Partido Republicano em

Ouro Preto e promover o Congresso Republicano da província, foi o principal responsável pela união destes núcleos separados.

Como redator do jornal *O Movimento*, fundado para ser o órgão oficial de propaganda do partido republicano em Minas, coloca-se como um dos principais líderes da causa republicana na província. O autor glorifica então os feitos de Pinheiro à frente do governo em 1890, como constituinte em 1891 e na fundação da Faculdade Livre de Direito de Minas. Passa então a retratar o lado de industrial, como fundador da Cerâmica de Caeté. Mesmo nesta época, quando se encontrava afastado da política nacional, exerceu papel fundamental para o desenvolvimento de Caeté, como agente executivo, lembra Franco.

Termina o artigo destacando o papel central de Pinheiro no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, realizado em Belo Horizonte. O Congresso, afirma Franco, demarcou o momento novo, de defesa do protecionismo, política que unia Minas, com João Pinheiro e Francisco Salles; o Rio de Janeiro, com Nilo Peçanha e o Rio Grande do Sul, com Borges de Medeiros. E explica:

“Esse é o protecionismo racional, que, muitas vezes, é synonymo de patriotismo e com elle se confunde.

Esse é que tem inspirado os grandes povos modernos, quer no Oriente, quer no Velho, quer em o Novo Mundo.

Essa é a estrada batida pelos directores das nações fortes ou rejuvenescidas. E chamam-se elles: marquez de Yto, no Japão; Méline, na França; von Bismarck, na Allemanha; conselheiro De Witte, na Rússia; Disraeli, na Inglaterra; Chamberlain, no mesmo paiz; Porfírio Diaz, no México; Carlos Pellegrini, na Argentina; e o vulto gigante, assombroso, de Theodor Roosevelt, nos Estados Unidos da América do Norte.”

Augusto Franco transcreve então o Manifesto-Programa que o futuro presidente havia lançado, aponta o passado de João Pinheiro como garantia do que se podia esperar e termina rotulando o novo chefe do governo como *o verdadeiro Roosevelt sul-americano*.³³

Deste primeiro escrito vale destacar alguns pontos. Em primeiro lugar, a ênfase na questão da dificuldade financeira, da pobreza e da conseqüente necessidade de trabalhar ou, da ausência de privilégios na trajetória de João Pinheiro. Augusto Franco, em todos os momentos do artigo, volta ao assunto. Acreditamos que, em grande parte, o destaque a condição social de Pinheiro deva-se ao fato de não ser comum à época um indivíduo proveniente das camadas menos favorecidas, galgar o mais alto cargo do Estado.

Outro ponto que merece destaque se refere ao modo como o autor enumera os feitos passados do futuro chefe de governo, de modo a demonstrar o quão republicano foi, desde os tempos da propaganda. Ao final, a idéia passada pelo texto é a de que um republicano legítimo, de primeira hora ou “histórico” chegava ao poder. Ainda em Ouro Preto, antes da ida para a Faculdade de Direito, Pinheiro já se declarava republicano e por isto tinha maiores dificuldades para conseguir uma colocação oficial. Esta afirmação mostra-se importante pois, como veremos à frente, parte da bibliografia atribui o republicanismo de Pinheiro a sua estada em São Paulo.

A questão do protecionismo, colocada da forma como faz Augusto Franco deixa claro o poder da idéia no momento. Sem dizer explicitamente a qual projeto este vem se contrapor, mas, levando em conta o alinhamento entre Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, fica clara a oposição ao projeto de poder e administração paulista, com viés liberal. Deve-se

³³ Utilizamos o artigo original, em sua primeira versão: MINAS Geraes, Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 1905, anno XVI, n. 282.

lembrar que o momento em questão foi o da ascensão não apenas de João Pinheiro ao governo de Minas mas, também, de Afonso Pena à Presidência da República.

Finalmente, gostaríamos de destacar o momento em que o autor trata do ambiente de agitação por que passava o país à época em que Pinheiro ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo. Relaciona-o às *transformações políticas* ocorridas no século XVIII destacando o movimento político nas *colônias da América do Norte* e sua influência no Brasil.

Além do artigo de Augusto Franco, merece atenção o artigo de Amador Cobra, colega de Pinheiro nos tempos do Seminário de Mariana e seu padrinho de casamento. Interessa-nos sobretudo a afirmação que faz acerca dos tempos em que eram colegas no Seminário:

“Já éramos então republicanos, tínhamos no recreio nossas palestras políticas. Pinheiro revelava-se democrata irreconciliável, seduzindo-nos com seu republicanismo ferrenho...”

Além disto, ao longo do artigo, afirma a influência do cenário das cidades mineradoras, da Inconfidência e das ações de Teófilo Otoni para a formação republicana de “*nossas almas de jovens republicanos.*” Para nossa tese será de fundamental importância a constatação de que o republicanismo de João Pinheiro tem suas raízes em Minas, nas tradições republicanas mineiras. O artigo confirma a adesão de Pinheiro às idéias republicanas ainda nos tempos do Seminário.³⁴

Quando da morte de João Pinheiro, os jornais mineiros dedicam edições em homenagem ao falecido. Um conjunto de jornais da época permite vislumbrar uma questão que será central para nosso trabalho: a relação de João Pinheiro com a Igreja Católica. Dada a maneira e momento em que ocorre a morte do presidente do Estado, em meio ao mandato e de forma

³⁴ COBRA, Amador. **O Presidente de Minas**. APJP, Série VI, Caderno 1, p. 79, doc 110, cx. 32

dramática, visto que a opinião pública acompanhava por meses a piora do estado de saúde do ocupante do Palácio da Liberdade, natural a comoção e homenagens quando da notícia do falecimento.

O Jornal *O Incentivo*, de Lavras, dedica-lhe as duas páginas centrais; *O Itabirano*, de Itabira do Matto Dentro, ocupa todas suas seis páginas com o assunto e estampa na capa uma grande foto com a manchete *Pezames a Nação! A NOSSA HOMENAGEM*; *O GRANDE MORTO* é a manchete do Jornal de Santa Rita, de Santa Rita do Sapucahy; *A Grande Perda*, estampa na primeira página o jornal *O Reflexo*, de Sete Lagoas.

Chama atenção o tratamento de dois periódicos que, sem deixar de homenagear o morto, o fazem de forma bastante mais contida. O *Lar Catholico*, de Juiz de Fora, não coloca manchete em destaque e dedica uma parte da primeira página ao assunto, de maneira sóbria, sem fotos. Também o jornal *Stella*, de Ferros, que traz a epígrafe *Religião, Pátria e Família em Jesus Christo*, trata de forma sóbria o acontecido. Nenhum dos dois jornais deixam de prestar homenagens respeitadas a João Pinheiro mas, no conjunto, em comparação com os outros, fica a impressão de um tratamento diferenciado à questão.³⁵

O último exemplo deste primeiro momento da historiografia sobre João Pinheiro também foi produzido após sua morte. Trata-se de artigo escrito por Cypriano de Carvalho, professor da cadeira de física e química da Escola Normal de São Paulo à época em que Pinheiro ocupou o cargo de zelador e preparador do laboratório destas disciplinas na

³⁵ *O Incentivo*, Lavras, 01/11/1908, num 51, ano III, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 3; **Pezames a Nação! A NOSSA HOMENAGEM**. *O Itabirano*, Itabira do Matto Dentro, 01/11/1908, num. 2, anno I, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 4; **O GRANDE MORTO**. Jornal de Santa Rita, Santa Rita do Sapucahy, 8 de novembro de 1908, num. 262, anno VI, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 5; **Dr. João Pinheiro**. *Lar Catholico*, Juiz de Fora, 1 de novembro de 1908, n. 24, anno I, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 6; **Dr. João Pinheiro**. *O Povo*, Bicas, 1 de novembro de 1908, num. 45, ano 11º, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 7; **A Grande Perda**. *O Reflexo*, Sete Lagoas, 01/11/1908, n. 7, anno V, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 8; *A Semana*, Ouro Preto, 31/10/1908, numero 115. APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 9; *Stella*,

instituição. O autor, em parte intitulada *O Meio Social*, afirma que o Brasil nada tem de atrasado como alegam alguns. “*Constituímos, até, um dos povos mais bem formados, graças à fusão de três raças que aqui se realizou...*”. O país se iguala, continua, “*...ao nível das nações europeas sem distincção alguma...*” e “*...a nossa digna população nada tem de atrasada, conforme o proclamam aquelles inconscientes que não conseguem se libertar do tolo preconceito relativo aos paizes “adiantados”...*”.

Mais à frente, ataca a democracia alertando: “*...mesmo entre os gregos fora condemnada...*”. Entre os graves problemas que vê no regime é a invasão “*...anti-republicana do Poder temporal nos domínios espirituales...*”. Lembra, por fim, que “*República é o regimen político da virtude, como o reconhecia Montesquieu...*”, qualidade que não faltava a João Pinheiro e que falta à maioria dos políticos brasileiros.³⁶

A elaboração, tipicamente positivista, que possibilita inverter uma visão negativa da miscigenação ocorrida no país, tomando-a como uma vantagem e não desvantagem merece destaque. Dois outros pontos são importantes. O primeiro se refere a assunto que foi central para João Pinheiro: a separação entre Estado e religião ou, nas palavras de Carvalho, entre o Poder temporal e espiritual. O outro é a distinção feita por Cypriano de Carvalho entre a democracia – o governo da maioria – e a República. O último, dependente da virtude, pois o regime do autogoverno, da necessidade de ação permanente dos cidadãos.

Passemos a examinar o segundo conjunto que reúne, como já apontamos, escritos produzidos entre as décadas de 1940 e 1970, momento em que seus descendentes atuavam

Ferros, 01/11/1908, num. 3, anno I. APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 10; A Vanguarda, Bello Horizonte, 8 de novembro de 1908, num. 68, anno III, APJP, série VIII, cx 31, doc. 11.

³⁶ CARVALHO, Cypriano de. **João Pinheiro da Silva**. O Jornal – Edição especial do Minas Gerais. APJP, série VI, caderno 3, cx. 31, doc 149.

na vida pública mineira.³⁷ Quatro escritos serão analisados aqui. O primeiro é o livro de Caio Nelson de Senna, *João Pinheiro da Silva. Sua vida-Sua obra-Seu exemplo*³⁸. A obra reúne o discurso proferido quando de sua posse no Instituto Histórico de Ouro Preto, homenageando João Pinheiro, dezenas de cartas recebidas pelo autor, remetidas por pessoas que conviveram com o homenageado, relatando casos e memórias – grande parte delas transcritas na íntegra nos pés de página – e, ao final do livro, uma genealogia dos descendentes de João Pinheiro e a publicação de uma seleção de documentos.

O autor é casado com uma das filhas de João Pinheiro, Amanda. Não nos deteremos na análise da obra, que servirá, em outros momentos, como fonte para nossas elaborações. Destaca-se, entretanto, o modo como é apresentado Pinheiro. Para o autor, um liberal, progressista sobretudo. Mas, o que mais chama atenção é a busca por atenuar sua adesão aos ideais positivistas permitindo, deste modo, vincula-lo à religião católica.³⁹

O segundo livro segue a mesma linha. Paulo Tamm em seu, *João Pinheiro*, apresenta um homem liberal, progressista mas, diferente de Senna, sua adesão aos ideais positivistas é confirmada. Sobre isto, o autor diz, que aos tempos da Assembléia Nacional Constituinte, João Pinheiro freqüentava, aos domingos, o Templo da Humanidade. Em companhia de Júlio de Castilhos e outros, ouvia as conferências de Teixeira Mendes e Miguel Lemos.⁴⁰

³⁷ No livro de Caio Nelson de Senna, logo abaixo analisado, vê-se que, à época da publicação (1941), Israel Pinheiro é Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Terras e colonização, do governo Benedito Valadares. Este, por sua vez, havia sido diretor da Secretaria do Interior durante o governo de João Pinheiro. (pp. 75 e 118)

³⁸ SENNA, Caio Nelson de. **João Pinheiro da Silva – Sua vida – sua obra – seu exemplo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1941.

³⁹ Ibidem. À página 108, publica uma carta onde se defende que não era positivista; á página 120 o caso da governanta protestante dispensada junta-se ao destaque que o autor dá à formação na moral cristã de João Pinheiro.

⁴⁰ TAMM, Paulo. **João Pinheiro: obra premiada pela Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: [s. n.], 1947. pp. 104-105

Mais do que o livro de Senna, devido ao formato do texto de Tamm, a obra serve ao propósito de enaltecer a figura do grande líder, do “herói” cívico, construtor da República.

O terceiro trabalho desta fase foi produzido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em comemoração do centenário do nascimento de João Pinheiro.⁴¹ Foi ele que, em 15 de agosto de 1907, presidiu a sessão inaugural do Instituto. A exemplo da obra realizada pelo congênere – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro –, fundado no período imperial na Corte, o Instituto tinha por objetivo, visto o novo momento em que cada Estado da Federação se organizava como unidade autônoma, escrever a história de Minas. Neste momento, inicia-se o resgate por parte dos membros do IHGMG, da história da riqueza mineira no ciclo da mineração no século XVIII, da criação das vilas e cidades, do surgimento de uma cultura especificamente mineira e, especialmente, dos movimentos de contestação ao domínio colonial, com maior ênfase na Inconfidência Mineira e em Tiradentes, o mártir do movimento.

Com a homenagem a Pinheiro, o Instituto continua a cumprir o mesmo papel e, aquele que outrora se colocava à frente do movimento para a construção da galeria de mitos e grandes personagens da história da Pátria mineira, torna-se, ele mesmo, um dos ungidos, a figurar no altar dos grandes personagens da história mineira. Este o sentido maior dos textos reunidos: exaltar a figura do grande republicano.

Entretanto, em meio aos dez textos reunidos, há diferenças. Seis deles representam bem o sentido a que nos referimos. Reproduções de discursos de políticos mineiros *exaltando* os feitos do grande republicano e, até mesmo, o roteiro para uma história em quadrinhos da

⁴¹ COELHO, Copérnico Pinto. Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva. Belo Horizonte: separata da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Vol. VII, 1960.

vida de Pinheiro, demonstram a busca por alça-lo ao panteão da Pátria mineira.⁴² Em quase todos, vê-se a repetição, em diferentes elaborações, das qualidades cívicas e da luta do rapaz pobre para alcançar a glória.

Outros quatro textos, apesar de também prestarem homenagens, apresentam já uma tipologia que se encaixa melhor no terceiro conjunto, do qual trataremos em momento posterior.⁴³ O mesmo ocorre com outro texto escrito nos anos sessenta. Trata-se de artigo introdutório a publicação de uma coletânea de documentos referentes à vida de Pinheiro, de Francisco de Assis Barbosa.⁴⁴ Deixaremos para tratar também deste mais à frente. Acerca da publicação da coletânea, organizada por Barbosa, vale, neste momento, lembrar que o ano de sua publicação (1966), não por coincidência, é o do início do período em que Israel Pinheiro, filho de João Pinheiro, governará o Estado.⁴⁵

Uma edição especial do *Suplemento Dominical* do jornal *Estado de Minas*, em janeiro de 1966 demarca o fim de um tipo de abordagem e o início de outro.⁴⁶ O suplemento é composto de seis páginas, das quais cinco, dedicadas a João Pinheiro, com a publicação de fotos, uma biografia e alguns documentos. Percebe-se claramente a semelhança com a seleção de documentos e a abordagem feita no trabalho de Francisco de Assis Barbosa. No jornal, Pedro Aleixo e Milton Campos, que já haviam colaborado na coletânea do IHGMG,

⁴² PINHEIRO FILHO, Israel. Discurso de agradecimento; CAMPOS, Milton. No Senado; ALEIXO, Pedro. Na Câmara dos Deputados: Só a virtude é o Fundamento da República; Exaltada no Legislativo Mineiro a Figura do Grande Líder Republicano; PIMENTA FILHO, Dermeval. Marco Glorificador da Memória de João Pinheiro; NOBREGA, Dormervilly. História em Quadrinhos de um Iluminado. In: COELHO, 1960.

⁴³ LINS, Ivan. A Formação Filosófica de João Pinheiro e seus Ideais Humanos, Políticos e Sociais; MUZZI, Hezick. João Pinheiro – Instrumento da Cultura; MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. João Pinheiro e a Instrução; TORRES, J. C. de Oliveira. A Respeito de João Pinheiro. In: COELHO, 1960.

⁴⁴ BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e seu ideal republicano. In: **João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas**. Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, No. 1, 1966.

⁴⁵ Israel Pinheiro governou Minas entre os anos de 1966 e 1971. A publicação do livro é o número 1 das *Publicações do Arquivo Público Mineiro*, órgão, vale lembrar, subordinado à administração do Governo de Minas Gerais.

escrevem artigos breves. Mas, o que mais chama atenção é que, a última página, dedicada ao novo governador de Minas, Israel Pinheiro, estampa a manchete: *60 anos depois: A FORÇA DE UM DESTINO HISTORICO*.

Antes de iniciarmos a análise dos trabalhos do terceiro conjunto, faremos algumas considerações acerca dos dois primeiros momentos de produção bibliográfica sobre João Pinheiro. O ponto em comum entre todos estes escritos é a ênfase dada às dificuldades enfrentadas na mocidade devido à escassez de recursos. Em momento algum, porém, não passa disto. Nenhum dos autores se aprofunda na questão, deixando sem maiores esclarecimentos qual a realidade enfrentada ou, qual a posição social de Pinheiro na sociedade da época.

Além disto, dois autores contemporâneos de João Pinheiro alegam que, à falta de recursos, desde cedo o republicanismo assumido publicamente somou-se a condição material, tornando ainda mais difícil a busca por uma colocação melhor. Na seleção de documentos feita por Francisco de Assis Barbosa e nos artigos diversos escritos entre a década de 1940 e 1970, a adesão ao ideal republicano parece estar vinculada à ida para São Paulo.

Para nosso trabalho, será de fundamental importância as afirmações de Amador Cobra e Augusto Franco, que permitem vincular João Pinheiro à uma tradição republicana mineira. Pois, se já ao tempo do Seminário de Mariana, era republicano, como testemunha Cobra, é em Minas, antes mesmo do contato com o ambiente intelectual da Faculdade de Direito de São Paulo, que se dá sua adesão ao ideal republicano.

A diferença mais perceptível entre os dois conjuntos de escritos encontra-se no tratamento que os autores dão a dois assuntos interligados: a adesão ao positivismo e a relação com a

⁴⁶ ESTADO de Minas, Belo Horizonte, Domingo, 30 de janeiro de 1966 num. 10.932, ano XXXVIII. Suplemento Dominical. APJP série VIII, cx 31, doc 2.

religião católica. No artigo de Augusto Franco este afirma a identificação de Pinheiro com Benjamin Constant, notório positivista, escrevendo que “*o illustre republicano mineiro, além da identidade de dogma político,[tem] igual orientação philosophica e scientifica.*”⁴⁷ Cypriano de Carvalho chama atenção para a falta de compromisso dos republicanos com a separação entre o *Poder temporal* e o *poder espiritual*, após a morte de João Pinheiro. A formulação, com os conceitos utilizados, tem clara inspiração em Comte e, ao fazê-la, o autor busca demonstrar que esta era uma das virtudes de Pinheiro: respeitar a separação entre Estado e Religião, conforme defendia a doutrina positivista.⁴⁸

Já no segundo conjunto de textos, busca-se atenuar a adesão de Pinheiro ao positivismo e, com isto, torna-se possível apresentá-lo como liberal, como faz Francisco de Assis Barbosa⁴⁹ ou aproximá-lo da religião católica, como faz Caio Nelson de Senna⁵⁰. Neste momento, quando um autor apresenta Pinheiro como positivista, faz declarações como a de Paulo Kruger Corrêa Mourão de que é quase “*...incompreensível que esse ilustre político tenha se desviado (...) filiando-se ao positivismo...*”⁵¹

Estas observações serão importantes para a tese que defendemos de que João Pinheiro foi sim positivista. Este ideal fez com que se afastasse da religião católica, apesar de criar seus filhos no catolicismo e ter uma visão positiva da tradição católica brasileira. Mas, no nosso entendimento, é o caráter comunitário do catolicismo que o levava a respeitar tal tradição. Neste aspecto catolicismo e positivismo se aproximavam, distanciando-se do “espírito” de

⁴⁷ MINAS Geraes, Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 1905, anno XVI, n. 282.

⁴⁸ CARVALHO, Cypriano de. **João Pinheiro da Silva**. O Jornal – Edição especial do Minas Gerais. APJP, série VI, caderno 3, doc 149

⁴⁹ BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e seu ideal republicano. In: **João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas**. Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, No. 1, 1966. pp. 20-21

⁵⁰ SENNA, Caio Nelson de. **João Pinheiro da Silva – Sua vida – sua obra – seu exemplo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1941. p. 108; p. 120

algumas religiões protestantes que levavam ao individualismo exacerbado, condenado pelas formulações de Augusto Comte.

Quando da militância política dos descendentes de João Pinheiro, nos parece que houve, um esforço da família Pinheiro, notadamente por parte de Israel Pinheiro, através do trabalho de Francisco de Assis Barbosa, de desvincular a figura do pai do positivismo apontando-o como precursor do desenvolvimentismo. Apesar de concordarmos com o fato de vincular-se João Pinheiro com o desenvolvimentismo brasileiro do século XX, acreditamos não ser possível falar nestes termos na época em que ele viveu. O termo utilizado à época, progresso, tem estreita vinculação, no caso de Pinheiro, com a doutrina de Augusto Comte.

Quanto à religião, um processo semelhante ocorreu. Talvez devido à notória ligação do povo mineiro à religião católica, não fosse interessante para seus descendentes, atuantes na vida pública, a imagem do homem que defendeu de forma inarredável a separação entre o Estado e a Religião. Afinal, como fica patente no tratamento diferenciado, com homenagens mais sóbrias, por parte da imprensa católica da época, quando de sua morte, não era das mais amistosas a relação de seu governo com a Igreja. Pelas posições que adotou em seu governo, de fazer cumprir estritamente o texto constitucional, proibindo qualquer interferência do Estado na esfera religiosa, sofreu forte oposição, como demonstraremos em nosso texto.

Passemos agora ao terceiro momento da produção bibliográfica. Francisco de Assis Barbosa, em 1966, como já mencionado, organiza um volume, sob os auspícios do então governador, Israel Pinheiro. Das trezentos e sessenta e cinco páginas do livro, dez são ocupadas pelo artigo e, outras vinte e cinco, por uma cronologia elaborada pelo autor.

⁵¹ MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. João Pinheiro e a Instrução. In: COELHO, op. cit. p. 177

Quase a totalidade da publicação (mais de trezentas páginas), dedica-se à transcrição de documentos. Este trabalho lançará as bases para as análises posteriores da trajetória de Pinheiro, seja a visão de Barbosa, contida no artigo e na escolha dos eventos selecionados para a cronologia, seja na própria escolha dos documentos transcritos.⁵²

Francisco de Assis, em duas outras oportunidades, publica artigos em que trata da trajetória de João Pinheiro. Com pequenas alterações – como a inserção de notas de pé de página que, praticamente inexistem no texto original ou o aprofundamento de alguns pontos do argumento – os três escritos apresentam a mesma visão.⁵³ Assim, trataremos aqui do último artigo, publicado vinte anos após a edição do livro de 1966. Mas, vale lembrar que a versão acerca da trajetória de João Pinheiro, tal qual apresentada no artigo analisado, já estava presente no primeiro texto. Esta afirmativa mostra-se fundamental visto que defendemos que as opiniões emitidas por Barbosa em 1966 influenciam a bibliografia posterior.

No artigo, dá-se destaque para o republicanismo, no sentido do respeito à lisura das eleições, do desapego ao poder pelo poder e na desconfiança das decisões colegiadas. Para sustentar a afirmação, o autor aponta ações que confirmam o comportamento de João Pinheiro neste sentido.⁵⁴ No que diz respeito à afirmação da peculiaridade deste comportamento para os padrões das disputas políticas à época, usualmente resolvidas pelo uso da força ou da fraude eleitoral, estamos de acordo com o autor. Porém, acreditamos que o sentido de república para João Pinheiro vai além, refere-se à questão da liberdade. Não

⁵² BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas.** Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, No. 1, 1966.

⁵³ O primeiro artigo já foi mencionado e encontra-se na publicação do APM, de 1966. O segundo, está em uma reedição do livro: **Idéias políticas de João Pinheiro. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados.** Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. O último: João Pinheiro e sua Liderança em Minas. In. **Análise & Conjuntura**, v. 1, n. 1, 1986. BH:FJP. pp. 49-63.

⁵⁴ BARBOSA, 1986. Op. Cit. Pp. 49-52.

apenas a liberdade de não ser coagido, de se viver em um Estado com poderes limitados mas, da liberdade enquanto possibilidade de influir nos rumos da comunidade política.

Mas esta não é a questão principal que buscamos no texto de Barbosa. Um dos pontos capitais, que influenciaram de modo decisivo, a quase totalidade da bibliografia posterior sobre a trajetória de João Pinheiro, diz respeito à ausência de referências ao período anterior a seu regresso para Minas em 1888. Seja no texto, mas, principalmente na seleção de eventos merecedores de registro na cronologia e nos documentos publicados, privilegia-se, ao excluir maiores menções às vivências no Seminário de Mariana e na Escola de Minas de Ouro Preto, sua formação na Faculdade de Direito de São Paulo.

A ampla cronologia confeccionada, reserva apenas sete datas ao período anterior à conclusão do curso de direito. O primeiro documento publicado é a *Ata da primeira reunião do Partido Republicano de Ouro Preto*, em 3 de junho de 1888. Estas escolhas levam o autor a afirmar que é “...na academia de São Paulo que se impregna de racionalismo.”⁵⁵ Na verdade, como demonstraremos, já na Escola de Minas de Ouro Preto, onde estudou por três anos, João Pinheiro se *impregna de racionalismo*.

Mas, além disto, ao fazer suas escolhas, Barbosa superdimensiona o papel do período “paulista” de Pinheiro, atribuindo a este momento sua adesão ao republicanismo. Como já afirmado, já no Seminário de Mariana, Pinheiro demonstrava entusiasmo pelo ideal republicano. Esta questão nos é fundamental pois, defenderemos a influência de uma tradição republicana mineira na formação política de João Pinheiro.

Vale aqui, antes de passarmos a próxima questão de interesse na elaboração de Barbosa um registro. Apesar de apontarmos a ausência de documentos ou maiores referências ao período do Seminário de Mariana e da Escola de Minas de Ouro Preto, não há discordância

quanto à importância dos eventos e documentos selecionados pelo autor. Ademais, passados mais de trinta anos da publicação do livro, ao buscarmos documentos referentes à esta época, encontramos dificuldades. A documentação da Escola de Minas de Ouro Preto, só agora, começa a ser organizada e, na documentação do Seminário, não encontramos a matrícula de João Pinheiro. Mas este não é o assunto aqui, voltemos ao texto de Francisco de Assis.

Apesar de reconhecer a adesão de João Pinheiro ao positivismo, o autor propõe uma leitura em que esta doutrina, em conjunto com as novas “...*correntes de todos os princípios, de todas as escolas (comtismo ortodoxo, positivismo desafogado de Littré, Darwin, Spencer) trouxeram de fato as grandes conquistas liberais de nosso século.*”⁵⁶ Desta forma, consegue apresentá-lo como liberal quando, o positivismo, na época e do modo apreendido por Pinheiro, tem como sentido maior seu caráter anti-liberal, conforme defenderemos.

A última questão a ser tratada, refere-se também ao positivismo. Francisco de Assis Barbosa afirma, mais uma vez minorando o positivismo em Pinheiro, afirma que sua simpatia pelo ideal advinha da contenda havida na época em que esteve em São Paulo entre católicos e livre-pensadores. Mais do que isto, lembra que se casou na Igreja, batizou os filhos e foi à Mariana, homenagear D. Silvério Gomes Pimenta, quando de sua ordenação como arcebispo de Mariana, em 1907.⁵⁷

Quanto à questão da discórdia entre católicos e livre pensadores, Barbosa se deixa iludir pela autodenominação escolhida pelo grupo da Escola Normal de São Paulo. Coincidindo com a época em que João Pinheiro se emprega na Escola Normal, há um movimento, por parte do governo da província visando atacar os professores positivistas da instituição e

⁵⁵ Ibidem p. 57

⁵⁶ Ibidem. p. 58

reforçar a religião de Estado, implantando a cadeira de ensino religioso. O grupo, composto por Antonio da Silva Jardim, Godofredo Furtado e Cypriano Jose de Carvalho, buscando defender-se, tem como estratégia se proclamarem livre pensadores, em oposição aos que buscavam impor a religião católica. Porém, este núcleo de professores era declaradamente positivista, tendo participado da fundação da Sociedade Positivista de São Paulo, inclusive. O contato de João Pinheiro com o grupo, especialmente Cypriano Carvalho, de quem será preparador, e a perseguição aos professores positivistas, que ao final serão expulsos da instituição, terão influências profundas na formação política de João Pinheiro.

Quanto a ser João Pinheiro católico ou não, estamos de acordo com outro autor, do qual passamos a tratar. Ivan Lins ocupa-se de João Pinheiro em dois textos. Como membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e com a credencial de ser filho de um dos diletos companheiros de Pinheiro, Edmundo Lins, participa com um texto na coletânea organizada em homenagem ao centenário de Pinheiro.⁵⁸ Também o faz em seu livro, *História do Positivismo no Brasil*, ao tratar, no capítulo sexto, do positivismo em Minas.⁵⁹ Lins, em seus textos, afirma, sem hesitação ser Pinheiro partidário do positivismo. Mas se pergunta, como, apesar de provir de família profundamente católica, educado por padres e sendo o próprio irmão padre, pode ter aderido ao ideal comtiano.⁶⁰ Encontra a explicação na *atmosfera carregada de positivismo*, reinante em São Paulo, na década de 1880.⁶¹ Apesar de concordarmos no papel fundamental da época de São Paulo para a adesão de Pinheiro ao positivismo, defendemos a tese de que, anteriormente, ao deixar o Seminário de Mariana e partir para a Escola de Minas de Ouro Preto, existe já uma escolha de um

⁵⁷ Ibidem p. 59

⁵⁸ LINS, Ivan. **A Formação Filosófica de João Pinheiro e seus Ideais Humanos, Políticos e Sociais**. In.: COELHO, 1960. Op. Cit.

⁵⁹ LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª. ed., 1967.

caminho pelo “moderno”, pela razão, por parte de Pinheiro. Além disto, teve, já em Ouro Preto, na Escola de Minas, contato com as idéias positivistas e, lá se impregnou de racionalismo.

Segundo o autor, a doutrina de Comte em Minas foi pouco difundida, talvez, diz, pelo apego ao catolicismo do povo mineiro. Mas, afirma ter havido um *surto positivista* entre professores da Escola de Minas de Ouro Preto, na década de 1880.⁶² Mesmo com esta observação, Lins não se apercebe da influência do positivismo na Escola, preferindo atribuir o contato de Pinheiro com o ideal, como já afirmamos, aos tempos de São Paulo.

Antes de tratarmos da questão religiosa em João Pinheiro na visão de Ivan Lins, outro ponto merece atenção. Em *O Positivismo no Brasil*, João Camilo de Oliveira Torres⁶³, nas palavras de Lins, coloca em dúvida a adesão de Pinheiro ao positivismo, devido a ser ele o precursor da economia dirigida e do planejamento econômico em Minas. Mas, retruca Lins, este é exatamente um dos pontos centrais da doutrina pois,

“...uma das características mais marcantes de Augusto Comte é haver-se insurgido contra a economia liberal, preconizando abertamente a economia dirigida e o planejamento econômico.”⁶⁴

Esta afirmação para nós é fundamental. Defendemos que este antiliberalismo, com a preconização da intervenção do governo para planejar e guiar o *progresso* ou, como

⁶⁰ LINS, 1960. Op. Cit. pp. 33-37

⁶¹ *Ibidem* p. 38

⁶² *Ibidem* p. 38

⁶³ Lins cita esta posição de João C. O. Torres em *O positivismo no Brasil* mas, a mesma formulação pode ser encontrada sob a seguinte forma em outro texto: João Pinheiro tirou do positivismo um “*sentido realístico das coisas e da situação criada pela República um conceito novo de política (...) revelou as possibilidades que o novo regime oferecia quando entregue a figuras realmente bem dotadas. O resultado, evidentemente não poderia deixar de ser um paradoxo: um discípulo, posto que remoto e de aprofundadas dissidências de um adversário do intervencionismo estatal, transformado em precursor do planejamento.*” TORRES, J. C. de Oliveira. A Respeito de João Pinheiro. In: COELHO, 1960. Op. Cit. P. 183

⁶⁴ LINS, 1967. Op. Cit. p. 220

dizemos atualmente, o desenvolvimento, é o ponto principal apreendido do positivismo na formação política de João Pinheiro.

A última questão que gostaríamos de resgatar de Ivan Lins diz respeito à posição adotada por João Pinheiro quanto à religião. Como vimos anteriormente, um movimento que visa dissociá-lo do positivismo, aproximando-o da religião católica, acontece quando da projeção política de seus descendentes. Talvez, este movimento dos herdeiros políticos de Pinheiro se deva a um aspecto lembrado por Ivan Lins. Quando no governo, diante da solicitação da participação da banda da polícia em festividade religiosa, conforme era a tradição, Pinheiro escreve uma carta ao Chefe de Polícia proibindo esta participação, sob a alegação da necessidade de cumprir-se a constituição e sua determinação da separação entre o Estado e a religião. Lins observa que, só

“...convicções positivistas muito profundas levariam um político moço, tendo diante de si a perspectiva da Presidência da República, a proceder de tal modo, num Estado, como o de Minas, onde o clero foi sempre tão influente.”⁶⁵

Talvez, esta grande influência do clero em Minas tenha sido determinante para que as gerações futuras dos Pinheiros buscassem construir a memória do político republicano-positivista como a de um católico. Sobre isto, muito interessante é a comparação dos trabalhos de Francisco de Assis Barbosa e Ivan Lins pois, a partir do mesmo documento, apresentam versões diferentes. O segundo informa que *“nenhum sacerdote foi chamado para prestar-lhe assistência religiosa”*, quando de sua enfermidade. Afinal, afirma baseando-se no discurso pronunciado por Pinheiro na posse de D. Silvério, que ele mesmo deixara claro um ano antes não ser católico.⁶⁶ Já Barbosa, com base no mesmo documento,

⁶⁵ Ibidem

⁶⁶ Ibidem p. 219

onde Pinheiro afirma ser a religião católica a de seus pais e a de seus filhos, infere ser ele, se não católico, muito próximo disto.⁶⁷

Pensamos ser a análise de Lins a mais correta. Mas, além destes documentos usados pelos autores, descobrimos recentemente anotações de Pinheiro que, ao tratar do assunto em alguns trechos, esclarece de forma inequívoca o quanto se afastara da religião católica. Este afastamento, conforme veremos no primeiro capítulo, se dá, já aos tempos do Seminário de Mariana.

Passemos à frente, analisando outra formulação acerca da trajetória de João Pinheiro, a de Helena Bomeny, autora de três textos sobre o personagem.⁶⁸ Em *Pinheiro da Mineiridade*, articula argumento contido em *Os Guardiães da Razão. O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional*, aprofunda-se na análise de um dos pontos centrais de *Guardiães*. Nossa escolha é privilegiar, aqui, a análise de *Guardiães*, visto que os dois argumentos apresentados nos outros escritos estão nele contidos. Antes porém, vale um breve esclarecimento. Nesta obra, a autora trata da geração de modernistas mineiros da década de 1920 que tem como maior expoente, Carlos Drummond de Andrade. Mas, buscando contrapor o projeto de nação defendido por este grupo ao projeto de João Pinheiro, dedica grande parte à análise do segundo projeto o qual será motivo de nossa investigação. O projeto dos modernistas da década de 1920, assim, só nos interessa à medida que oferecer esclarecimento em relação ao projeto de Pinheiro.

No livro, a autora apresenta a Minas Gerais do final do século XIX. Uma Minas dividida, com facções políticas representando interesses econômicos e regionais divergentes. Neste

⁶⁷ BARBOSA, 1986. Op. Cit. p. 59

⁶⁸ BOMENY, Helena. Pinheiro da Mineiridade. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, V.5, nº 2, mai-ago, 1990.; Idem. *Guardiães da razão: Modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994.; Idem. O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional. In: GOMES, 2005. Op. Cit. pp. 137-166

contexto, duas ações são importantes no novo cenário político surgido após a implantação da república. As unidades da federação no novo arranjo institucional, adquiriam maior importância, em vista da descentralização de poder.

Por um lado, um chamado à conciliação, à prudência, materializado no discurso da mineiridade. Discurso este que visava escamotear divergências intra-elites mineiras e, assim, permitir ao Estado se apresentar unido, ganhando maior poder no cenário político nacional. Por outro lado, há a mudança da capital, de Ouro Preto, para Belo Horizonte, permitindo à Minas dividida, se tornar “*a Minas preparada para os novos tempos republicanos.*”⁶⁹

João Pinheiro está presente como “*ator político*”, o “*modernista de final de século*”, na elaboração da estratégia da conciliação e no projeto de construção da nova capital. Segundo a autora, rotular como modernista Pinheiro, advém da dimensão moderna do projeto educacional que buscará implantar quando governador. Um projeto “*pragmático, leigo, profissionalizante e desenvolvimentista*”. Uma “*alternativa local no sentido de implementação de uma sociedade moderna.*”⁷⁰ Este projeto, diz Bomeny, “*permanece na memória da educação nacional como alternativa a ser explorada.*”⁷¹

Concordamos com grande parte dos argumentos apresentados demonstrando a diferença deste projeto esquecido de nação, que tem como base a idéia de “*uma coleção de indivíduos*”, do projeto adotado a partir dos anos 1930, que tinha como base a idéia de nação como “*um indivíduo coletivo*”.⁷² O primeiro projeto, segundo a autora, identificar-se-

⁶⁹ BOMENY, 1994. Op. Cit. pp. 6-25

⁷⁰ Ibidem. p. 28

⁷¹ Ibidem. p. 25

⁷² Ibidem. p. 142

ia com a “*utopia liberal americana*”⁷³, um “*modelo de tipo individualista*”⁷⁴. Quando usa o termo “*americana*”, a autora se refere aos Estados Unidos, a um projeto republicano norte-americano.⁷⁵ Neste projeto, diz Bomeny, “*o liberalismo se mostrava capaz de viabilizar estruturas mais modernas.*”⁷⁶

A utopia liberal norte americana de que fala Bomeny, baseia-se segundo nossa análise, nas formulações de Hannah Arendt em *Da Revolução*, apesar de pouco citada ao longo do texto. Porém, confirma-se esta impressão pois, utiliza-se de um trecho de Arendt, no original, em inglês, para iniciar a parte em que vai mostrar a diferença entre os dois projetos de nação. O trecho selecionado refere-se à lamentação da autora (Arendt) quanto à Revolução Francesa ter feito história enquanto a triunfante Revolução Americana, ter permanecido um evento com importância apenas local.⁷⁷

A partir desta constatação é que podemos apontar nossa discordância da abordagem empreendida por Helena Bomeny. Acreditamos que, liberalismo não é o termo adequado para expressar a idéia defendida por Arendt em seu livro, mas sim, republicanismo. A autora de *Da Revolução*, mostra exatamente o conflito entre dois ideais dentro da própria Revolução Americana. Um, o republicanismo, direcionado à busca pela liberdade e ao autogoverno. Outro, o liberalismo, entendido como a limitação da ação do governo, do poder de intervenção do Estado na vida do cidadão.⁷⁸

⁷³ Ibidem. p. 165

⁷⁴ Ibidem. p. 142

⁷⁵ Ibidem. Cf. p. 158

⁷⁶ Ibidem. p. 160

⁷⁷ Ibidem. p. 159

⁷⁸ ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Brasília/São Paulo: Editora Universitária de Brasília/Editora Ática, 1988.

Mas, passemos a tratar de outro autor, José Murilo de Carvalho, que defende a existência em Minas de um projeto de nação influenciado pelos ideais norte-americanos. Nascido no ambiente *libertário* da Minas mineradora do século XVIII na qual as constantes

“..agitações (...) giravam em torno do tema da liberdade, seja a liberdade política da capitania em relação ao domínio metropolitano, seja a liberdade civil dos indivíduos em relação ao domínio dos senhores, seja mesmo a liberdade algo selvagem dos potentados em relação à lei.”⁷⁹

Consolidado na proposta dos inconfidentes, com o fracasso do movimento, tal projeto, defende Carvalho, *hibernou*. Em sua visão, esta *utopia* foi fruto dos ideais iluministas. Como principais características, havia a busca pelo progresso com a crença na razão e na ciência como modo de o tornar real. Sobretudo, a *utopia*, dizia respeito à busca pelo estabelecimento da liberdade.⁸⁰

Nascido na Inconfidência, este modelo norte-americano, seria mencionado de forma abundante principalmente por dois investigados, Tiradentes e Álvares Maciel, na devassa que resultará na condenação do primeiro à morte e do segundo ao degredo.⁸¹ Mas, apesar do desmantelamento do grupo envolvido nas discussões sobre a independência mineira de Portugal, em fins do século XVIII, os ideais passariam a ter uma *vida subterrânea em Minas*. Ao longo dos séculos XIX e XX certos personagens da vida política mineira os reencarnam. Carvalho cita, como exemplos de personalidades políticas nas quais se observa a marca deste ideal, Teófilo Otoni, na primeira metade do século XIX, João Pinheiro, entre os dois séculos e, Juscelino Kubistchek.⁸²

⁷⁹ CARVALHO, Jose Murilo de. Ouro, Terra e Ferro: Vozes de Minas. In: GOMES, 2005. pp. 55-78. Op. Cit. p. 58

⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. Minas e as Utopias ou as Utopias de Minas. In: **Utopias: sentidos Minas margens**. ANDRÉS, Aparecida (Org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1993.

⁸¹ Ibidem p. 113

⁸² Ibidem. pp. 113 ss.

Então, o autor aponta a existência de características comuns a esses personagens. Todos provinham de cidades mineradoras, de famílias pobres e, por isso, ganharam a vida com esforço próprio o que os fazia crer no valor do mérito pessoal e, finalmente, todos tinham formação técnica e foram empresários.⁸³ Representaram, cada qual a seu tempo, a *reencarnação* daquele ideal hibernado, quando da repressão aos inconfidentes. Em uma Minas que se transformara com o avançar do século XIX em uma sociedade de características ligadas à atividade rural, em oposição à Minas urbana e libertária do século XVIII, as ações políticas desses homens demonstram a permanência do projeto republicano de influência norte-americana.⁸⁴

Dois projetos convivem na Minas do século XIX e XX. Um, com ênfase no urbano, na sociedade, na ciência, na crença no indivíduo e no mérito pessoal, no progresso e no futuro. Outro, nascido das transformações econômicas em direção à hegemonia da atividade rural, com ênfase no Estado, na religião, na família e no grupo, na ordem e na tradição.⁸⁵ Em síntese, este é o argumento de José Murilo de Carvalho em seu texto.

Porém, quanto ao personagem que é nosso interesse, João Pinheiro, o autor faz algumas ressalvas quanto a perfilá-lo dentre os herdeiros desta tradição republicana. Segundo Carvalho, sua adesão ao positivismo “*o desviavam um pouco do ideal americano*” mas, como “*não adotava o autoritarismo dos positivistas ortodoxos*”, manteve *aspectos* do ideal.⁸⁶ Mais à frente, ao apontar a formação técnica e não jurídica como das características comuns aos mineiros *americanos*, volta a colocar um porém quanto à Pinheiro. Apesar de

⁸³ Ibidem

⁸⁴ Ibidem

⁸⁵ Ibidem p. 115

⁸⁶ Ibidem p. 114

reconhecer que a passagem pela Escola de Minas marcou profundamente Pinheiro⁸⁷, diz que,

*“...à exceção parcial de João Pinheiro, não integraram a tradição da formação jurídica que era característica das elites não só da Minas agrárias, mas de todo o Brasil Império e de boa parte da República.”*⁸⁸

Em texto recentemente publicado no livro *Minas e os fundamentos do Brasil Moderno*, José Murilo de Carvalho volta a expor o argumento acima apresentado, trazendo novos elementos.⁸⁹ No primeiro texto, contrapõe duas tradições mineiras, a do ouro e do ferro, ligada à liberdade e ao progresso, e a rural, ligada à tradição. Em *Vozes de Minas*, trata o ouro e liberdade, a terra e a tradição e, o ferro e o progresso, de forma separada. Cada uma das vozes (ouro, terra e ferro) simboliza *“...diferentes tipos de economia e sociedade (...) em referencia aos produtos que, em diferentes épocas, conferiram dinamismo à economia e marcaram a sociedade mineira.”*⁹⁰

Do século XVIII, à metade do XIX, a voz da liberdade era a única que se fazia ouvir nas Minas. A da tradição, passou a ser hegemônica nos cem anos que se seguiram. Na segunda metade do século XX, a voz do progresso passou a compor um trio com as duas primeiras.⁹¹ Repete o argumento apresentado em *Minas e as Utopias* sobre a ligação do tema da liberdade se ligar ao ambiente libertário do século XVIII mineiro e, a da tradição obter a hegemonia na medida em que a sociedade e economia da, então província, se tornam majoritariamente ligadas ao rural.⁹² Mas, o projeto do progresso, apesar de já

⁸⁷ Ibidem

⁸⁸ Ibidem p. 115

⁸⁹ CARVALHO, Jose Murilo de. Ouro, Terra e Ferro: Vozes de Minas. In: GOMES, 2005. Op. Cit. pp. 55-78.

⁹⁰ Ibidem. p. 55

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem. pp. 55-68

presente à época da Inconfidência, na figura de Maciel e, no século XIX, com João Pinheiro, aparece como mais característico do século XX, com JK e, com Israel Pinheiro.⁹³

No esquema que segue o autor,

*“...João Pinheiro representou a ponte entre a voz da terra e a do ferro, a passagem da mentalidade agrária para a desenvolvimentista, Juscelino significou a ponte de retorno, recuperando o tema da liberdade dentro do novo contexto industrializante.”*⁹⁴

Neste escrito, José Murilo apresenta João Pinheiro como representante, mais da ordem da tradição e do progresso, do que como, da liberdade.⁹⁵ Discordamos desta posição. Parece-nos que uma visão equivocada acerca do positivismo, acarretando uma leitura onde este ideal necessariamente se liga a um modelo autoritário, leva Carvalho, equivocadamente, a afastar Pinheiro do tema da liberdade.

Algumas considerações do autor, no próprio texto, permitem intuir o acima afirmado. Segundo o autor, Pinheiro não pode ser colocado, sem restrições, no grupo dos homens representantes da liberdade em Minas, devido à “*sua formação mista*” e sua adesão à doutrina de Comte ou, ao seu “*traço positivista*”.⁹⁶ Quando fala da criação da nova capital mineira em fins do século XIX, como marco do progresso, tendo em Pinheiro o maior entusiasta, se refere a outro personagem positivista – Aarão Reis. Engenheiro responsável pelo planejamento e construção de Belo Horizonte, era positivista “*não religioso*”. Para o autor, o rótulo, *positivista não religioso*, tem como principal característica “*...ter absorvido*

⁹³ Ibidem. pp. 69-72

⁹⁴ Ibidem p. 72

⁹⁵ Ibidem p. 68

⁹⁶ Ibidem. p. 67

da doutrina de Comte, sobretudo, os aspectos racionalistas e cientificistas e a crença no progresso da humanidade.”⁹⁷

Apesar de ser correta a indicação destas características do ideário positivista de Aarão Reis, para nós, não são as principais. Como afirma Antônio Paim em sua introdução à *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*, Aarão Reis representa uma corrente positivista que tem como principal característica “...a crítica à economia política liberal e a formulação de uma ampla doutrina centrada no intervencionismo estatal.”⁹⁸ No texto de Aarão Reis publicado na coletânea organizada por Paim, *O Regime Político e o Papel do Estado*, todo o argumento gira em torno desta idéia.⁹⁹ Em João Pinheiro este será o principal significado do positivismo.

Mas, voltando às elaborações de José Murilo, outros pontos merecem atenção. Para sustentar a ligação de JK com o ideal da liberdade, o autor lembra que,

*“...quando presidente, não se deixou, tentar em momento algum por aventuras autoritárias. Respeitou o Congresso, os partidos e a imprensa, anistiou militares amotinados, lutou contra militares e políticos golpistas, recusou sugestões de prorrogação de mandato.”*¹⁰⁰

Fica a pergunta: João Pinheiro, estando no poder por duas vezes, se deixou tentar *por aventuras autoritárias*?

Mas, o que mais chama atenção sobre este aspecto, do tema liberdade, no texto de Carvalho, é o tratamento dado a Milton Campos. Segundo o autor, “*Milton Campos, o melhor dos udenistas, também se distinguia pela adesão à liberdade...*”. Mas, o mesmo Campos, diz Carvalho, *ironicamente*, “...assinou, como ministro da Justiça do marechal

⁹⁷ Ibidem. p. 64

⁹⁸ PAIM, Antônio. Introdução. In: Idem (org.) **Plataforma Política do Positivismo Ilustrado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 9

⁹⁹ REIS, Aarão. O Regime Político e o Papel do Estado. In: Ibidem. pp. 141-160

Castelo Branco, o decreto de cassação dos direitos políticos de Juscelino.”¹⁰¹ Apesar de apontar esta mácula no currículo do liberal, o autor, *o distingue* por sua ligação com a liberdade e sem apontar fato algum, a não ser os *traços* positivistas, a adesão à liberdade de Pinheiro é vista com restrições!

Ainda sobre este tema, o autor aponta como característica do grupo ligado à voz do ouro, a vontade de “...mudar a realidade pela ação política e da técnica, se possível dentro da lei.” Distinguindo-os da maioria da elite política que, do Império aos nossos dias, devido à formação bacharelesca, busca “...enquadrar a realidade nas leis.”¹⁰² Mais uma vez, neste momento, faz restrição à Pinheiro que teve formação jurídica. Mas, como lembra o próprio autor, João Pinheiro passou antes pela Escola de Minas de Ouro Preto. Não há motivo pois para se fazer exceção à Pinheiro quanto a seu senso de realidade, ainda que de forma parcial, como faz o autor.

Neste ponto acreditamos que duas são as razões para o equívoco cometido por José Murilo de Carvalho, quanto à João Pinheiro. Em primeiro lugar, uma interpretação contestável em relação a opção do projeto modernizador defendido por Pinheiro e a prioridade na busca da modernização agrícola. Para Carvalho, esta opção deve-se a um *acordo*, feito *abertamente*, com a *Minas Ibérica*, como designa a voz da terra, da tradição.¹⁰³ Na verdade, a opção pela ênfase na modernização agrícola, em nossa opinião, deve-se exatamente a uma visão realista da estrutura econômica mineira à época. Mais do que isto, este senso de realidade tinha suas bases em uma apreensão peculiar do ideário positivista.

¹⁰⁰ CARVALHO, 2005. Op. Cit. P. 72

¹⁰¹ Ibidem. p. 72

¹⁰² Ibidem. p. 73

¹⁰³ Ibidem. p. 78

Em segundo lugar, a interpretação de José Murilo de Carvalho é tributária da elaboração de Francisco de Assis Barbosa que, como vimos, confere pouca importância à passagem de João Pinheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto. Quanto a este ponto, mais interessante é notar que, Carvalho é autor de um dos principais trabalhos sobre a Escola de Minas de Ouro Preto.¹⁰⁴ Em *O Peso da Glória*, defende a tese, assim como o faz em *Vozes de Minas*, que a instituição contaminou o ambiente em que se inseria, ou seja, Minas. Este contágio se deu através da disseminação do que define como o “espírito de Gorceix”, fundador, em 1876, e diretor da escola até pouco após a Proclamação da República.

Porém, no mesmo livro, aponta as dificuldades de Henri Gorceix para lidar com as autoridades provinciais, defendendo que sempre se dirigiu ao governo central, na Corte, mais especificamente à D. Pedro II. Parece-nos algo contraditório estes dois movimentos. Se a ligação de Claude Henri Gorceix fazia-se diretamente com o poder central, como se daria um contágio, nas dimensões defendidas pelo autor, do espírito progressista “de Gorceix”, dentre as elites políticas mineiras? Deixamos esta questão para momento posterior e passamos a analisar outro escrito sobre Pinheiro.

Maria Auxiliadora Faria, em *A Política da Gleba: as classes conservadoras mineiras*, dedica um capítulo à questão da passagem do Império para a República e a arquitetura política engendrada por João Pinheiro, à frente da elite política mineira, para manter a unidade territorial e superar o que viam como decadência econômica do estado.¹⁰⁵ Segundo seu argumento, uma “...cultura política dos mineiros ou a mineiridade, a força ideológica

¹⁰⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1978.

¹⁰⁵ FARIA, Maria Auxiliadora. **A Política da Gleba: as classes conservadoras mineiras**. Discurso e prática na Primeira República. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. 1992. Liberdade, Ordem e Progresso. pp. 80 –111

que, nos anos difíceis pós Proclamação, garantiu a unidade de Minas.”¹⁰⁶ Desde há muito, conformando-se a partir do século XVIII, havia uma “...especificidade cultural do mineiro inserido em seu espaço geográfico...”.¹⁰⁷ Mas, já consistente nos tempos provinciais, apenas após a Proclamação, tomou corpo “...a idéia de uma especificidade histórico cultural mineira...”.¹⁰⁸

João Pinheiro teve papel central neste processo que, incluiu o resgate de um passado comum, o culto a Tiradentes e, a fundação da nova capital, visando criar um espaço político neutro para, assim, unir as diversas regiões do *mosaico mineiro*.¹⁰⁹ Mas, a autora, além da construção da nova capital, para ela fundamental, destaca outro elemento importante “na aventura modernizante da República”. A busca da transposição do “espírito de Gorceix”, consistindo na valorização da ciência e técnica enquanto instrumentos práticos para transformar a realidade econômica, para o setor mais importante da economia do Estado à época: a agropecuária.¹¹⁰ A autora, apesar de apresentar João Pinheiro como principal responsável por este projeto, aponta que, apesar da preferência pelo *bacharelismo*, buscando formação na Faculdade de Direito de São Paulo, não ficou *immune às influências do “espírito de Gorceix”*.¹¹¹

Talvez, o aspecto mais importante do texto de Maria Auxiliadora de Faria, no que se refere a João Pinheiro, encontra-se no argumento de que a prioridade ao desenvolvimento econômico em seu projeto político era possível devido à crença de serem a liberdade e ordem princípios enraizados na vivência da população mineira.¹¹² Daí o título *Liberdade*,

¹⁰⁶ Ibidem. p. 90

¹⁰⁷ Ibidem. p. 91

¹⁰⁸ Ibidem. p. 96

¹⁰⁹ Ibidem p. 96-110

¹¹⁰ Ibidem. p. 102-103

¹¹¹ Ibidem. p. 103-104

¹¹² Ibidem. p. 98

Ordem e Progresso, desta parte em que trata do projeto político de Pinheiro. Para a autora, o projeto daria conta destas três dimensões o que, a nosso ver, se mostra a melhor leitura do projeto político de João Pinheiro.

Outro autor que oferece importante abordagem sobre o projeto político de João Pinheiro é Otávio Soares Dulci. Em um primeiro momento, ao tratar da *recuperação econômica em Minas*, dedica um capítulo às *origens do desenvolvimentismo mineiro* em que confere papel à Pinheiro enquanto precursor de uma política de desenvolvimento no Estado.¹¹³ Em texto recente, o autor volta-se exclusivamente para o papel de Pinheiro, ligando-o às *origens do desenvolvimento mineiro*. Embora de forma mais elaborada, encontra-se ali a defesa da mesma idéia sobre o projeto de Pinheiro, já colocada no livro, em que trata da questão do desenvolvimento econômico mineiro até os anos sessenta do século XX.¹¹⁴ Assim, decidimos trabalhar aqui com este segundo texto no qual defende o mesmo argumento.¹¹⁵

Da análise de Otávio Soares, gostaríamos de destacar dois pontos, os quais, em nosso entendimento, permitem vislumbrar o âmago de sua formulação. Em *João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro*, o autor começa por destacar a brecha aberta no momento de passagem da monarquia para a república para empreenderem-se mudanças significativas na estrutura do país. Com o fim da escravidão e a conseqüente equalização jurídica de todos os indivíduos, a adoção do sistema federativo, mais conveniente à realidade heterogênea do território brasileiro e a separação entre a Igreja e o Estado, “...*tem-se um quadro das possibilidades democráticas abertas naquele momento.*” Mas, passando

¹¹³ DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999. pp. 37-58

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ DULCI, Otavio Soares. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, 2005. Op. Cit. pp. 109-136

ao largo do ideal republicano-democrático, um pacto entre as velhas e novas elites reduziu, paulatinamente, o “...*potencial transformador da mudança institucional.*”¹¹⁶

João Pinheiro, para Dulci, aparece, neste contexto, como “*uma espécie de consciência reflexiva*”.¹¹⁷ Para o autor, deve-se destacar no projeto de Pinheiro a visão pragmática, sem se acomodar à realidade porém, sem investir *quixotescamente* contra a mesma.¹¹⁸ Mas, ao longo do texto busca mostrar a centralidade da questão do desenvolvimento ou, progresso, termo utilizado à época.¹¹⁹ Apesar de esclarecer que, ao lema positivista *Ordem e Progresso*, para entender Pinheiro é preciso adicionar o tema da liberdade, todo o texto é construído sobre a questão do progresso. Dulci também chama atenção de que o desenvolvimento pretendido por João Pinheiro não era apenas econômico mas, *socioeconômico*.¹²⁰

A primeira constatação que deve ser feita é a de que, o autor privilegia a questão do progresso ou desenvolvimento econômico em João Pinheiro pois este é seu tema. Não apenas neste texto, mas já quando resgata a figura de Pinheiro em seu livro como precursor do desenvolvimentismo mineiro, privilegia a questão do desenvolvimento econômico. Desta forma, o comentário que se segue busca, mais do que divergir, apenas apresentar uma idéia de fundamental importância para nós. A abordagem de Dulci e, como já vimos, de grande parte das abordagens sobre Pinheiro versarem principalmente sobre o tema do progresso ou desenvolvimento econômico, acreditamos que isto se deva ao fato da criação

¹¹⁶ DULCI, 2005. Op. Cit. pp. 109-110

¹¹⁷ Ibidem. p. 110.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem.

Afirmações como a de que a “...*atenção aos assuntos econômicos se nota desde os primeiros escritos de João Pinheiro*” demonstram como o autor atribui ao projeto político uma centralidade aos assuntos econômicos. P. 114

¹²⁰ Ibidem.

posterior, principalmente dos anos sessenta do século XX, que buscavam destacar esta característica de seu projeto. Voltaremos ao assunto ao tratar de outro escrito.

Voltando ao texto de Dulci, acreditamos existir apenas uma questão problemática em sua formulação. Quando trata do projeto de Pinheiro, mesmo reconhecendo que o positivismo conferia a este o caráter intervencionista, afirma: “*Liberal no plano político, seu liberalismo era temperado no terreno econômico pela visão pró-ativa do positivismo no tocante à busca do progresso.*”¹²¹ Para nós este é um problema. Como colocar em uma mesma sentença a afirmação da defesa do intervencionismo estatal (tratada pelo autor com o termo em voga nos meios empresariais *pró-ativa*) e do liberalismo? Não achamos ser, como já afirmado, a teoria liberal, adequada para apreensão da formação política de João Pinheiro e, conseqüentemente, de seu projeto político. Por este motivo, torna-se importante para nós o resgate de uma teoria republicana que se opõe à teoria liberal clássica.

Sigamos adiante, analisando outra pesquisa sobre os primórdios do regime republicano em Minas, na qual confere-se a João Pinheiro papel de destaque. Em *Pois Tudo é Assim*, Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo, investiga os atos políticos dos primeiros quinze anos do novo regime no Estado, entendendo que tiveram “...*como função uma prática pedagógica.*”¹²² Apesar da dissertação ter como foco central a questão educacional, o autor inicia, em seu primeiro capítulo, *A Longa Noite de Cem Anos*, por fazer um balanço da historiografia sobre Minas, especialmente na questão econômica. Demonstra como, apesar do discurso oficial do início do período republicano e, no mesmo caminho, a historiografia alegarem a decadência econômica de Minas no século XIX, a realidade não foi bem esta.

¹²¹ Ibidem.

¹²² BANDEIRA DE MELO, Ciro Flávio de Castro. **Pois Tudo é Assim... Educação, Política e Trabalho em Minas Gerais (1889-1907)**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, junho de 1990. (Dissertação de mestrado). P. 1

Apoiando-se em trabalhos que demonstram o contínuo crescimento da economia mineira ao longo do século XIX, o autor não deixa dúvidas quanto ao erro de se atribuir à economia mineira do século que se segue ao fim da era da mineração do ouro, um caráter estacionário ou decadente.¹²³

O autor mostra que, o século XIX, foi rico em projetos, alguns até mesmo se transformaram em lei, visando difundir a educação, modernizar a economia, sobretudo agrícola da província mas, pouco se alterou a realidade. Como um dos possíveis fatores causadores desta dificuldade de transformar em realidade estes projetos modernizadores de parte da elite mineira, havia a centralização de poder refletindo-se, na província, em uma descontinuidade administrativa. Durante o período imperial, Minas teve 122 períodos administrativos o que, em média, representa a permanência por pouco mais de seis meses de cada governante no cargo.¹²⁴

Mas, com a autonomia política estabelecida para as unidades da federação com a mudança do regime, tornou-se possível o estabelecimento de um projeto nascido dos desejos da elite local. Para Ciro Bandeira de Melo, a implantação da República no Brasil resultou das transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, “...empurrando o país para os quadros da divisão internacional do trabalho, decorrente da expansão capitalista.”¹²⁵ Com o fim da escravidão e a conseqüente necessidade de estruturar-se um novo sistema em que o trabalho se transforma em mercadoria, as “classes conservadoras” tomaram frente do processo de mudanças.

Bandeira de Melo aponta que a exclusão do voto aos analfabetos indica, já, o intuito da construção de um *demos* reduzido, visto que a grande maioria da população do país se

¹²³ Ibidem. pp. 9-60

¹²⁴ Ibidem. pp. 20-23

constituía de indivíduos iletrados. Para ele, o final de uma frase pronunciada por João Pinheiro em entrevista ao jornal *O Paiz* – *pois tudo é assim* – é emblemática. Define

“...em sua extensão e profundidade, os controles republicanos na formulação da cidadania restrita, no espaço limitado da participação política que marcou originalmente a República...”¹²⁶

O Congresso realizado em 1903 em Belo Horizonte, presidido por João Pinheiro, marca, claramente, para o autor, o que descreve, como a culminância de um processo que tem sua gênese na Lei de Terras de 1850, visando limitar o acesso à terra. Deste modo, um discurso *ideológico de modernidade*, busca legitimar a dominação da elite sobre a massa em um processo que visava, sobretudo, “adestrar” e garantir mão de obra, no novo sistema do trabalho mercadoria, em substituição ao escravismo.¹²⁷

No período republicano, João Pinheiro teria cumprido papel central neste processo. Enquanto líder das “classes conservadoras”, tanto suas ações enquanto presidente do Congresso de 1903, quanto as de seu governo entre 1906 e 1908 buscaram o estabelecimento desta dominação legitimada de forma ideológica, de uma classe sobre a massa. O autor defende a tese da existência de *namoros* de Pinheiro com o *regime ditatorial de Porfírio Diaz*¹²⁸ atribuindo-lhe comportamento *politicamente adequado à época*, agindo conforme os padrões e controlando, enquanto chefe do governo as eleições.¹²⁹

Para sustentar a tese do *namoro* de Pinheiro com o porfiriato, Bandeira de Mello utiliza-se de dois documentos em que aparecem citações ao modelo mexicano feitas pelo então

¹²⁵ Ibidem. p. 2

¹²⁶ Ibidem. p. 170

¹²⁷ Ibidem. p. cf. capítulos II e III. Argumento encontra-se resumido na conclusão às páginas 166-170.

¹²⁸ Ibidem. p. 155 Porfirio Diaz chegou ao poder no México em 1876, governando por décadas. Em torno dele orbitou um grupo, conhecido por *científicos*, adepto do positivismo.

¹²⁹ Ibidem.

governador. Em seu Manifesto-Programa e em entrevista concedida ao jornal *O Paiz*, Pinheiro se refere ao modelo mexicano, é verdade. Porém, refere-se também ao modelo argentino, japonês, norte-americano, australiano, dentre outros. No que diz respeito ao caso mexicano, busca, especificamente, citar o modelo implantado quanto à mineração o qual, deveria ser estudado para o caso brasileiro, sobretudo, para Minas Gerais.¹³⁰

Como já foi visto ao longo desta revisão, vários autores apontam a marca do respeito de João Pinheiro à decisão das urnas, o que o diferenciava da maioria da elite política da época. Acreditamos não haver base para sustentar tal aproximação entre as ações de Pinheiro e o regime de Porfírio Diaz. Mais do que isto, a questão do estabelecimento de um *demos* reduzido e da dominação de uma *classe dominante* sobre a massa, parece-nos mal colocada. Não há dúvida sobre existirem tais características no processo de instauração da república brasileira mas, João Pinheiro e seu projeto, dentro dos parâmetros da época se encontram entre aqueles que defendiam a inclusão dos indivíduos à comunidade política, sobretudo, através da educação.

Ademais, é preciso colocar em perspectiva a questão do *demos* reduzido pois, se assim não fizermos, corre-se o risco de incorrer em anacronismo. A maioria dos *demos*, à época, tinha limitações para participação. Basta lembrar o fato de, segundo os parâmetros atuais, serem todos os *demos* reduzidos em começos do século devido à exclusão das mulheres que representariam, grosso modo, metade da população. A análise apresentada em *Pois Tudo é Assim*, tem como principais fatores positivos a demonstração da falsa premissa de ser o século XIX visto como de decadência da economia mineira e, situar a mudança de regime

¹³⁰ Pode-se conferir o próprio Manifesto-Programa e as entrevistas concedidas a *O Paiz*, publicados em: BARBOSA, 1966; Idem, 1980 e, a entrevista, além de publicadas nos dois livros foi, recentemente publicada em GOMES, 2005. Porém, no texto do próprio Bandeira de Mello, vê-se que a discussão acerca do caso

em um panorama internacional de mudanças, com o avanço do sistema capitalista rumo aos países periféricos.

Ainda quanto a questão da dominação sobre as massas, opomos à visão de Bandeira de Mello a de Rejane Márcia Freitas de Oliveira.¹³¹ Em seu texto, além de analisar a reforma no sistema educacional, com a criação dos grupos escolares, o ensino técnico-agrícola e a fundação da Escola Normal, Oliveira busca perceber outras dimensões do papel de Pinheiro enquanto educador. Apesar de ver no sistema educacional criado a possibilidade de reforçar as desigualdades em vista da orientação de diferentes tipos de educação para classes sociais diferentes, a autora chama atenção para outro aspecto.

A importância conferida por Pinheiro à opinião pública, que o levava a explicar com clareza e divulgar seu programa, advinha da percepção da necessidade de que os valores e o projeto defendido precisavam penetrar na massa pois, só assim seria possível a conquista legítima do poder hegemônico. O objetivo seria, ao fim, com a conquista de uma autoridade legítima, evitar o conflito, articulando Estado e “sociedade civil”.¹³²

Outro autor, José Carlos Rodrigues, em *Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX*, trata do positivismo em Pinheiro apontando, ao final de seu livro, João Pinheiro, como representante do último ciclo do que denomina *consciência mineira*, que teria como principal característica a conciliação, a moderação.¹³³ Em um longo percurso da *consciência mineira*, as lições da Inconfidência e seu fim trágico e da derrota do movimento de 1842, teria levado à esta nova posição, pela conciliação, encerrando

mexicano diz respeito, especificamente, a questão da modernização da economia ligada à mineração. Cf. pp. 152-154

¹³¹ OLIVEIRA, Rejane Márcia Freitas de. João Pinheiro: o educador. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, V. 5, nº 2, maio-agosto 1990.

¹³² *Ibidem*. p. 86

¹³³ RODRIGUES, José Carlos. *Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 167-168

definitivamente a fase radical iniciada com as idéias iluministas do século XVIII que justificavam estas posições radicais.¹³⁴

Mas, nos interessa sobretudo a diferenciação que faz o autor quanto ao positivismo de João Pinheiro em relação ao que chama de *corrente positivista autoritária*. Segundo Rodrigues, do Sul (em clara referência ao Rio Grande do Sul), vinham os *ventos* estimulando o regime de exceção. João Pinheiro, ao contrário,

“...procurou conciliar os ideais do progresso e do desenvolvimento com o mais profundo senso de amadurecimento político. A consulta popular através do voto, o respeito à manifestação das ruas, sempre foram para ele um princípio sagrado.”¹³⁵

Outro texto a tratar de João Pinheiro é o de Ângela de Castro Gomes.¹³⁶ As atenções da autora se voltam para a construção da memória política empreendida pela família Pinheiro, após sua morte. Se, D. Helena, a viúva, tornou-se guardiã da memória do esposo falecido, coube a Israel Pinheiro papel central para construção dele como a *representação da idéia de Progresso*.¹³⁷ A autora, a exemplo de outros artigos, traça um perfil biográfico de João Pinheiro. Como acontece em quase toda a bibliografia sobre Pinheiro, as etapas vivenciadas antes da ida para a Faculdade de Direito de São Paulo, encontram pouco espaço no perfil biográfico traçado.

¹³⁴ Ibidem. o argumento é apresentado ao longo do livro. Apresentamos aqui, penas a tese central, de forma muito simplificada.

¹³⁵ Ibidem. pp. 169-170

¹³⁶ GOMES, Ângela de Castro. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. In: Idem, 2005. Op. Cit. pp. 79-108

¹³⁷ Ibidem. p. 91 A autora à página indicada expressa a tese que defende, segundo a qual a construção que a família empreende busca colocar João Pinheiro como representação da idéia de progresso. Ao longo do texto, apesar de não explicitar de forma clara, fica a impressão do papel central exercido por Israel Pinheiro para a consolidação da memória do pai nestes termos. Talvez, esta impressão decorra do fato de este ser o descendente de João Pinheiro que alcançou maior prestígio político e, também, da ligação, já mencionada, do lançamento do livro de Francisco de Assis Barbosa com a coletânea de documentos de João Pinheiro ter se dado quando da chegada ao poder de Israel no Estado de Minas, em 1966.

Gomes, passa de forma breve pela situação de dificuldades da família devido à vida atribulada e morte precoce do pai. Após o que, dedica uma frase ao Seminário, apontando o fato de, sabidamente serem estas instituições, uma solução para a educação dos filhos das famílias sem recursos. Quanto à passagem pela Escola de Minas de Ouro Preto atribui a saída de Pinheiro por “*não se acertar com a engenharia*”.¹³⁸ Dedicava maior espaço à formação na Faculdade de Direito de São Paulo onde, segundo a autora, só pode estudar, devido à ajuda do irmão e do tio.

Também atribui ao ambiente paulista a aproximação ao positivismo, uma das vertentes das *idéias científicistas*. Pinheiro, segundo a autora, pode ser considerado um dos políticos vinculados à chamada Geração de 1870 ou, Ilustração Brasileira e, questões podem ser colocadas acerca da elaboração de Gomes. Como a maioria da bibliografia, atribui a adesão de Pinheiro ao positivismo ou, à vertente científicista, aos tempos da Faculdade de Direito de São Paulo. Subestima o período de estudos na Escola de Minas de Ouro Preto, acontecendo o mesmo com o Seminário de Mariana aliás, tratamento comum a quase toda a bibliografia. Para nós, a principal questão a ser colocada diz respeito à inserção de João Pinheiro no campo de um *liberalismo modernizador*.

Esta formulação onde o liberalismo encontra-se conectado à defesa do intervencionismo estatal não nos parece adequada. Insistimos na inadequação do conceito. O republicanismo, exatamente no resgate feito que o opõe ao liberalismo, mostra-se mais esclarecedor para o caso de Pinheiro.

A ênfase na ajuda recebida do tio e do irmão, apesar de corresponder à realidade, não enfoca de forma adequada o quanto foi Pinheiro o maior responsável pelo próprio sustento, afinal dava aulas em Ouro Preto e continuou a lecionar em São Paulo. Quanto a atribuir a

¹³⁸ Ibidem. pp. 82-83

saída da Escola de Minas “*a não se acertar com a engenharia*”, em correspondência o próprio João Pinheiro explica o principal motivo de sua decisão: dificuldade de empregarse como engenheiro de minas. Pode-se intuir que, muito provavelmente, havia já o desejo de se integrar à elite política através da formação jurídica mas, não se deve desprezar a justificativa alegada. Sobretudo, nos parece importante o fato de Pinheiro manter-se ligado, mesmo em São Paulo, à formação recebida em Ouro Preto, ao lecionar física e química. Quando retorna a Minas, em 1888, manterá ligação estreita com o grupo ligado à Escola. Apesar destas colocações acerca do texto de Gomes, concordamos com o argumento central nele defendido. A autora demonstra a manutenção do legado político de João Pinheiro pela família. A construção feita liga este legado fundamentalmente à idéia de progresso e, ao que mais tarde se denominou de desenvolvimentismo. Apesar de fundar-se em *bases sólidas*, dependeu deste esforço familiar para *inventar uma tradição política*. Segundo a autora,

“...suas idéias (...) vão sendo conformadas e nomeadas como fundadoras do projeto político que seria conhecido, a partir dos anos 1950, como o do desenvolvimentismo. Um projeto cujas características aliam política, economia e sociedade e que tem em Juscelino Kubitschek, outro mineiro, seu maior expoente na galeria de políticos brasileiros.”¹³⁹

Como base para a análise que fará acerca da manutenção da memória política de João Pinheiro pela família, a autora começa por apontar as principais características de seu *evangelho republicano*. O núcleo deste projeto estaria na *idéia de progresso socioeconômico*, uma inovação, dado o bacharelismo vigente à época, que buscava *soluções fundadas em leis*.¹⁴⁰

¹³⁹ Ibidem. p. 81

¹⁴⁰ Ibidem. p. 94

Um projeto político que teria como objetivo o crescimento econômico concomitante com a inclusão da população na comunidade política e a busca pela igualdade social. Como um dos marcos principais desta idéia, destacamos, a criação, mencionada pela autora, do Instituto João Pinheiro, em 1909, logo após sua morte mas, *ao feitio de seu patrono*. Ali, ministrava-se um ensino técnico-agrícola, para meninos provenientes de famílias pobres mas, merecendo destaque os procedimentos *modernos e democráticos* de ensino. Havia uma preocupação com a participação dos alunos e, como enfatiza a autora, “...antes dos educadores da escola-nova defenderem e introduzirem tais princípios...”, o que só ocorreria a partir da década de 1920.¹⁴¹

Para nós, ponto fundamental encontra-se na afirmação de Ângela Gomes de que uma das características do projeto político de João Pinheiro estava na crença na “...*autoridade política legítima (ou seja, livre de corrupção e força)*...”.¹⁴² A defesa do recurso à autoridade política tendo como objetivo o progresso mas, levando em conta os problemas socioeconômicos, para a autora, é a principal peculiaridade do projeto.¹⁴³ Porém, a defesa dos recursos da autoridade política, baseada na legitimidade adquirida na ausência da fraude e do uso de força, já o diferenciava da maioria da elite política da época.

O último ponto do *evangelho republicano* de Pinheiro analisado pela autora diz respeito ao seu *projeto agrícola*. A partir dos esclarecimentos sobre a questão agrícola feitos por Pinheiro em resposta a questão formulada pelo jornalista de *O Paiz*, em 1906, vê-se que sua prioridade era esta. O Estado, dizia, apoiaria principalmente a pequena propriedade, tanto de nacionais como de imigrantes, estimulando-os a se organizarem em cooperativas e

¹⁴¹ Ibidem. p. 92

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Ibidem. p. 95

cuidaria da educação dos agricultores e de seus filhos. Deste modo, estaria resolvida a questão de fixar o trabalhador ao solo.

Apesar de ter como preocupação central a questão agrícola, diz Gomes, o projeto de Pinheiro não se pautava, como era comum na época, pela discussão entre agrarismo e industrialismo. Segundo Pinheiro, a indústria também merecia a proteção do Estado pois para ele não havia indústrias “artificiais” Afinal, a mão de obra e o operário eram os fatores determinantes para tal atividade e não a matéria prima. A necessidade portanto, estava na existência de mão de obra treinada, seja composta por brasileiros ou imigrantes. Estas idéias, rompendo dicotomias que ainda perdurariam por anos no país, entre agrarismo e industrialismo ou, entre trabalhadores nacionais ou imigrantes, diz a autora, encantavam e causavam surpresa.¹⁴⁴

Concordamos com Ângela de Castro Gomes mas, gostaríamos de chamar atenção para o fato da decisão de Pinheiro por privilegiar a questão agrícola dever-se, sobretudo, a um diagnóstico realista da conjuntura econômica mineira. Mais do que isto, como o próprio expressa na mesma entrevista, a modernização agrícola é que poderia alcançar a maior parcela da população, visto ser esta a ocupação de grande parte dos mineiros. Com isto, fica claro estar no centro da preocupação do projeto modernizador defendido, não apenas o problema econômico mas, sobretudo, a inclusão de parcelas significativas da população na comunidade política. A aliança entre a fixação de pequenos proprietários ao solo, tornando-os portanto proprietários, incluiria-os, automaticamente, na comunidade política. Some-se a isto o projeto educacional, e estariam dadas as condições para uma maior mobilidade social.

Para a autora, o pensamento de João Pinheiro é

“...exemplo paradigmático da crença, que se perderia nas décadas finais do século XX, no Progresso entendido como uma real possibilidade de associação virtuosa entre ação política, crescimento econômico e maior igualdade social. Como Progresso para todos: para o bem público e privado dos cidadãos de uma República.”¹⁴⁵

Acreditamos que o projeto político de João Pinheiro ainda tem muito a nos dizer. A crença em um projeto educacional sólido como forma de transformar a realidade do país, continua presente mas, sem no entanto se transformar em ação. Por um breve momento, no começo do século, nos dois breves anos de seu governo, abriu-se a perspectiva, via mobilização das elites e persuasão por vias legítimas, da “sociedade civil”, da instauração de um projeto educacional transformador.

Mas, a leitura que liga Pinheiro primordialmente à questão do progresso, ou desenvolvimento econômico, não apreende a totalidade de seu projeto que tinha, também o tema da liberdade, entendida na chave republicana e, não liberal, ocupando posição de destaque. Finalizaremos nossa revisão bibliográfica com um texto de Afonso Arinos de Melo Franco, da década de 1980, que resgata, naqueles dias a *atualidade de João Pinheiro*.¹⁴⁶

Em seu texto, o autor diz ser João Pinheiro das personalidades *mais atraentes da Minas republicana*. Atribui a sua posição social – “...excluído dos hábitos e privilégios dos grupos econômicos e intelectuais dominantes, no Brasil e na Minas de então...”¹⁴⁷ –, ser ele um inovador. Afinal, não provinha das elites *bacharelescas do pós-romantismo* que reinavam durante o Segundo Império e, portanto, uma vez na vida pública, com elas não se

¹⁴⁴ Ibidem. p. 96

¹⁴⁵ Ibidem. p. 96

¹⁴⁶ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Atualidade de João Pinheiro*. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, V. 23, nº 3, set./dez. 1980. Pp. 9-18

¹⁴⁷ Ibidem. p. 9

solidarizava. No campo da moral e dos costumes foi conservador, até mesmo pela sua criação em família católica e por sua adesão ao positivismo.¹⁴⁸

Se não era um inovador no campo da moral e dos costumes, o era no tocante à concepção da incumbência do Estado e nos processos da ação política. Já na tentativa de fugir à regra da destinação à vida pública via o estudo de direito, *tentou escapar a essa regra*. Positivista e republicano, já nos tempos do Seminário de Mariana, afirma Afonso Arinos, transferiu-se para a Escola de Minas de Ouro Preto, atraído pelas ciências exatas, o que vai ao encontro da doutrina de Comte.¹⁴⁹

O autor dá grande ênfase a dificuldade para se sustentar em São Paulo, precisando trabalhar em meio a estudantes que, na sua maioria, viviam como “nobres”, com as facilidades do caminho bem traçado devido à pertencerem às famílias detentoras do poder político e financeiro.¹⁵⁰ Quando no poder, após a Proclamação, buscou a ação transformadora, já em seu primeiro e breve período à frente do governo, em 1890. A criação de um sistema de estatísticas demonstra a preocupação em conhecer a realidade concreta diferindo-o da maioria que professava “...*moralismo romântico e patriotismo retórico*.”¹⁵¹ Mas, o que chama atenção quanto aos dados solicitados ao departamento de estatística recém criado é que, além daqueles ligados à produção, comércio, indústria, população, migração, existia a preocupação com os dados sobre assistência social, saúde pública e assistência médica.¹⁵²

Desde logo, ao colocar sob incumbência do Estado a criação de uma feira de amostras na então capital, Ouro Preto, em clara alusão às exposições da segunda metade do século XIX, que haviam demonstrado os progressos da tecnologia e indústria, deixa clara sua crença no

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Ibidem. p. 10

¹⁵⁰ Ibidem. pp. 10-11

¹⁵¹ Ibidem. p. 12

intervencionismo estatal na esfera econômica. Desligando-se da política em 1894, retornou em 1903 e, em 1906 encontrava-se, mais uma vez à frente do governo do estado.¹⁵³

O autor atribui a não realização das transformações com que sonhava à falta de recursos e instrumentos públicos mas, principalmente, à morte precoce. Porém, denunciou as *realidades presentes e conseqüências futuras*. Deixou, desta maneira, um importante legado, digno de reflexão. Admirador das potências mundiais, não as tinha como modelo mas, enfocava-as a partir do prisma do que tinham sido e como conseguiram se transformar, demonstração concreta das possibilidades brasileiras. Não era dos que se lamentavam do atraso brasileiro diante dos países adiantados, tampouco dos utópicos que queriam importar modelos estrangeiros. Sua visão era *operativa*, ligava-se à idéia de ação. Acreditava em mudanças graduais, ambiciosas mas processadas de forma modesta.¹⁵⁴

Afonso Arinos opõe este modo de proceder de Pinheiro – com seu projeto ambicioso, baseado em processos modestos, para ele a essência da visão republicana – a projetos grandiosos e aparatosos. A aparência, o aparato, o desperdício, diz, são as características dos governos pessoais, denotam

“...descompromisso da grandiosidade com a necessidade social, ou, mesmo, com a utilidade social das realizações do poder. – faraônico e anti-republicano – presente, atuante e destrutivo – no Brasil moderno. – ele intoxica o curso da administração e da política, - passa a exigir mais recursos do que aqueles que podem ser alocados às necessidades do povo, - concentração de privilégio e desperdícios para as elites e concentração de carências e falta de verbas para as massas populares.”¹⁵⁵

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Ibidem. 12-14

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ Ibidem. p. 14

A alusão ao regime militar que dava os últimos suspiros quando da elaboração do texto de Arinos é clara. Porém, ao chamar atenção para esta característica, opondo a modéstia dos processos para atingir fins ambiciosos, aos atos aparatosos para serem vistos, e ligando estes comportamentos, o primeiro ao republicanismo e o segundo ao anti-republicano, Afonso Arinos toca em ponto atual. O alerta que faz então de que a República se transformou em uma festa para qual o povo não foi convidado; na necessidade de distinção entre grandeza e grandiosidade; dispêndio e desperdício, na ação administrativa voltada para o bem comum ou para uns poucos, continua valendo.

Modéstia para bem administrar, abrindo o caminho da distribuição das possibilidades para uma maioria, evitando a concentração para uma minoria. Moderação que permite a tolerância, necessidade para a plena liberdade.¹⁵⁶ Essas as lições de João Pinheiro que devem ser resgatadas na opinião de Afonso Arinos. Afinal, diz, a República tem de ser mudada “...*não para ser outra coisa, mas para voltar a ser a República.*”¹⁵⁷

¹⁵⁶ Ibidem. pp. 15-18

¹⁵⁷ Ibidem p. 16

Capítulo II

Parte I

A Família

A intenção de nosso texto não é a construção da biografia de João Pinheiro. Ao começarmos pelo tema da família pode-se, depreender por tal escolha, esta impressão errônea. A bibliografia que trata da trajetória de João Pinheiro, como se vê na revisão bibliográfica, aponta, de forma unânime, as influências em sua formação política, da sua origem nas *mais profundas camadas sociais*. Na sociedade hierarquizada do período imperial tinha grande importância o acesso aos chefes dos partidos ou à sociedade da Corte, para adentrar os círculos das elites político e intelectuais, à época indistintas. Alguns, apesar de não terem este acesso, compensavam-no com a boa condição material da família.¹⁵⁸

O que se pretende aqui é demonstrar como João Pinheiro encontrava-se no mais baixo extrato dentre aqueles com alguma possibilidade de entrar nos quadros da elite imperial. Ficará clara, após a narração de sua vida familiar o quanto é real a afirmação que ele próprio fará quanto a sua proveniência nas mais profundas camadas sociais ou, quando

¹⁵⁸ Ângela Alonso em seu *Idéias em Movimento* apresenta um esquema bastante interessante para distinguir os diversos grupos da elite imperial, segundo o acesso de cada um a recursos como acesso aos chefes partidários, à sociedade de corte ou a recursos financeiros. Segundo esta formulação, tanto mais fácil o caminho quanto mais próximo se ligava o indivíduo (ou, na maioria dos casos, a família), aos chefes do Partido Conservador. Este era o grupo, mesmo quando pertencentes a famílias economicamente decadentes provenientes dos engenhos do norte, com maior facilidade para alçar seus membros aos altos cargos do sistema imperial. Após estes, vinham aqueles com acesso aos chefes partidários liberais, tendo, também, benesses, em nível inferior. Quanto maior o afastamento deste grupo ou, da Corte, uma via direta de acesso aos empregos e benesses do Império, menor a possibilidade de integrar os quadros das esferas de poder. A autora apresenta grupos diferentes como o dos cafeicultores paulistas que, apesar de não terem, em sua maioria, acesso aos líderes partidários, detinham grande poder econômico, ascendente, o que, de certa forma, permitia alguma autonomia em relação a estrutura imperial.

ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 100-101

afirmará, em contraste com os “bem nascidos” e com caminho pavimentado para os cargos de maior prestígio, ser o criador de si próprio.

O pai de João Pinheiro, José, quando do nascimento deste, em 1860, encontra-se morando no Serro, com a esposa, D. Carolina e o filho mais velho, também José como o pai. Caldeireiro de profissão, contava com o cunhado, Luiz Antônio Pinto, homem culto e com boas relações sociais na cidade, para lhe auxiliar. Desta forma, conseguira se estabelecer na comunidade. Ali vivia com a esposa e os dois filhos até o fatídico ano de 1862.

Tinha boas relações e uma situação de relativa estabilidade financeira, segundo as informações que conseguimos obter. Antônio Pedro Pinto, pai de Carolina e Luiz, em 1861, escreve para o filho e termina dizendo que a

*“...carta serve para Carolina meu Comp. J. Pinheiro, Zeca, e todos: e do peqno. netinho preciso saber not^a. saúdo ao [?] e a todos os Sen^{es}. Italianos que p. aqui passarão.”*¹⁵⁹

Ao saudar os italianos que por lá (Caeté) passaram, o pai de Carolina não podia prever os acontecimentos desencadeados alguns meses depois pelo grupo. José seria arrastado para a tormenta e, com ele, também sua família.

O ano de 1862 foi marcado por acontecimentos trágicos para a família. No dia 9 de janeiro daquele ano, um grupo de italianos – estamos supondo que sejam aqueles a que se refere Antônio Pinto em sua carta – invadiu a fazenda do Sr. Venâncio Lucas, no Serro, e após matar um de seus escravos, roubou moedas de ouro e prata e algumas notas.

José Pinheiro, apesar de não ter participado do roubo, viu-se envolvido no caso pois, poucos dias antes, o Sr. Venâncio lhe havia emprestado algum dinheiro para pagar o carroto de uns tecidos comprados no Rio. No dia seguinte ao assalto, José foi preso. No mês de

abril, ocorreu o julgamento do bando. Três deles foram condenados à morte, um à prisão perpétua, por ser menor de 21 anos. Pinheiro foi a julgamento sob acusação de cúmplice. Foi absolvido.¹⁶⁰

Dona Carolina Augusta de Moraes, nascida em Caeté em 22 de maio de 1839, tinha parentes no Serro, onde morava; na sua cidade natal e em outras localidades da Província. O marido, após o acontecimento de 1862, mesmo absolvido, se viu em situação difícil. Tudo o que construía estava arruinado. Na cidade que escolhera para viver já não contava com a confiança dos cidadãos e, endividado devido ao período preso, precisou buscar sustento em outras paragens.¹⁶¹ A família da esposa era o único vínculo com a terra para a qual imigrara.

Nos oito anos que se seguiram, a vida da família foi marcada por dificuldades financeiras. Enquanto José viajava tentando resolver seus negócios e pagar suas dívidas, a mãe e os dois filhos ficavam em casas de parentes. A correspondência trocada entre Carolina, o irmão Luiz, o cunhado Francisco, e o marido José fornecem indicações da situação enfrentada pela família. Em maio de 1862 D. Carolina e os filhos, sem o marido, encontra-se morando

¹⁵⁹De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 04/10/1861, série 3.3, cx 3, doc 2.

¹⁶⁰ **Dossiê relativo ao processo criminal envolvendo o italiano Jose Pinheiro da Silva em 1862;** 09/05/1862. Série I, documentos pessoais, cx 1, doc 1. pp. 2-6 Trata-se de um dossiê relativo ao processo criminal contra os italianos, incluindo José Pinheiro. A maior parte dos papéis constitui-se de recortes de jornais da época que noticiam os acontecimentos, do roubo à fazenda, ao julgamento, aos desdobramentos posteriores com a fuga de presos, morte de escoltas e a ajuda de padre italiano ao bando.

¹⁶¹ Ibidem. p. .5. Em 16 de abril de 1862, *O Jequitinhonha* transcreve carta enviada do Serro. Nela, fica clara a desconfiança em relação a José Pinheiro, apesar da absolvição: “*No dia 18 do corrente foi aberta a 1ª Sessão dos jurados da cidade do Serro, em que foram apresentados pelo juiz municipal dez processos, sendo um deles o dos criminosos italianos pronunciados pelo roubo acompanhado de homicídio perpetrado na fazenda do capitão Venâncio Lucas da Costa.*

No dia 21 foram julgados os três executores do crime, Atílio Francisco Simonelli, apelidado Garibaldi, Miguel Nicolao Palumbo e Pompilio Palumbo, sendo os primeiros condenados à pena de morte e o último à de prisão perpétua, por ter o juiz reconhecido ser ele menor de 21 anos. O tal Simonelli causou espanto por sua audácia e cinismo, procedendo perante o tribunal da mesma maneira, que o padre Verger em França, a ponto de excitar a reprovação do auditório, que apinhava a sala.

No dia seguinte foi julgado o acusado como cúmplice José Pinheiro, que foi absolvido; na opinião geral este julgamento foi devido à falsa comiseração, que tem desvairado tantas vezes as decisões do júri, e que foi produzida pela habilidade e eloquência do dr. João Pinto Moreira, que veio de Ouro Preto defender o réu.”

em Nossa Senhora do Porto, distrito de Guanhães, em companhia de sua irmã Policena e do cunhado Francisco.¹⁶²

Em julho, carta enviada por Antônio Pedro Pinto a seu filho Luiz, faz menção a estarem José e a família, vivendo em Caeté. Refere-se ainda à questão do julgamento, que parece ter se desdobrado pois, diz não saber se “...já forão ou não os autos p^a. a Relação.”¹⁶³

Após estas referências, Antônio Pedro Pinto, escreve ao filho Luiz, já em 1865, pedindo notícias dos andamentos da guerra (do Paraguai) e do estado de saúde deste e do irmão Raimundo, que se encontravam nas batalhas.¹⁶⁴ Luiz retornará para o Serro como herói mas o irmão, Raimundo, perece nos campos de batalha.¹⁶⁵

Apenas em fevereiro de 1868, encontramos referências à família de João Pinheiro em carta enviada por Francisco Alves Pinto ao cunhado, Luiz Antônio Pinto. Ao final da carta, na qual pede conselhos ao cunhado, Francisco diz que a esposa e os filhos vão bem o “...mesmo acontece com m.^a Com.^e S.^a D. Carolina e toda a fam^a...”.¹⁶⁶ Neste momento é que o menino Joãozinho irá estabelecer uma relação próxima com o tio morador do Serro.

Em 10 de janeiro de 1868, João Pinheiro, com seus sete anos de vida recém-completados, escreve de Nossa Senhora do Porto para o tio Luis Antônio Pinto, no Serro, e termina a pequena carta pedindo para que não “*repare a letra e os erros pois não tenho costumes de escrever.*” O menino a um só tempo demonstra já estar alfabetizado e questiona o tio, a

¹⁶² De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 30/05/1862, série 3.3, cx 3 doc 4.

¹⁶³ De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 26/07/1862, série 3.3, cx 3, doc 5.

¹⁶⁴ De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 06/11/1865, série 3.3, cx 3, doc 10; De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 24/11/1865, série 3.3, cx 3, doc 11.

¹⁶⁵ De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 01/10/1868, série 3.3, cx 3, doc 18.

¹⁶⁶ De PINTO, Francisco Alves (seu cunhado), N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 23/02/1868, série 3.4, cx 3, doc 33.

quem, desde então, se vinculará de forma especial, o porquê dele não aparecer “*a fim de dar a mim e a todos os nossos muito prazer.*”¹⁶⁷

No ano seguinte, D. Carolina escreve ao irmão Luiz. Este lhe escrevera informando sobre maledicências que corriam de boca em boca sobre o marido:

“Quanto a oque mimandastes, de [xer ?] na tua carta eu de tudo egnoro, mesmo que sobesse de tal enredada, não dava credito pois não [?] capas de dezer mal de meu marido, vose bem o conhese por que já morou com nosco eu não prezizo tidez mais nada creio que elle também deve ser, do numero dos bons pais de familia, se elle não mitrata milhor é porque não pode de mais o q quero eu tive melhor sorte do que meresia e estou muito satisfeita.

(...)

*Cuanto a mim e [sobre?] meo velho estamos muito acostumados andar sempre arebaxados...”*¹⁶⁸

Mas o que se vê nas correspondências seguintes é uma mudança do tom de D. Carolina.

Alguns meses após a carta acima, Francisco escreve ao cunhado:

*“Minha comadre, que está auzente de seu marido a quase seis mezes (está elle com negocio aberto em O. Preto) e tem asseverado em suas cartas que cá não pode vir buscal-a, vê-se na necessidade de ir quanto antes, e vou eu leval-a...”*¹⁶⁹

Mas, a situação fica ainda pior com a notícia da morte de Antônio Pedro Pinto e Carolina escreve ao irmão:

“Luiz não tenho espresoes para licontar, como ficamos com a triste notisia da morte de papai a bem que eu já vivia tão triste com minha sorte pois seu [José?] acha poco o que eu tenho sofrido por causa delle ainda mi larga neste arraial, a seis meses e sem quere vir mi buscar, eu [?] [?] sem pai e sem amparo, não tenho

¹⁶⁷ De SILVA, João Pinheiro da, Nossa Senhora do Porto-MG. Para PINTO, Luís Antonio. Serro-MG, 10/01/1868, cx 2, doc. 13.

¹⁶⁸ De MORAES, Carolina Augusta de, N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 08/03/1869, série 3.4, cx 3, doc 36.

¹⁶⁹ De PINTO, Francisco Alves, N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 02/07/1869, série 3.4, cx 3 doc 41.

*remédio se não ir atrás delle pois meu Comp.^e profesor é quem mi leva e se eu não achar elle no erro [?] tenho de voltar para este lugar...”*¹⁷⁰

O modo como termina a carta ao irmão não permite ao certo dizer se João Pinheiro, então com oito anos de idade, estava na companhia da mãe ou, com o tio, no Serro. O que fica claro é que, Carolina confia no irmão para cuidar do filho caso algo lhe aconteça. Luis Antônio Pinto, tem ligações especiais com o garoto pois a mãe escreve:

*“...ti peso q si tal aconteza q Deus tal não permite, de voso tomar conta de Joãozinho e mandar ensinar a elle algum ofisio; aseite minhas recomendasoës.”*¹⁷¹

A situação de Carolina com seus dois filhos, abandonada pelo marido em Senhora do Porto, sem o pai com quem contava nas horas difíceis, é desesperadora, como se percebe na carta seguinte que envia ao irmão:

*“Luiz ainda não mi foi posivel sair como tensionava para Ouro Preto. Tenho costado muito arangar a viagem, e hontem sabi q elle Joze foi para o rio e desta maneira estou sem destino sem saber o que hede fazer. Luis memanda [?] [?] [?] para mim fazer um vestido por esmola, q Nossa Senhora é que quem ade tidar o pago. Vejo-me na serconstansia de não poder comprar 1 lenso.”*¹⁷²

Mas tudo parece resolvido alguns meses depois. Já na companhia do marido, Carolina volta a escrever ao irmão agradecendo o tecido enviado e dando as boas notícias:

“Hontem com grande satisfação recebi a tua presadissima carta em resposta, da minha muito tiagradeço a Chita i também a satisfação com que aseitastes o meu pedido, pois fico-te no maior agradesimento como seja estivese de bacho da tua proteção Deus é quem ade tedar o pago; Cuatro dias dipois q teescrevi a ultima, parti para esta sidade com meu Comp.^e Profesor, e felism.^{te} achei seu Joze [rasgado] e muito fora do q midesia nas cartas, era só mentes para mi aflegir

¹⁷⁰ De MORAES, Carolina Augusta de, N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 09/07/1869, série 3.4, cx 3, doc 42.

¹⁷¹ Ibidem.

grasas a Deus estamos vivendo como dantes, eu sopondo ficar desanparada, lembreime q nafalta di um pai deve-ce recorer a os irmãos eu vendo que você era bom irmão por isso fui mevaler da tua proteção, previnando-me, Deus tipage a boa vontade e te de annos bastantes di vida e saúde, Muito sendo os teos em cômodos acho bom q você saia deste lugar o menos por alguns meses, venha para aqui tomar remédio q farei muito gosto em titratar, tanto eu como seu Joze, a seite lembransas de seu Joze e dos meninos. Mana esta boa com os meninos.”¹⁷³

Entretanto, a situação da família não é das melhores como fica claro em correspondência escrita por José ao cunhado, o Alferes Luis Antônio Pinto. Informava sobre os problemas financeiros, os planos para resolvê-los, a possibilidade de negócios no Rio de Janeiro e terminava desabafando: *“O que possuo, dois burros carrega tudo.”*¹⁷⁴

Em março do ano seguinte Francisco Alves Pinto escreve ao cunhado no Serro para tratar de assuntos diversos e, ao final da carta diz:

*“O Comp.^e Pinh.^o mandou me dizer que lhe escreveu a resp.^{to} a converça q. aqui tivemos, e que ainda não teve resp.^{ta} sua. Elle mandou buscar os trens delle que aqui estavam, e sahirão no dia 2 do corr.^e, e assim já não tenho esperança de p.^a ca elle tornar.”*¹⁷⁵

Mas, a esta altura, José já havia morrido. Na viagem ao Rio de Janeiro, buscando alternativas para melhorar a situação de penúria em que se encontrava, foi vitimado pela febre amarela. Como atesta Américo Hypolito Ewerton J. Almeida, após ficar em

“tratamento 6 dias aos meus cuidados”, “o sr. JOSE PINHEIRO DA SILVA, Italiano, casado, 40 anos de idade, residente em Ouro Preto e hospedado na casa

¹⁷² De MORAES, Carolina Augusta de, N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 16/07/1869, série 3.4, cx 3, doc 43.

¹⁷³ De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luiz Antônio. 22/09/1869, série 3.4, cx 3, doc 47.

¹⁷⁴ De SILVA, José Pinheiro da (pai), Ouro Preto-MG para PINTO, Luís Antônio, Serro-MG. 9/12/1869, cx 2, doc 14.

¹⁷⁵ De PINTO, Francisco Alves, N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 08/03/1870, série 3.4, cx 3, doc 53.

*da rua das Violetas no. 27”, “faleceu hoje pelas 8 horas da manhã, de febre amarela”.*¹⁷⁶

A esposa e os dois filhos de José ficavam, conforme o próprio afirmara em carta ao cunhado meses antes de sua morte, em situação delicada. Passam a viver em Caeté de onde Carolina envia carta ao irmão Luiz nos seguintes termos:

“Está para fazer um anno q. fiquei viúva e ainda não tive a honra de receber uma carta sua para consolo, não se compadeseu da minha desventura, não sabes q não tenho pai e nem mai, e q se resta-me ermaos e irmãs para alivio de tantos trabalhos;

(...)

*Estou morando com Maria o Joãozinho esta comigo e já no estudo e também na musica o Zeca esta em Marianna estudando os Padres do siminario aseitarao elle de esmola e esta muito estimado...”*¹⁷⁷

Dois meses depois volta a escrever ao irmão informando que João *“...tem boa memória; está já no estudo de latim e também aprendendo a música e já está bem adiantado.”* Sobre o filho mais velho, José, diz estar no Seminário, *“...em Mariana”*.¹⁷⁸ Mas, no ano seguinte, remete nova carta na qual deixa clara as dificuldades e pede socorro ao irmão:

*“Participo q. eu e os meus filhos estamos bons, grassas a Deos (...)
Luiz vou por meio desta tipedir um favor, q. [?] umma esmola, entre você e Guilherme midar umma pençao todos os mezes para mim poder sobesistir estes 8 annos athe q o Zeca possa se encaregar de mim e de seu irmão delle, [?] estou morando aqui com a nossa irmã Maria, grassa a Deos nada mifalta mas vivo muito avexada i a família della não e pequena meu Comp.^e esta diszinpregado, e por esso eu dezejava ter meu cantinho, tenho medo de não poder [?] meio do meu trabalho, e por isso lembrei q. ainda tinha 2 irmaos a quem eu devia recorer;*

¹⁷⁶ **Dossiê relativo ao processo criminal envolvendo o italiano Jose Pinheiro da Silva em 1862;** 09/05/1862. Série I, documentos pessoais, cx 1, doc 1. Secretaria da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, transcrição feita em 7 de abril de 1964 por C. Gomes.

¹⁷⁷ De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luiz Antônio. 05/02/1871, série 3.4, cx 3, doc 61.

¹⁷⁸ De Carolina Augusta de Moraes (mãe de Pinheiro), para PINTO, Luís Antônio. Serro-MG. 9/12/1869, 23/04/1871, cx 1, doc. 1.

*vivo muito doente e nervosa so dezejando estar no meu cantinho, você mesmo escreva para Guilherme neste sentido mande diser a elle, q. elle se não lembra q tem neste mundo uma irmã viúva sem pais pobre com dois filhos ainda piquenos...”*¹⁷⁹

Após o pedido de auxílio, Carolina continua a carta dando notícias dos filhos. Chama atenção ao fato de João já ajuda-la em casa, trabalhando, então com onze anos de idade. A mãe escreve:

*“...o Joãozinho esta no estudo do Padre Delfino e bem adiantado esta também aprendendo a musica e já esta tocando [pistão?] e já ganha seos cobres q já serve pra calçado e mi ajuda bem no lar...”*¹⁸⁰

O filho mais velho, José, encontra-se no Seminário de Mariana. Alguns autores afirmam serem estas instituições, a via de acesso à educação para os filhos das famílias mais pobres, no período imperial.¹⁸¹ Ao leitor fica a impressão que tais instituições ofereciam ensino gratuito. Mas, como se vê no final da carta de Carolina, a situação de alunos que não tinham condições de arcar com as despesas do ensino precisava ser “negociada”. Segundo ela:

*“...o Zeca é q me tem dado trabalho em razão das dispesas no siminario, tanto q fui o anno pasado em Marianna para trazelo e os Padres não quiserao que elle sasse o Padre Francesco Ornela se encaregou das dispesas delle so com o trato de eu dar ropa o q dei muitas grassas a Deos...”*¹⁸²

¹⁷⁹ De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luiz Antônio. 02/04/1872, série 3.4, cx 3, doc 71.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ Gilberto Freyre, ao mesmo tempo em que faz tal tipo de alegação, mostra a contrariedade de parte da elite imperial com o sistema de educação ministrada nestas instituições, subsidiadas pelo governo. Em 1880, como se vê no livro de Freyre, Joaquim Nabuco discursa contra tal situação defendendo que a Igreja eduque os futuros padres às suas próprias custas.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 2002. p. 624

Ângela Alonso, cita o caso de Silva Jardim, estudante do Seminário de Niterói, pois proveniente de família sem posses.

ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 143

¹⁸² De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luiz Antônio. 02/04/1872, série 3.4, cx 3, doc 71.

Quatro anos mais tarde volta a escrever ao irmão pedindo, mais uma vez, ajuda. José, escreve, está no seminário, “*pela heróica caridade do Revr^d Superior daquelle Seminário.*” Não paga as *mesadas* visto ser viúva e não ter condições para tal. Vendo o

“*...Sup^{or}(...) que eu não o podia sustental-o no estudo tomou sobre si o q. havia de mais pezado deixando a meo cargo roupas calçados livros, etc...*”, diz a mãe. Tendo apenas suas *débeis e fracas agulhas para sustentar-se e aos filhos*, já se desfez “*...de tudo quanto ainda podia valler alguma couza p^a essas pequenas dispezas;*”.

O filho, continua, concluiu os preparatórios e pretende seguir no seminário, visando se ordenar padre o que pode conseguir em dois ou três anos. Mas, para isto, há necessidade de “*...algum peculho [m.] avultado pois gasta se com licensas cartas corridas etc.*” Segundo os cálculos de José, “*...duzentos e cincoenta mil reis lhe serão suficientes p^a sua conclusão...*”. Em tal situação, diz Carolina ao irmão,

“*...valho-me de sua pessoa q. não me negara sua proteção principalmente vendo me uma pobre viúva que a tantos annos tenho perdido meu marido e com dois filhos p^a educar.*” Pede a Luis para lhe “*...arranjar esses duzentos e cincoenta mil reis p^a a final conclusão dos estudos de meu filho e isto ao menos emprestado...*”.

Pois, o filho terá condições, assim que ordenado, de pagar o empréstimo e ajudar a mãe e o irmão.¹⁸³

Não há documento que permita dizer se o pedido de Carolina foi ou não atendido pelo irmão. O fato é que José, ordenou-se padre e, já em 1879, ministrava aulas de latim no Seminário de Mariana. Neste momento é que, provavelmente, João Pinheiro se encaminha para a instituição, sobre a proteção do irmão. Entretanto, João, antes de se encaminhar para o seminário, acompanhou o padre João de Santo Antônio, amigo da família e seu padrinho,

¹⁸³ De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luiz Antônio. 22/08/1876, série 3.4, cx 4, doc 77.

em andanças por Minas, durante três anos. Isto se deu, provavelmente, entre os anos de 1876 e 1879.

Deste período da vida de João Pinheiro, são marcantes as dificuldades enfrentadas pela família. As correspondências de Carolina ao irmão deixam clara a situação, mesmo antes do marido morrer. Neste aspecto, quem melhor analisa as conseqüências desta faceta da formação política de Pinheiro é Afonso Arinos dizendo:

“Socialmente, João Pinheiro foi um excluído dos hábitos e privilégios dos grupos econômicos e intelectuais dominantes, no Brasil e na Minas de então, grupos de que saíam as elites bacharelescas do pós-romantismo, que dominavam os partidos e os governos, em todo o país, no declínio do Segundo Reinado. O bacharelismo e a literatura eram as estradas paralelas para o êxito político daqueles jovens, que representavam as atividades econômicas dos pais ou avós, sem, no entanto, exercê-las diretamente.

De resto, tal situação perdurava desde a Regência e o Primeiro Reinado. Não provindo desses meios, nem representando esses interesses, era inevitável que um jovem, com os atributos mentais e morais de João Pinheiro, uma vez atraído para a atividade política, não se solidarizasse com os mesmos e fosse, necessariamente, um inovador.”¹⁸⁴

Arinos tem razão ao apontar a singularidade da proveniência social de Pinheiro em relação ao restante da elite mineira. Cid R. Horta demonstra a continuidade do poder em mãos de tradicionais famílias mineiras, mesmo após a mudança do regime, assim como Moema Siqueira que afirma a permanência de certos sobrenomes ao longo do tempo, nas estruturas de poder em Minas.¹⁸⁵ A experiência de vida de Pinheiro, não só neste período, mas também durante sua batalha para melhorar sua própria condição social, deixa marcas

¹⁸⁴ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Atualidade de João Pinheiro. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, V. 23, nº 3, set./dez. 1980. p. 9

¹⁸⁵ HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. **Anal. & Conj.**, Belo Horizonte, 1(2), mai./ago., 1986

profundas e, não por outro motivo, já adulto e no poder, gostava de lembrar que provinha das camadas profundas do povo. Desta vivência resultará a preocupação com a questão social, uma das marcas da vida pública de João Pinheiro.

Outra característica marcante da formação recebida no grupo familiar é a forte presença da religiosidade católica. A correspondência enviada ao alferes Luiz Pinto pela mãe e pelo tio Francisco, com o qual viveu durante um período da infância e que foi o responsável por ensinar-lhe as primeiras letras, trazem exemplos da ligação do grupo familiar com a religião. Em correspondência de 23 de fevereiro de 1868, Francisco comunica ao cunhado o nascimento de sua filha e o convida para ser padrinho. Pede que responda rápido pois,

*“não é das cousas mais agradaveis conservar-se creança pagã m.^{to} tempo; com quanto o seu futuro afilhado não tenha tido incommodo algum de saúde.”*¹⁸⁶

Carolina, a mãe, em todas as correspondências manifesta sua crença como nesta, em que se dirige ao irmão, pedindo ajuda e afirmando: *“Luiz Deus não desampara a ninguém.”*¹⁸⁷ Especialmente em uma correspondência enviada ao irmão, observa-se a manifestação da fé de Carolina. Enviada a carta por um portador que passara em Caeté e se dirigia ao Serro, solicitava ao irmão ajuda financeira para que o filho José prosseguisse os estudos no seminário. Tanto o encontro com o portador para a mensagem em momento de necessidade, quanto a certeza de que seria atendida em seu pedido, são atribuídos ao poder da santa:

*“Não foi o acaso que deparou-me tão bom Portador, mas sim a Virgem Santíssima Senhora de Bom Sucesso, a qual fará que eu seja bem recebida, na empreza que nas mãos della depozito.”*¹⁸⁸

SIQUEIRA, Moema M. de. Elites Políticas em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte n. 29 jul. 1970 173-179

¹⁸⁶ De PINTO, Francisco Alves (seu cunhado), N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 23/02/1868, série 3.4, cx 3, doc 33.

¹⁸⁷ De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luiz Antônio. 05/02/1871, série 3.4, cx 3, doc 61.

Capítulo II

Parte II

A formação política de João Pinheiro entre a tradição e o moderno O Seminário de Mariana e a cultura política republicana mineira

João Pinheiro, entre os anos de 1876 e 1879, provavelmente, acompanhou o padre João de Santo Antônio em andanças por Minas. O padre era antigo amigo da família o que fica explícito em documento de 1855, quando de sua ordenação. No termo de apresentação, Caetano Alves Pinto, natural de Caeté, testemunha

*“...que elle [João de Santo Antônio] habilitando não tem defeito algum que o inhabilite para o estado Eclesiástico que pretende, o que sabe por ser este bem conhecido;...”*¹⁸⁹

O período da vida de João Pinheiro entre os estudos no colégio do padre Delfino e sua ida para o Seminário de Mariana, quando se deu sua convivência com o padre João de Santo Antônio carece de fontes documentais.

Paulo Tamm descreve a relação do padre com Joãozinho, seu afilhado, segundo o autor. João de Santo Antônio era missionário e, conseqüentemente, percorria Minas pregando e, nestas viagens fazia-se acompanhar pelo caçula de D. Carolina. Homem culto, *sabedor de Latim, de Língua Pátria e de História*, o padre aproveitava as caminhadas para ensinar a Joãozinho a história de Minas, da qual era profundo conhecedor. Nas andanças, ao passarem por pontes ou outras construções, diante da inscrição na pedra, indicando sob a ordem de qual suserano português havia sido construída – *Reynando El-Rey D. João V e Sendo Capitão-General do Rio e de Minas Geraes o Sargento-Mor de Batalha Gomes Freire de Andrade* – o padre lhe falava sobre o domínio passado de um rei português sobre

¹⁸⁸ De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luiz Antônio. 22/08/1876, série 3.4, cx 4, doc 77.

o Brasil. Contava-lhe sobre as riquezas extraídas do solo mineiro e enviadas à Metrópole nos tempos coloniais e como haviam surgido as vilas e cidades em Minas.

Deste modo, *em agradáveis e pitorescas lições ao ar livre*, João Pinheiro aprendia a história de Minas.¹⁹⁰ Além destas lições, era possível acompanhar debates sobre questões políticas pelos diversos jornais que circulavam na Província. Vários jornais, com grande circulação nos distritos em que eram impressos, alcançavam outras partes da Província. O debate que existia entre os órgãos das diversas regiões e as reclamações de assinantes de locais distantes, acerca do atraso do recebimento do periódico, o comprovavam.¹⁹¹ No ano de 1878 as idéias republicanas eram defendidas de forma ardorosa por jornais como o *Colombo*, de Campanha. Em agosto, o jornal publica *O Manual Republicano de Julio Barni*, onde, de forma didática, encontra-se resposta a perguntas propostas como: *O que é República* ou, *O que é Liberdade*.¹⁹²

O Manual explica que República, *significa “cousa publica”*; *o governo de todos por todos*.¹⁹³ No sistema republicano, continua, *não há “senhor”, rei ou imperador*, todos são cidadãos, igualmente submetidos à lei. É “...*o governo de todos por todos.*” Liberdade, explica, não é possível sob governos aristocráticos ou monárquicos. Apenas o *espírito do governo republicano* confere dignidade aos homens tornando-os *cidadãos livres*. Mas, *o laço civil que os une*, impõe obrigações restringindo liberdades. A liberdade só pode ser garantida por leis e *poderes públicos* que a limite, *“harmonizando a de cada um a de*

¹⁸⁹ **De Genere Et Moribus João de Santo Antônio**. Armário 13, No. 738, Arquivo da Cúria de Mariana.

¹⁹⁰ TAMM, Paulo. **João Pinheiro: obra premiada pela Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: [s. n.], 1947. pp. 13-14

¹⁹¹ MOURA, Antônio de Paiva, DUARTE, Juliana de Souza, et al. O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-89). **Revista do Arquivo Público Mineiro, Edição Comemorativa Inconfidência/República**. Belo Horizonte, 1990, ano XXXVIII p. 140

¹⁹² **O Manual Republicano de Julio Barni**. Jornal Colombo, Campanha, 7.7.1878, pp. 3-4 In: Revista do Arquivo Público Mineiro, Edição Comemorativa Inconfidência/República. Belo Horizonte, 1990, ano XXXVIII

todos”. Acima de tudo, lembra, os próprios cidadãos estabelecerão as leis e os poderes públicos em um *governo próprio*, tanto do indivíduo, quanto do povo.¹⁹⁴

Homens livres são iguais, por um lado, por se submeterem da mesma forma às leis e, por outro, por tomarem parte na formulação das leis e de sua execução. Deste modo estabeleceu-se a liberdade “civil” e “*publica*” acabando com a distinção entre governados e governantes.¹⁹⁵ Meses antes, o mesmo *Colombo*, no artigo intitulado, *Viva o Imperador!*, defende o sistema republicano e diz que o Brasil,

“...nação que aspirava por todos os poros a vivificante atmosphaera da liberdade, da esperança, da fé em um próximo e glorioso futuro; - que, joven (sic), rica, inteligente, podendo e querendo conquistal-o, devia de estar hoje hobreando com sua pujante irmã do norte, si não lhe tivessem sido suffocadas todas as energias e aspirações no fatal amplexo desta realesa à Jorge III.”¹⁹⁶

O fato é que em Minas, após a publicação do Manifesto Republicano, circulam vários jornais defensores da causa. Não há como afirmar quais foram lidos por João Pinheiro na época de sua mocidade, mas seguramente, tinha acesso a exemplares de periódicos como *O Colombo*. O trecho selecionado acima do artigo *Viva o Imperador!* interessa-nos de modo especial pois alude a Jorge III, soberano inglês que ascendeu ao poder em 1760. Em seu reinado ocorreu a independência das colônias da América do Norte¹⁹⁷, a Revolução Americana. Em Minas, em fins da década de 1780, homens da elite inspiraram-se no movimento das colônias norte-americanas e tramaram a criação de uma República. O

¹⁹³ Ibidem. p. 198

¹⁹⁴ Ibidem. pp. 198-199

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ **Viva O Imperador!** Campanha, 16.3.1878, p. 1 In: Revista do Arquivo Público Mineiro, Edição Comemorativa Inconfidência/República. Belo Horizonte, 1990, ano XXXVIII

¹⁹⁷ POCOCK, J. G. A. O Pensamento Político no Atlântico de Fala Inglesa, 1760-1790. Parte I: A Crise do Império. In: Idem. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Colombo, ao aludir a Jorge III, faz óbvia ligação, mesmo que não explicitada, à Inconfidência Mineira.

Do aprendizado da história de Minas com o padre João de Santo Antônio, Pinheiro, quando se depara com o nome do Governador-Mor Gomes Freire de Andrade, em inscrição na pedra de uma ponte construída em Minas no tempo colonial, pode associar a outro Freire de Andrade. Em seu arquivo privado encontramos uma *Relação dos documentos pertencentes ao arquivo do Dr. João Pinheiro, Referentes à Conjuração Mineira* em que consta,

“*Um autographo do tenente Cel. Francisco de Paula Freire de Andrade commandante do Regimento de cavallaria da Capitania de Minas, um dos conjurados mais importantes, pela posição que occupava e por seus dotes pessoas.*”¹⁹⁸

Não podemos afirmar com certeza quais foram as leituras de João Pinheiro nestes anos em que acompanhou o padre João de Santo Antônio nas andanças por Minas. Tão pouco sabemos se as “lições” sobre a história de Minas ministradas pelo padre mencionavam a Inconfidência Mineira. Mas, o certo é que, no arquivo privado de Pinheiro, encontra-se uma extensa lista de documentos referentes ao movimento de 1789. São listados 22 documentos:

- “1º.) *Processo de cobrança do Alferes Joaquim José da Silva Xavier à Real Fazenda, com um autographo do mesmo.*
- 2º.) *Dois mappas do municiamiento dos cavalos de S. [?], soldados e [?] destacados no caminho Novo, [?] escriptos e assignados por – Tiradentes – que era o commandante do referido destacamento.*
- 3º.) *[?][?], escripto e assignado por Tiradentes, datado de 1784, muito legível.*
- 4º.) *Autographos diversos do Desembargador Thomas Antonio Gonzaga.*
- 5º.) *9 cartas de Joaquim Silvério dos Reis, escriptas ao [?][?]. Carlosw José da Silva, em 1785.*

¹⁹⁸ **Relação dos documentos pertencentes ao arquivo do Dr. João Pinheiro.** Série IV, Diversos, cx. 30, doc. 3752.

- 6º.) *Um processo de demanda à Real [?] bens do confiscado Alvarenga, contendo dois autographos do Visconde de Barbacena.*
- 7º.) *Vários autographos do Dr Ignácio Jose de Alvarenga Peixoto.*
- 8º.) *Uma carta e um autographo de D. Bárbara Eliodora.*
- 9º.) *Uma carta de Maria Ephigenia Alvarenga, filha de Alvarenga Peixoto, [?] a [princesa?] do Brazil.*
- 10º.) *Relação dos presos da Inconfidência, com autographos do Conde de Rezende – Vice-Rei.*
- 11º.) *Autographo de conjurado Jose [Ayres?] Gomes.*
- 12º.) *[?] dos bens do reo inconfidente João Dias da Motta, com autographo do Visconde de Barbacena.*
- 13º.) *Cartas do inconfidente Vicente Vieira de Motta, escriptas de Moçambique, para onde tinha sido degredado.*
- 14º.) *Autographo do inconfidente José Alves Maciel.*
- 15º.) *Petição do inconfidente, Padre José da Silva Rollim para reaver os seus bens apprehendidos por seqüestro [?] a sedição. Este processo é [?] contendo varias petições ordens regias, documentos, etc.*
- 16º.) *Um autographo do tenente Cel. Francisco de Paula Freire de Andrade commandante do Regimento de cavallaria da Capitania de Minas, um dos conjurados mais importantes, pela posição que occupava e por seus dotes pessoaes.*
- 17º.) *Carta precatória da Junta da Real Fazenda da Capitania de S. Paulo, para a mesma da Capitania de Minas a respeito de dividas de Jose Alves Maciel.*
- 18º.) *Autographo do inconfidente Domingos de Abreu Vieira.*
- 19) *Varias ordens autographos do Conde de [Vaele?], ordenando que se dessem buscas nas casas para apreensão do ouro.*
- 20) *[Sequestro?] dos bens do conjurado José de Rezende Costa com autographo do Visconde de Barbacena.*
- Seqüestro dos bens de Domingos Vidal [Barbosa?].*
- 21) *Autographos diversos do Dr. Cláudio Manoel da Costa.*

22) *Uma representação de Joaquim Silvério à [Sr. Maj Cel?] pedindo indenização por prejuízos soffridos durante o tempo em que estava prezo no Rio, até que se averiguasse a veracidade da denuncia (cópia)*¹⁹⁹

Infelizmente, apenas a lista dos documentos foi preservada não se encontrando em seu arquivo privado nenhum dos documentos.

Mesmo este interesse pela Conjuração de 1789, comprovada pela coleção de documentos em seu arquivo privado, poder-se-ia alegar, não são, necessariamente, fruto de interesse surgido na época de sua mocidade. No ano de 1879, João Pinheiro segue para o Seminário de Mariana onde, naquele ano, seu irmão, José, ordenara-se padre e passara a lecionar latim. Verificando o *Livro de Matrículas e contas do Seminário de Mariana* não encontramos o nome de João Pinheiro.

A explicação talvez se encontre ligada ao objetivo do tipo de registro ali feito. Para cada aluno matriculado, uma folha em que, após indicar o nome dos pais, a idade e a data da matrícula, passa-se a anotar todas as despesas feitas no Seminário com livros, refeições, cobertores, etc. Temos a impressão que o registro, feito desta forma, tinha por finalidade o controle de quanto deviam pagar os pais ao final de cada ano. Talvez, o fato de João ser custeado por seu irmão, professor da instituição, que provavelmente possuía inclusive os livros necessários ao estudo do irmão caçula, explique a ausência do registro do nome de João Pinheiro no livro de matrículas.

Entretanto, encontramos o registro do nome de Amador Brandão Carneiro Nogueira Cobra, matriculado no dia 30 de janeiro de 1879.²⁰⁰ Amador Brandão seria, anos depois, padrinho de casamento de João Pinheiro. Em nossa revisão bibliográfica mencionamos artigo de

¹⁹⁹ **Relação dos documentos pertencentes ao arquivo do Dr. João Pinheiro.** Série IV, Diversos, cx. 30, doc. 3752.

²⁰⁰ Livro de Matrículas e contas do Seminário de Mariana, Folha 75, Arquivo da Cúria de Mariana.

Cobra onde afirma ser João Pinheiro republicano convicto, já aos tempos do Seminário, o que confirma o acesso às idéias republicanas antes deste momento.²⁰¹

Defendemos a tese de que a tradição republicana mineira marca de forma indelével Pinheiro.

*“...impressão duradoura foi a que resultou para o meu espírito quando em sua fazenda, ouvi pela primeira vez a palavra da República, e outras, e desde então o trabalho lento que se começou a operar levou-me (...) até a afirmação plena de tudo que meu tio me tinha ensinado...”*²⁰²

O destinatário dessa correspondência era o Alferes Luis Antonio Pinto, seu tio, morador do Serro, com quem, desde garoto, Pinheiro mantinha íntima relação. Como se vê, foi no Serro, ainda muito jovem que ouviu as primeiras palavras sobre o republicanismo. Nasceu e cresceu na região de Minas, palco principal dos acontecimentos da Inconfidência de 1789. Mais uma vez as palavras de Pinheiro:

“Quem há por ahi, que, ao visitar a antiga sede da capitania, a de nossas a mais legendária cidade, que Villa Rica foi e Ouro Preto é, quem há que não sinta a mysteriosa influencia, ressumbrando de seus vestutos edifícios a rememorar por exemplo, a épica tragédia que foi o primeiro sonho da independência?!

“Lá, pontes de pedras, seculares, junto ao largo de Dirceu, lembram (..) Gonzaga, que as devia transpor...

Na antiga rua S. José, a lembrança revive o chão salgado pela tyrania para que nem a herva brotasse, por ter sobre elle se erguido uma casa em que se agasalhara o coração de um homem livre: e o infamado daqueles dias é um immoral da história americana.

Nessa mesma Ouro Preto, a Casa dos Contos accorda sempre no coração, o terror do estrangulamento mysterioso de Cláudio, revivendo eternamente a história do despotismo que mata ou de que se escapa somente pela porta escura e

²⁰¹ COBRA, Amador. **O Presidente de Minas**. APJP, Série VI, Caderno 1, p. 79, doc 110, cx. 32

²⁰² De SILVA, João Pinheiro da, Ouro Preto-MG, para PINTO, Luís Antonio, Serro-MG. 15/11/1889, cx 2, doc 137.

*melancólica do suicídio, atraindo um olhar misericordioso para o velho poeta e velho juriconsulto, revolucionário aos 72 anos de idade.”*²⁰³

Em nenhum momento deixamos de atentar para as óbvias intencionalidades da construção dos discursos ou escritos de João Pinheiro. Seja ao tempo da luta contra a monarquia, ou como político republicano eminente. Foi um dos que travou a batalha para a escolha dos símbolos e heróis do novo regime.

Isso fica claro nas diversas referências que faz à Inconfidência. Nos tempos da propaganda republicana escreve artigo sobre Tiradentes, atribuindo-lhe maior fortaleza moral que a de Cristo.²⁰⁴ No manifesto do Congresso Republicano, realizado em 1888, em Ouro Preto, refere-se à Independência como a realização das “*santas aspirações que trinta anos antes haviam custado a vida (...) ao legendário protomártir de nossa liberdade*”.²⁰⁵ Em seu Manifesto-programa, em 1906, refere-se à “*bela tradição republicana da Inconfidência*”.²⁰⁶

Em *Formação das almas*, o autor analisa a batalha pelo estabelecimento de símbolos e heróis do novo regime, instrumentos clássicos de legitimação de ideais junto a população. Especificamente no capítulo 3, “*Tiradentes: um herói para a República*”, mostra como se deu a elevação desse personagem a herói nacional.

²⁰³ PINHEIRO, João. **Discurso na sessão inaugural do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 15-08-1907.** Transcrito in: BARBOSA, op. Cit., 1966 pp. 248-250; Idem, 1980 pp. 303-306; SENNA, 1941 pp. 12-13.

²⁰⁴ Citado em CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 65

²⁰⁵ PINHEIRO, João. **Manifesto do Congresso Republicano.** Publicado no *O País*, Rio de Janeiro, 8/12/1888. In: BARBOSA, 1980. Op. Cit. p. 80.

²⁰⁶ PINHEIRO, João. **Ao Povo Mineiro.** Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado, Caeté, 07/02/1906, publicado no *Minas Gerais* de 12/02/1906. In: BARBOSA, 1980. Op. Cit. p. 178

Entretanto, não nos interessa debater esse assunto.²⁰⁷ Acreditamos que afora todo o empenho posterior para a criação de uma mística em torno da Conjuração Mineira, esta deixou marcas que influenciaram na formação republicana de João Pinheiro. Partimos da elaboração sobre a existência de uma utopia mineira. Eminentemente personagens da vida política do Estado, nos séculos XIX e XX, ligar-se-iam ao ambiente das Minas do século XVIII e à Inconfidência. Percebemos aí, um caminho fértil de investigação para apreender o sentido do Republicanismo na formação política de João Pinheiro.²⁰⁸

Bernardo da Mata Machado atribui à estrutura agromercantil o traço conservador da política mineira, enquanto o ambiente da mineração originaria o “elemento ‘liberal’ e ‘rebelde’”.²⁰⁹ Segundo José Murilo de Carvalho, a Minas mineradora, do século XVIII, caracterizava-se pela *desordem, caos, sonho*.²¹⁰ Em seu livro, *Minas e as utopias*, o autor cita formulação do Conde de Bobadela para demonstrar a importância do ouro naquele tempo. Antonio Olinto dos Santos Pires, companheiro de João Pinheiro na fundação do PRM, em *O Movimento*, de 1927, utiliza-se da mesma carta destinada ao Conde de Assumar:

“a terra parece que evapora tumultos a água exhala motins; o ouro tosse desaforos; distillam liberdade os ares; vomitam insolência as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda

²⁰⁷ Publicação recente volta a questionar a “*existência de um (...) projeto (...) republicano*”, agregando e animando os inconfidentes. Atribui a construções posteriores, “*de uma memória nacional*”, tal elaboração. Foge aos limites de nosso trabalho aprofundar-se em tal discussão. Apontamos, porém, o conhecimento do debate.

FURTADO, João Pinto. **o manto de Penélope: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 217

²⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. MINAS E AS UTOPIAS OU AS UTOPIAS DE MINAS. In: **Utopias: sentidos Minas margens**. ANDRÉS, Aparecida (Org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1993.

²⁰⁹ MATA-MACHADO, Bernardo. O Poder Político em Minas Gerais: estrutura e formação. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, **Análise & Conjuntura**, v. 2, n° 1, janeiro/abril, 1987. p. 115

²¹⁰ CARVALHO, 1993. Op. Cit. P. 111

inquieta consigo e amotinada lá por dentro, é como no inferno. Bramam graves trovões continuamente, de onde se precipita o raio ardente.

“Sendo assim, necessariamente havemos de confessar que os motins são naturaes das Minas e que é propriedade e virtude do ouro tornar inquietos e buliçosos os ânimos dos que habitam as terras onde elle se cria.

“A razão que há para que tantos pisam terras, que desabafam por veias de ouro, sempre anhelem novidades e nunca abrcem, o seu socego me parece que é porque o ouro encerra e occulta em si muitas fezes e muitos males, dos quaes sahem, como da terra, vapores, certas fumaças que corrompem esse ar, que por toda a parte nos cerca, o qual penetrando por olhos, narizes e boca e outros poros até os mais interiores, e introduzindo junto consigo as más qualidades de que está infeccionado, faz com que os venenos que envolvem resulte, nos indivíduos a que se communica, os effeitos, porque não me persuadirei eu também que, nas Minas, são naturaes os motins, e que o hálito que a terra de si lança e emite por tantas catas e sovacões os está communicando e refundindo nos ânimos de seus moradores.”²¹¹

No texto do companheiro de Pinheiro, defende-se a idéia de que a civilização surgida em meio às montanhas, desde os primórdios, caracterizou-se pelas “*idéas de liberdade e de autonomia*”. Longe do litoral, a população “*só sentia o influxo das autoridades da metrópole pelos vexames e oppressões que as leis de então auctorisavam*”. Listando os movimentos de rebelião – Emboabas, Pitanguí, Felipe dos Santos –, Olinto aponta como ponto culminante de todo o processo a Inconfidência, movimento em que “*os homens mais adeantados e illustres da época (...) planejavam a organização de uma República*

²¹¹ PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A Idea republicana em Minas; sua evolução; organização definitiva (sic) do Partido Republicano. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Anno XXI, 1927, Fascículo I, janeiro a março, Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Gerais, 1927. p. 20-21; em, CARVALHO, 2003. Op. Cit. P. 112

independente...”. Foi assim, se diz, que nasceu a “*aspiração republicana*”.²¹² João Pinheiro, no mesmo sentido, quando escolhido para governador, diz:

“*A nossa Capitania não foi donatária de nenhum nobre português; devassou-a o bandeirante; descobriram-lhe as minas os garimpeiros; o ouro de suas montanhas e as pedras preciosas de seus rios acharam-nas forasteiros; nula foi a ação do Governo; porém, extraordinária a energia intensa dos descobridores e a sua resistência às opressões.*”²¹³

Estudos recentes mostram que a Minas do XVIII foi caso único na América portuguesa. A formação do espaço mineiro se associa à questão urbana, pois com a descoberta do ouro grande fluxo migratório se deslocou para a região, formando núcleos de forma veloz. O urbano surgiu antes do rural. O processo ocorreu rapidamente e conformou “*um conjunto de regiões integradas, com preponderante importância na articulação econômica da colônia e na manutenção do Império*”.²¹⁴

As tentativas de penetrar o território deixaram o caminho marcado por arraiais dispersos, articulando os muitos fluxos. Ao final do XVII, alguns já tinham expressão regional como o que veio a formar a Vila de Sabará. Povoações formaram-se ao longo dos caminhos, formando uma trama de relações urbanas e regionais que se aprofundaram, à medida que a economia mineradora se expandia, organizando espaço cada vez mais extenso. A cidade mineradora se caracteriza pela multiplicidade de funções urbanas e regionais, com economia em que a mineração se combinava com outras atividades.²¹⁵

²¹² Pires, 1927. Op. Cit. P. 18

²¹³ PINHEIRO, João. **Ao Povo Mineiro**. Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado, Caeté, 07/02/1906, publicado no *Minas Gerais* de 12/02/1906. In. BARBOSA, 1980. Op. Cit. p. 197

²¹⁴ CUNHA, Alexandre Mendes. **Esses Espaços das Minas Gerais**: considerações acerca de um conceito dinâmico de região e seu uso à interpretação dos processos espaciais em curso entre os séculos XVIII e XIX. [s. n.] p. 14

²¹⁵ MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **A Fisionomia das Cidades Mineradoras**. Texto apresentado no painel *Urbanização e Modernidade em Minas Gerais no século XIX*. VIII Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 13 de Maio de 1998. pp. 3-5

A Coroa permitiu às Ordens Terceiras ocuparem espaço central na organização do espaço. Desse modo, não tinha custos e diminuía-se o poder do clero na colônia. As Ordens eram organizações comunitárias e esse processo de descentralização de poder, deixado em suas mãos, gerou uma urbanidade e cidadania únicas dentre as cidades coloniais brasileiras. Uma organização político-comunitária, em que a população participa da produção de seu espaço de vida. Em Minas, constituíram-se “*cidades na acepção total do termo.*”²¹⁶ Espaços de organização sociopolítica e religiosa. Centro de ampla economia regional. Espaços de concentração de excedente econômico, de organização social e política, gerando qualidade do espaço urbano e monumentalidade das edificações e novas práticas sociais.

*“A efervescência urbana (...) a distribuição da riqueza como jamais vista na colônia (e na metrópole), o grande afluxo demográfico, a demanda por produtos importados e as tentativas repetidas de produção local (sistematicamente reprimidas pela Coroa), a intensa atividade comercial e de serviços constituíram de fato uma economia urbano regional articulada.”*²¹⁷

Nesse período, o ambiente político era de instabilidade permanente. Agitações eram impulsionadas por desejo de liberdade,

“seja a liberdade política da capitania em relação ao domínio metropolitano, seja a liberdade civil dos indivíduos em relação ao domínio dos senhores, seja mesmo a liberdade algo selvagem dos potentados em relação à lei”.²¹⁸

Em 1776, o território mineiro concentrava 20% da população da América portuguesa. Desde as primeiras décadas do XVIII começara a produção de gêneros para o mercado interno que se formara. Com a dificuldade de acesso ao litoral, os preços dos produtos eram caros e,

²¹⁶ Ibidem. P. 6

²¹⁷ Ibidem. P. 10

²¹⁸ CARVALHO, Jose Murilo de. Ouro, Terra e Ferro: Vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 58

assim, havia estímulo à produção local. Muitos se dedicavam a múltiplas atividades, combinando a mineração com a produção de gêneros. A mobilidade social era tamanha, com indivíduos “pardos” chegando a cargos municipais e judiciais, que os imigrantes portugueses reagiam enviando representação ao Conselho ultramarino de Lisboa.²¹⁹

Em 1893, há um pronunciamento muito interessante acerca da capacidade de autogoverno ou, como se refere o autor, José Maria Pinto Peixoto, de *self-government*, no Brasil. Aponta não estarmos preparados para essa forma de governo e que não “*poder-nos-íamos comparar com a florescente colônia inglesa, habituada ao self-government*”. Afinal, fomos “*colonos de uma nação submetida a um governo absoluto, ignorante, do país mais atrasado da Europa*”.²²⁰

Há algum acerto na afirmação do autor, principalmente acerca da falta de hábito por parte da população colonial brasileira em se governar. Entretanto, gostaríamos de chamar atenção para o que, do nosso ponto de vista, constituiu-se em uma exceção dentro do sistema colonial português, ou seja, a experiência da sociedade formada no território dos descobrimentos do ouro, no século XVIII. Das Minas Gerais mineradora. Existiu uma efetiva experiência de autogoverno por parte da população ou, ao menos, por parcela das elites, no território.

Antes de tratarmos dessa realidade que acreditamos ter se efetivado naqueles tempos, faz-se necessário esclarecer os motivos de conceder a tal assunto importância. Em seu livro, *Da Revolução*, Hannah Arendt, busca demonstrar que por motivos que fogem aos limites do

Sobre o clima de instabilidade políticas, ver: ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

²¹⁹ MAXWELL, Kenneth R. **A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1978. pp. 110-114

²²⁰ PEIXOTO, José Maria Pinto. Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência. In RIHGB, tomo 56, 1893, p.25. In: CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.21, nº40, p. 59-83. 2001. p. 66

texto discutir, a modernidade deixou se perder, esqueceu-se, do sentido verdadeiro de Revolução. Para ela, esse termo só deve ser aplicado aos casos em que o “*objetivo seja a liberdade*”.²²¹

A Revolução Americana, para a autora, buscou a manutenção do autogoverno, já exercido pelos colonos.²²² Segundo Arendt, os homens da Revolução na América do Norte conheciam o “*sentimento de felicidade*” advindo da “*participação na gestão pública*”. Sensação esta só alcançada desse modo. Por esse motivo, ao contrário de ser percebido como “ônus”, “*as atividades ligadas a esta gestão*” causavam “*um sentimento de felicidade que não usufruíam em nenhum outro lugar*”.²²³ O sistema criado na América com as Constituições dos Estados, a Confederação, Federação, a Constituição, o estabelecimento da liberdade surgiu da experiência prévia de autogoverno. Assim, para a autora, nessa experiência de usufruir da liberdade, de exercer o governo, está uma das chaves para entender como foi possível a formatação do sistema de governo norte-americano.

Passemos à Inconfidência. Para nós, momento em que este republicanismo norte-americano adentra as Minas. Existem evidências suficientes para aproximar a experiência na capitania ao ponto fundamental levantado por Arendt, quanto ao hábito do autogoverno. Durante o Governo Pombal, devido à sua admiração pelos “*bons vassallos portugueses de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos*”, que haviam lançado “*fora [de] duas úteis*

²²¹ ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, São Paulo: Editora Ática, 1988. p. 23

²²² Ibidem. P. 132

²²³ Ibidem p. 95

capitanias os usurpadores holandeses”²²⁴, os homens da colônia foram colocados em cargos de poder.²²⁵

Assim, antes da queda de Pombal, a “*elite colonial mineira exercera, direta ou indiretamente o governo*”.²²⁶ Contudo, os interesses metropolitanos só eram atendidos quando coincidiam com o desses homens que assumiram o poder. Haviam estabelecido sistema de *fraudes e corrupção*, visando atender seus próprios interesses. Para o ponto que nos interessa – o autogoverno –, o fato de agirem desta forma, é preocupante apenas do ponto de vista da metrópole. Afinal, exatamente esse modo de operar é que faz com que se liguem “*aos interesses da terra mineira e brasileira e desliga-(...)os dos interesses coloniais portugueses*”.²²⁷

Os homens da elite colonial mineira que irão se envolver na Inconfidência de 1789, guardadas as devidas proporções e diferenças, como os homens da Revolução Americana, tinham a experiência de exercer o governo e de se governarem. Estamos deixando de analisar o papel de organização do espaço mineiro, exercido ao longo do século, pelas associações comunitárias representadas pelas ordens terceiras, apesar de vermos esse fator como importante para nosso argumento, devido à escassa bibliografia sobre o assunto.²²⁸

Aponta-se o fato de ser a “*conspiração dos mineiros (...) basicamente, um movimento de oligarcas e no interesse da oligarquia, sendo o nome do povo invocado apenas como*

²²⁴ Citado em: MAXWELL, Kenneth. Conjuração mineira: novos aspectos. *Estud. Av.*, May/Aug. 1989, vol. 3, nº 6, p. 04-24. p. 8

²²⁵ IDEM. A Inconfidência Mineira: dimensões internacionais. In: Idem. **Chocolates, Piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. pp. 125-156. p. 129.

²²⁶ IDEM. **A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1978. p. 133

²²⁷ IDEM, 1999. Op. Cit. p. 132

²²⁸ A exceção é João Camilo de Oliveira Torres. Trata, mesmo que de forma breve, das Ordens Terceiras enquanto organizações comunitárias. Alega que a partir deste tipo de experiência pode-se falar na existência de um povo em Minas e, este é o fator gerador do movimento da Inconfidência. TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **Historia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 3. ed., 3 Vol., Vol. 2, 1980. p. 691

justificativa”.²²⁹ Porém, como mostra Arendt, uma “*revolução jamais foi iniciada pelas massas populares*”.²³⁰ Para nós, importa observar a *formidável conspiração*²³¹ organizada em fins da década de 1780, na capitania das Minas Gerais, buscando a *Liberdade* e se inspirando no movimento norte americano, e que, deflagrada, proclamaria uma *república* e elaboraria uma *Declaração de Independência*.²³²

Em *Da Revolução*, indica-se a necessidade para se fazer uma revolução – entendida nos termos da autora, qual seja, o movimento tendo como princípio a busca da fundação da liberdade – da existência de “*um número suficiente de homens que estejam preparados para este colapso, e, ao mesmo tempo, dispostos a assumir o poder, ansiosos em se organizarem e agirem em conjunto, em favor de uma causa comum*”.²³³ Esse fator, assim como no movimento norte-americano, estava presente na Inconfidência.

Um grupo de homens bem preparados, *os ideólogos* do movimento, constituído por Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e o Cônego Luís Vieira, tinha acesso a boas bibliotecas, incluindo vários livros sobre o movimento norte-americano. Cláudio havia traduzido o célebre livro de Adam Smith.²³⁴ Gonzaga, apesar de ter escrito o *Tratado sobre a lei natural*, no qual faz elogio à monarquia e diz ser a democracia o pior tipo de governo²³⁵, concordava com a *natureza contratual do governo* e, diante de interesses contrariados pelo então governador da capitania, Cunha Meneses, havia se queixado

²²⁹ MAXWELL, 1978. Op. Cit. P. 156

²³⁰ ARENDT, 1988. Op. Cit. P. 92

²³¹ MAXWELL, 1978. Op. Cit. P. 156

²³² Ibidem. P. 142

²³³ ARENDT, 1988. Op. Cit. P. 92

²³⁴ Maxwell, 1978. Op. Cit. P. 146-147

²³⁵ Ibidem. P. 123

caracterizando-o como *despótico*.²³⁶ Por fim, o Cônego, além de possuir uma biblioteca moderna com 600 volumes,

“era um entusiasta dos acontecimentos da América do Norte, sobre as quais falava sem comedimentos. Sustentava que as potências européias não tinham direitos ao domínio sobre a América: à monarquia portuguesa nada custara a conquista, e os próprios brasileiros haviam restituído à Coroa a Bahia, conquistada pelos holandeses, e libertado o Rio de Janeiro dos franceses”.²³⁷

O início das reuniões conspiratórias na capitania deflagrou-se mediante dois acontecimentos.²³⁸ Por um lado, chegava à Minas o novo governador, o Visconde de Barbacena, instruído a cobrar as dívidas em atraso dos contratos, o que atingia grande parcela dos mais eminentes homens do território. E também fazer a Derrama, sistema estabelecido para complementar a cota de ouro exigida pela Metrópole como imposto da população mineira, quando não atingida no ano corrente. Um projeto de amplas reformas tributárias e da administração da capitania seria colocado em marcha. Toda a elite mineira seria prejudicada em seus interesses por essas medidas.²³⁹

Por outro lado, regressava da Europa José Álvares Maciel. Filho do capitão-mor de Vila Rica, um dos homens mais bem posicionados social e economicamente da capitania, estava estudando na Europa. Passara algum tempo na Inglaterra, onde comprara *“com avidéz relatos da Revolução Americana”*.²⁴⁰ Em conversa com o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, logo após voltar da viagem, incutira-lhe idéias sobre *“(…)as potencialidades de Minas e(…)a facilidade que tinha para constituir-se em estado independente”*. Pouco depois,

²³⁶ Ibidem. P. 155

²³⁷ Ibidem. P. 118

²³⁸ Ibidem. P. 143

²³⁹ Ibidem. Pp. 130-142

²⁴⁰ Ibidem. P. 124

o Alferes já se entusiasmava diante da “*florescente república que Minas poderia vir a ser quando libertada de Portugal*”.²⁴¹

Na Europa, Maciel conheceu José Joaquim Maia e Barbalho, também estudante. Assinando Vendek, Maia, em outubro de 1786, escreve à Thomas Jefferson, ocupante da embaixada americana na França no período, pedindo um meio seguro de comunicação para tratar de assunto importante. Em maio do ano seguinte encontraram-se em Nimes, e o embaixador, comunicando ao Congresso Continental Americano sobre a conversa, escreveu:

“Eles consideram a Revolução Norte-Americana como um precedente para a sua (...), pensam que os Estados Unidos é que poderiam dar-lhes um apoio honesto e, por vários motivos, simpatizam conosco (...) no caso de uma revolução vitoriosa no Brasil, um governo republicano seria instalado”.²⁴²

O embaixador informou não ter autoridade para firmar compromisso, mas deixou clara a simpatia pela idéia, afirmando que “*a perspectiva de lucros poderia, talvez, atrair um certo numero de pessoas para a (...) causa, e motivos mais elevados atrairiam outras*”. Domingos Vidal Barbosa, estudante em Montpellier e fazendeiro em Juiz de Fora, retornando ao Brasil, relatou minuciosamente o encontro. Era entusiasta dos escritos do abade Raynal, conhecendo trechos de memória. Inspirados no movimento norte-americano, esses escritos influenciaram aqueles na colônia, que defendiam a abertura dos portos do Brasil para o comércio com todas as nações, iriam de encontro aos projetos metropolitanos para a colônia.²⁴³

O episódio da comunicação com estudantes brasileiros, acerca da possibilidade de um movimento de independência, deflagrou o processo de mitificação da figura de Jefferson

²⁴¹ Ibidem. P. 144

²⁴² JEFFERSON, 1953. Pp.13-9 In: MAXWELL, 1989. Op. Cit. p. 17

²⁴³ Ibidem

entre os mineiros.²⁴⁴ Afinal, além do encontro com o estudante brasileiro, os inconfidentes tinham acesso ao

“*Recueil de loix constitutives des États-Unis de l’Amérique, publicado na Suíça em 1778, e que incluía os artigos da confederação e das constituições de Pensilvânia, Nova Jersey, Delaware, Maryland, Virginia, Carolinas e Massachusetts, sendo particularmente importante a constituição do estado da Virginia, pois esta continha a declaração dos direitos de cidadãos da pena de Jefferson*”.²⁴⁵

Em *Devassa da Devassa*, Maxwell aponta os principais pontos do projeto do movimento de 1789, caso vitorioso, segundo pôde constatar a partir dos vestígios recolhidos. A capital da nova república seria instalada em São João Del Rei; uma casa da moeda seria criada e o câmbio sofreria controle; o Distrito Diamantino se veria livre da legislação restritiva; o minério de ferro seria explorado, manufaturas implantadas, inclusive uma fábrica de pólvora; os escravos nativos seriam libertados; uma universidade seria fundada; sem exército, os cidadãos armados serviriam em milícia nacional quando necessário; para cada cidade um parlamento, subordinados a um principal na capital; após três anos sob o governo de Gonzaga, anualmente realizar-se-iam eleições; todos usariam vestimentas assemelhadas; às manufaturas locais seriam dadas prioridades, em espécie de “protecionismo”; concessão de perdão às dívidas com a Fazenda Real.²⁴⁶

²⁴⁴ BOJUNGA, Cláudio. **O artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 42

²⁴⁵ MAXWELL, 1989. Op. Cit. p. 19. Em nota, o autor informa que essa edição do livro que circulava entre os inconfidentes estava perdida e que ao ser encontrada em Santa Catarina foi doada ao Museu da Inconfidência de Ouro Preto. Interessante destacar que em *Devassa da Devassa*, utiliza-se outra edição: “*Recuil de Loix Constitutives dès États – Unis de l’Amérique*, publicada na Filadélfia, em 1778, contendo os artigos da Confederação e das constituições de Pensilvânia, Nova Jersey, Delaware, Maryland, Virgínia, Carolinas e Massachusetts”. MAXWEEL, 1978. Op. Cit. p. 147. Nessa edição usada no livro, não constava a declaração dos direitos de cidadão de autoria de Jefferson ou, ao menos, Maxwell, não cita no livro. Isso aumenta ainda mais a importância desse personagem da Revolução Americana para os mineiros, segundo pensamos.

²⁴⁶ MAXWEEL, 1978. Op. Cit. pp. 151-152

A criação dos parlamentos, de universidades, as eleições, e mesmo a idéia de uma milícia de cidadãos, demonstram a influência do exemplo norte-americano. Parece ter existido contatos com homens de negócio do Rio de Janeiro, visando uma aliança, quando da deflagração do movimento. Em fins da década de 1780, vários teares foram descobertos e apreendidos no Rio de Janeiro e devido à maior rigidez da fiscalização quanto ao contrabando, a cidade vivia uma alta de preços o que provocava comentários até mesmo na Inglaterra.

Quanto ao caso do Rio, parece haver evidências suficientes para supor contatos. Existe também a suposição da busca de apoio em São Paulo, mas neste caso, diz o autor de *Devassa*, os indícios não permitem maiores conjecturas. Contudo, deve-se destacar a ausência de qualquer menção, nos planos da conjuração, à assuntos de intercâmbio comercial. Ao que parece, mais uma vez mirando-se no exemplo das ex-colônias inglesas, buscavam a aliança com o Rio de Janeiro e São Paulo para o movimento, mas como

*“estados independentes e, presumivelmente, confederados. Seu interesse nas constituições dos estados soberanos da América do Norte e as disposições sobre a confederação das ex-colônias britânicas indicam tal conclusão. Assim sendo, a aparente falta de interesse no intercâmbio internacional torna-se compreensível”.*²⁴⁷

A Inconfidência foi o ponto culminante de uma cultura urbana, única em todo o território colonial português e que

*“o sentido libertário que tal cultura urbana impôs à colônia não arrefeceu com o fracasso da revolução inconfidente. [...] deixou marcas perenes na construção da nação que se consolidou no século XIX”.*²⁴⁸

²⁴⁷ Ibidem. 154

²⁴⁸ MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **A Fisionomia das Cidades Mineradoras**. Texto apresentado no painel *Urbanização e Modernidade em Minas Gerais no século XIX*. VIII Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 13 de Maio de 1998. p. 10

Em dois textos diferentes, um dos quais recém-lançado, José Murilo de Carvalho defende a tese, segundo a qual os ideais nascidos na Inconfidência Mineira – que ele denomina de Minas do ouro e do ferro, Minas da Utopia Americana ou, voz do ouro e voz do ferro – não desapareceram, eles apenas hibernaram, passaram “*a uma vida subterrânea*”.²⁴⁹ Preferimos usar aqui as palavras de João Pinheiro e, assim, defenderemos a persistência, ao longo do tempo, por *mysteriosa influencia*²⁵⁰ desse ideário.

Um dos pontos relevantes acerca do republicanismo é a questão da urbanidade, da cidade. Afinal, como ensina Newton Bignotto, no Renascimento italiano surge “*uma vida política rica com valores próximos aos que estavam no centro da existência das cidades livres do passado*”. Passou a ser tema central para aqueles homens “*a vida nas cidades*”.²⁵¹ Como mencionado no final da última parte, atribui-se à cultura urbana surgida no Dezoito mineiro a existência de um sentimento libertário.

Ganha importância, nesse sentido, a tese de que, no correr do século XIX, apesar das transformações na estrutura da economia mineira, passando a ter como centro atividades ligadas a terra, a elite mineira será composta, especialmente, por habitantes de centros urbanos, com educação refinada. Assim, apesar de o mundo rural obter a primazia econômica na economia da província, permanece o imaginário urbano.²⁵² Essa seria, pensamos, uma das formas pelas quais o ideário republicano inconfidente continuou

²⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. Minas e as Utopias ou as Utopias de Minas. In: **Utopias: sentidos Minas margens**. ANDRÉS, Aparecida (Org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1993. p. 112; Idem. Ouro, Terra e Ferro: Vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. pp. 55-78.

²⁵⁰ PINHEIRO, João. **Discurso na sessão inaugural do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 15-08-1907**. Transcrito in: BARBOSA, op. Cit., 1966 pp. 248-250; Idem, 1980 pp. 303-306; SENNA, 1941 pp. 12-13.

²⁵¹ BIGNOTTO, Newton. **Origens do republicanismo moderno**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. pp. 17-18

²⁵² BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: Modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994. pp. 31-32

exercendo nos homens mineiros, principalmente naqueles provenientes das regiões que o movimento teve maior força, uma misteriosa influência.

A memória do movimento perpetuou-se também devido ao sentimento da população do Rio de Janeiro, local do enforcamento de Tiradentes, e de Minas, quanto às penas imputadas aos réus. Documento apócrifo descreve a *consternação* dos cariocas diante da condenação dos onze inconfidentes. Muitos se retiraram da cidade, dirigindo-se para o campo. Com o perdão dos condenados, exceto Tiradentes, diz o autor anônimo, as ruas da cidade voltaram a ficar movimentadas e muitos chegaram a chorar.²⁵³ Ao contrário do uso à época, a execução de José Joaquim Xavier incitou compaixão na multidão que assistia, e muitos encomendaram missas para o enforcado.²⁵⁴

Joaquim Silvério dos Réis, o denunciante, queixou-se acerca dos insultos que lhe diziam, e devido à rejeição sofrida por parte da população trocou o nome e se mudou para o Maranhão. Houve até mesmo um atentado contra a vida dele. Basílio de Brito, também denunciante, em carta-testamento, diz ter medo de morrer assassinado e admite o ódio que lhe dirigia o povo mineiro. Afinal, as partes do corpo de Tiradentes ficaram expostas pelo caminho entre Minas e o Rio de Janeiro, servindo como exemplo ao que sucederia com todo aquele que ousasse afrontar o poder da Coroa.

Homens importantes de diversas localidades da capitania se viram implicados na investigação, e relatos contemporâneos aos acontecidos mostram o clima sombrio que abateu-se na capitania após o desbaratamento do movimento. Na saída dos prisioneiros de Vila Rica, rumo ao Rio, as ruas ficaram desertas, a cidade desolada. Famílias deixaram a

²⁵³ “Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos factos relativos a ella acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 26 de abril de 1792”, *Revista do IHGB*, vols. 62-3, t. 44 (1881), pp. 140-60. citado em: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 58

cidade. Cinquenta anos após os acontecimentos, em viagem pela província, um cidadão inglês registra a manutenção da memória sobre a Inconfidência e a sensação de que a pena infligida havia sido injusta.

Alguns inconfidentes voltaram do exílio. O padre Manuel Rodrigues da Costa e José de Resende Costa participaram, inclusive, da Assembléia Constituinte de 1823. O segundo, antes de sua morte em 1841, traduziu e anotou a parte sobre a Inconfidência do livro de Robert Southey. O padre, quando da revolta de 1842, faz apelo ao governo central pela anistia dos mineiros envolvidos. A musa de Gonzaga, Maria Dorotéia, viveu em Ouro Preto até sua morte em 1853. Indícios não faltam para supor a persistência de uma memória do movimento entre os mineiros e cariocas. Entretanto, o tema não podia ser motivo de análise da elite culta. Afinal, um descendente direto da rainha que impusera as penas governava o Brasil. Os primeiros escritos sobre o movimento, por esse motivo, são de estrangeiros.

A literatura brasileira passa a tratar o assunto com publicações de romances, contos e escritos de personagens envolvidos na Conjuração.²⁵⁵

O ideário republicano inconfidente com influências da Revolução Norte-Americana revive também na figura de Teófilo Ottoni. O pai, Jorge Benedito Ottoni fora vereador do Senado da Câmara de Vila do Príncipe em 1813. Nessa instituição exercia-se o governo, uma espécie de *escola da liberdade*. Em 1821, as discussões em torno da constituição, e logo após a Independência, movimentam a Vila e o garoto Teófilo, então com 13 anos participa das manifestações. Seu pai, eleito deputado por Minas em uma das sessões realizada em Vila Rica, requer que se dignifique a memória de Tiradentes. Haviam se passado pouco mais de 30 anos e rememorava-se, assim, em 1821, o movimento de 1789.

²⁵⁴ CARVALHO, 1990. Op. Cit. p. 58

²⁵⁵ Ibidem. Pp. 58-59

A família não contava com grandes recursos financeiros. Assim, a gratuidade do ensino é um dos motivos que levam, em 1826, Teófilo e o irmão Honório à Corte, ingressando na Academia da Marinha. O primeiro, pouco tempo depois está já envolvido na política. Torna-se secretário do grêmio secreto Clube dos Amigos Unidos. Esse clube político de fundo maçônico ostenta em sua bandeira a inscrição: “*a queda de Pedro I e a implantação da Republica*”.

Deixando a academia, passa a estudar mecânica com Joaquim José Rodrigues Torres, que, “*além de ensinar mecânica, mandava ler Jefferson*”.²⁵⁶ Nessa época, aprende sobre os dois congressos americanos realizados na Filadélfia, em 1774 e 1787; sobre a idéia de federação e, principalmente, sobre o ideário jeffersoniano. Antes de prosseguirmos nos apontamentos sobre Teófilo Ottoni vale retornar, de forma breve, ao papel deste *pai fundador* na Inconfidência.

Entre 1784 e 1789, Thomas Jefferson foi embaixador de seu país em Paris. Nessa época, uma “*onda de entusiasmo pela América e pelos americanos varria os círculos liberais e intelectuais*”.²⁵⁷ Se por um lado, a grande repercussão da Revolução Americana deveu-se à Washington, principal responsável pela vitória na guerra da independência, por outro, Jefferson, habilidoso propagandista, teve papel fundamental. Nos anos da embaixada, pessoas de diversos países e intelectuais o procuravam em busca de “proteção”. Como já mencionado, o brasileiro Joaquim da Maia foi um deles.²⁵⁸

Os termos com os quais Maia o procura demonstram bem a expectativa depositada no representante da nova nação republicana:

²⁵⁶ CARVALHO, Jose Murilo de. Ouro, Terra e Ferro: Vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 59

²⁵⁷ BELOFF, Max. **Jefferson e a Democracia Americana**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964. P. 83

“Sou brasileiro e vós sabeis que minha infeliz Pátria geme sob horrenda escravidão, que se torna cada vez mais insuportável, depois de vossa gloriosa independência (...) seguiremos os vossos passos; (...) estamos decididos a seguir admirável exemplo que nos destes, e, em conseqüência, a quebrar nossas cadeias e fazer renascer nossa liberdade (...) Mas, para isso, é necessário haver uma potência que auxilie os brasileiros, (...) Isso posto, Senhor, acreditamos ser a vossa nação a mais própria para os auxiliar, não somente porque nos deu o exemplo, mas também porque a natureza nos fez habitante de um imenso continente e, por isso mesmo, de algum modo, compatriotas”.²⁵⁹

A partir desse episódio a figura deste pai-fundador se tornará mítica para a elite política mineira. Em Teófilo Ottoni fica clara a admiração e influência de Jefferson e do ideário republicano norte-americano. Voltando a Vila do Príncipe, funda, em 1830, o jornal *Sentinela do Serro*. No cabeçalho, a inscrição em estilo jeffersoniano:

*“O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; esses direitos são a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão.”*²⁶⁰

Referindo-se aos acontecimentos do 7 de abril – abdicação de Pedro I – diz:

“o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra”.²⁶¹ Defende a federação e, em 1832, funda a Sociedade Promotora do Bem Público. Com o Ato Adicional de 1834, comemora a realização do programa defendido nas páginas do *Sentinela*.

Os acontecimentos da década de 1840, culminando no levante de 1842 e na vitória dos conservadores o levarão para outros caminhos. Funda, em sociedade com o irmão Honório,

²⁵⁸ Sobre Jefferson e, especificamente, o período como embaixador, ver: BELOFF, 1964. Op. Cit. Principalmente capítulo 5 Embaixador (1784-1789) pp. 60-80

²⁵⁹ LOPES, Francisco Antonio. Joaquim da Maia Jovem brasileiro procurou interessar Thomaz Jefferson, num movimento tendente a libertar sua pátria do domínio português. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, Vol. VI, 1959. pp. 211-212

²⁶⁰ CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Teófilo Ottoni – Ministro do Povo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 2ª. Edição, 1956. p. 70

a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri.²⁶² Anos depois, funda uma cidade e, em óbvia alusão ao local dos congressos americanos, a chama Nova Filadélfia. Recebe um pedaço de terra de chefes indígenas e lembra que do mesmo modo “*começou nos Estados Unidos a ocupação da Pensilvânia. Sorriu-me a analogia, aceitando o auspicioso fausto, tomei posse da minha Filadélfia*”.²⁶³ Voltando à vida pública, em 1862, envolve-se em polêmica devido à instalação da estátua de D. Pedro I, pois o local escolhido, o mesmo onde fora enforcado Tiradentes, causa-lhe revolta.²⁶⁴

Por fim, os ideais republicanos nascidos na Inconfidência permanecem na forte oposição que a província fez à centralização entre 1831 e 1850 e na predominância dos liberais em Minas Gerais ao longo do Segundo Reinado.²⁶⁵ Após a publicação do Manifesto Republicano de 1870 vários jornais mineiros fazem referências, mesmo que indiretamente, à Inconfidência e à influência dos acontecimentos das colônias norte-americanas no movimento, como demonstramos no começo do capítulo. Deste modo é que João Pinheiro será influenciado por esta tradição republicana.

Os indícios desta influência são abundantes. Os documentos referentes à Inconfidência que se encontravam no arquivo privado de Pinheiro juntam-se a outras evidências. Dentre os documentos preservados no arquivo privado de João Pinheiro há uma constituição dos Estados Unidos da América. A data de sua impressão, 1821, chamou nossa atenção. Afinal, no último quartel do século XIX havia a possibilidade, provavelmente com maior facilidade,

²⁶¹ Ibidem. P. 73

²⁶² DUARTE, Regina Horta. **Notícia sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 13.

²⁶³ Ibidem. P. 63

Citado também em: CARVALHO, Jose Murilo de. Ouro, Terra e Ferro: Vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005 pp. 60-61

²⁶⁴ CARVALHO, 1990. Op. Cit. P. 60

de se obter uma constituição dos Estados Unidos impressa em data recente. Nossa intuição é a de que, ao adquirir tal objeto, impresso antes mesmo da Proclamação da Independência, Pinheiro buscava se aproximar, criar contato, com o livro que inspirara os mineiros antigos.²⁶⁶

Quando inicia os estudos no Seminário de Mariana João Pinheiro já tinha sido influenciado pelos ideais republicanos. Em 1879, dentre os livros que se encontram na lista de despesas de Amador Cobra encontra-se uma referência a Chantrel. A menção é feita desta forma, citando apenas o nome do autor. Pesquisando, encontramos uma *História Popular dos Papas*, de J. Chantrel.²⁶⁷ Não podemos afirmar que fosse este o livro indicado para estudo no Seminário, mas é grande a probabilidade visto a data da publicação, coincidente com o ano no qual é indicado. Chantrel, em dado momento, dedica-se à luta dos papas contra o que denomina “philosophismo”.

*“No século décimo oitavo foi o reinado do philosophismo, isto é, do abuso da razão, que se decorava com o nome de philosophia e que não é mais que a destruição da religião de Jesus Christo e de todos os princípios, em que se apóiam as sociedades humanas, feita pela zombaria, corrupção dos costumes e mentira. (...) enfraquecendo a fé e respeito da auctoridade espiritual, abriu o caminho a todos os erros, a todas as revoltas e a todas as corrupções.”*²⁶⁸

Para o autor,

“...o philosophismo negava tudo ao mesmo tempo, não queria Igreja Catholica, nem Christianismo, nem Deus-Homem, nem Deus, nem espírito, nada a não ser a

²⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras; a política imperial.** Rio de Janeiro; Editora UFRJ, 2. ed., 1996, pp. 197-200

²⁶⁶ ESTADOS Unidos da América. **Constituição.** Lisboa: Typografia Morandiana, 1821. APJP, Cx 31, série VII folhetos.

²⁶⁷ CHANTREL, J. **História Popular dos Papas.** Tradução de Antônio José de Carvalho. Guimarães: Livraria Editora de Teixeira de Freitas, Tomo III, 1879.

²⁶⁸ Ibidem. p. 259

*matéria, e uma só divindade adorada sob o nome de razão humana, enganadora mascara que escondia o espírito de insubordinação e revolta.”*²⁶⁹

O autor continua atacando o “philosophismo”, acusando Voltaire de, com suas idéias, arrastar o povo para seu partido, servindo-se para tal “*da seductora palavra liberdade*”. Uma liberdade, diz, que corrompe os espíritos, deprava os costumes, destrói as leis e as instituições.²⁷⁰ Se, no século XVIII, o “philosophismo” havia sido o grande mal combatido pela Igreja Católica, o século seguinte, é o do “*ataque universal*”. Além dos poderosos, utilizando-se muitas vezes da força, *a violência* ou a *hypocrisia*, há a “*...a imprensa, esse novo poder dos tempos modernos, que forma a opinião e mais vezes a perverte que a illucida...*”.²⁷¹

O sentido do livro de Chantrel é atacar o processo de racionalização em curso no ocidente que retira poder da Igreja. Se, no século XVIII, o Iluminismo ou, como denomina o autor, o “philosophismo”, é alvo do ataque, no século XIX, os avanços tecnológicos como os que permitem a propagação da imprensa em maior escala são atacados. O ocidente, no Oitocentos, passa por transformações profundas.

Em fins do primeiro ano da terceira década do século XIX, inauguraram-se as primeiras linhas ferroviárias do mundo, ligando Liverpool à Manchester. O espetáculo assistido por 400 mil pessoas é um dos marcos anunciando uma nova era. Era de vapor, velocidade²⁷² e dos primeiros acontecimentos a marcarem a segunda fase de ampla marcha iniciada no século XVI: a modernidade.²⁷³

²⁶⁹ Ibidem. p. 295

²⁷⁰ Ibidem. p. 324

²⁷¹ Ibidem. p. 339.

²⁷² FOOT HARDMAN, Francisco. **Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a Modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2^a. ed, 2005.

²⁷³ BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. pp. 15-16.

Duas facetas de um mesmo sistema. A expansão capitalista abarcando, pouco a pouco, os países periféricos. A burguesia moldando a sociedade à sua semelhança. Um mundo em transformação, valores, técnica, cultura. “*O advento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII...*”²⁷⁴, desencadeia uma sucessão de avanços técnicos.

Ao longo do século XIX o invento de novas máquinas e de produtos destinados ao consumo de massa impõem a necessidade de divulgação²⁷⁵. Em 1851, “...*entre a transparência do vidro e a maleabilidade do ferro...*”²⁷⁶, visíveis no deslumbrante Palácio de Cristal, em Londres, realiza-se a primeira Exposição Internacional de grande porte. Marco fundamental, explicitando o aprofundar-se de todo um processo.

Todo esse ambiente de transformação técnica e sociocultural mereceu grande atenção dos historiadores. Mas outras forças buscavam se opor à modernização capitalista, à transformação dos valores, em defesa da tradição, da permanência.²⁷⁷ Nos interessa particularmente o movimento da Igreja Católica, com sua gênese no início do século XIX, que visava conquistar espaços geográficos e sociais “ameaçados” pela expansão protestante, a partir desse momento, sobretudo, pelo liberalismo econômico e todo o modernismo.²⁷⁸ *A História Popular dos Papas*, de Chantrel, encontra-se neste campo, de resistência à mudança, ao moderno. Para melhor compreendermos o sentido do ensino

²⁷⁴ FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 2ª. ed., 1963. P. 178

²⁷⁵ SANTOS, Paulo Coelho Mesquita, COSTA, Adilson Rodrigues da. A Escola de Minas de Ouro Preto, “Sociedade de Geographia Econômica de Minas Gerais” e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX. **REM**, Ouro Preto, 58 (3), julho, setembro. 2005. 279-285, p. 281

²⁷⁶ HARDMAN, Op. Cit. p. 49, Capítulo 2..Exposições Universais.

²⁷⁷ MAYER, Arno J. **A Força da Tradição:a persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. Prefácio; Introdução. Pp. 9-25 p. 14

²⁷⁸ MENEZES, Maria Lucia Pires. Trabalho e território: As missões católicas no interior do Estado do Amazonas – Brasil. **Scripta nova**, Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociales, Univerdad de Barcelona, vol VI, nº 119 (11), 2002

ministrado no Seminário de Mariana em fins da década de 1870, faz-se necessário um breve histórico da instituição.

O Seminário de Mariana, fundado em 1750 pelo 1º. Bispo da cidade, D. Frei Manuel da Cruz foi organizado para ser dirigido pelos jesuítas.²⁷⁹ Entretanto, o governo de Pombal (1750-1757), expulsa a Companhia de Jesus, em 1759, “...proibindo qualquer tipo de comunicação, verbal ou escrita, entre jesuítas e portugueses”.²⁸⁰ Declarada em rebelião contra a coroa, as propriedades da ordem em todo o império português são expropriadas.²⁸¹

O Império português passa por ampla reforma do sistema educacional. O Estado, *paradoxalmente*, estimulava o Iluminismo, dirigindo uma secularização e retirando da Igreja o poder de governar a introdução de novas idéias.²⁸² O Cônego Luis Vieira da Silva, aluno e posteriormente professor de Filosofia no Seminário de Mariana, participa da Inconfidência Mineira, movimento com claras influências iluministas, o que comprova a influência da reforma na instituição.²⁸³

No começo do século XIX o Seminário encontra-se fechado e suas instalações em evidente abandono e decadência. Em 1820, o prédio é reformado e o ensino volta a ser ministrado. Essa será a situação, com breves períodos de interrupção, como em 1842, durante a

²⁷⁹ TRINDADE, Raymundo. **Breve notícia dos Seminários de Mariana. Publicação comemorativa do Bicentenário de seminário.** Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1951. pp. 7-19.

²⁸⁰ MAXWELL, Keneth. **Marques de Pombal: paradoxo do Iluminismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1996. pp. 91-92.

Uma síntese do Governo Pombal é feita no capítulo 1, *Idéias e Imagens*, pp. 1-35; Sobre os conflitos que levaram à expulsão da Companhia de Jesus, ver capítulo 3, *Ação no interesse nacional*, especialmente, pp. 51-59, sobre a questão das sete missões e do conflito territorial com os espanhóis.

²⁸¹ Ibidem. Sobre a expulsão da ordem do território português e a expropriação dos seus bens, ver capítulo 4, *Colaboradores e conspiradores*; as referências aos alvarás encontram-se às páginas 91-92.

²⁸² Ibidem. Sobre a reforma da educação e o estímulo ao Iluminismo, ver capítulo 5, *Reforma*; o autor aponta o paradoxo das reformas pombalinas, em que um governo absolutista estimula a entrada de idéias que têm inscritas nelas próprio sentido anti-absolutista. Daí o título: *Marques de Pombal: paradoxo do iluminismo.*

²⁸³ TRINDADE, 1951. Op. Cit. P. 20

Revolução Liberal, em que ficou fechado por falta de alunos, até a chegada do novo Bispo de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso, em 1844.²⁸⁴

Chegando a Mariana o novo bispo coloca-se imediatamente em ação, reformando o Seminário e colocando em prática um projeto educacional “...*pela reforma dos costumes do clero e da população mineira*”.²⁸⁵

As medidas adotadas vão ao encontro da doutrina ultramontana. Buscando difundir de forma mais ampla tal doutrina, monta um parque gráfico na cidade e passa a editar o jornal religioso, *Selecta Catholica*. O Padre João Antônio dos Santos, posteriormente Bispo de Diamantina, além de reitor do Seminário, editava o jornal. A intenção, era educar os mineiros, buscar a formação de uma sociedade cada vez mais cristã e alertar para “...*o perigo de idéias deístas, racionalistas e materialistas...*”²⁸⁶

A educação oferecida pelo Seminário, e veiculada no jornal e outros impressos, se baseava na tradição da Igreja. Não em qualquer tradição, mas naquela ligada ao espírito da centralização romana e da reação às idéias modernas, burguesas, liberais etc., como constava no ideário ultramontano. D. Viçoso, além de cuidar da educação do povo mineiro, com o passar do tempo, torna-se uma das figuras centrais da Igreja Católica no país. Terá influência decisiva na nomeação de bispos no período do Segundo Reinado. Isso fica claro em viagem feita ao Rio de Janeiro, em 1869, com o objetivo de comparecer à conferência com o Imperador para decidir sobre a escolha do Bispo de São Paulo.²⁸⁷ O fato é que Mariana torna-se o centro irradiador da doutrina ultramontana para o Império.

²⁸⁴ Ibidem. Pp. 30-50

²⁸⁵ ASSIS, Raquel Martins de. (2005). A importância da educação e da tradição: ligações do jornal religioso *Selecta Catholica* (1846-1847) sobre o cultivo das faculdades da alma e do espírito humano. **Memorandum**, 8, 106-115. p. 2

²⁸⁶ Ibidem.

²⁸⁷ SILVA, Pe. Belchior Cornélio da. Viagem de D. Viçoso ao Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, Vol. XI, 1964, p. 45.

O processo de transformações se dava em larga escala, abarcando todo o ocidente, mas interessa-nos o modo como se deu no Brasil. Um dos principais sustentáculos da economia brasileira e, conseqüentemente, do próprio *status quo*, era o sistema escravista. Por este motivo, mudanças neste alicerce colocarão em marcha o início de transformações profundas no país.

Em 1807 a Inglaterra abandona o tráfico de escravos, que desse modo fica em mãos dos negociantes brasileiros. Uma guerra não declarada foi estabelecida contra os navios negreiros brasileiros, pois abalar o negócio do tráfico era uma forma “...*de abrir o continente africano aos navios ingleses*”. Em 1844, com a publicação da Lei Alves Branco, que impunha tarifas e com sentido protecionista em relação, inclusive, aos produtos ingleses, a situação mudou. Os ingleses partiram para a guerra aberta, aprovando no parlamento a lei conhecida como Bill Aberdeen, que liberava as embarcações inglesas para atacar quaisquer navios negreiros, mas, obviamente, o objetivo principal eram os navios brasileiros. A partir daquele momento intensificou-se a perseguição às embarcações brasileiras e, devido a essa pressão, o Império, em 1850, promulgou a Lei Eusébio de Queiroz, extinguindo o tráfico negreiro para o Brasil.

Com o fim do tráfico houve a necessidade, por parte dos traficantes, de buscar novas aplicações para o capital, antes empregado naquela atividade e, assim, ocorreu a liberação de capitais para a aplicação financeira e industrial. Nesse momento, encontrava-se já voltado para atividades financeiras e industriais, o futuro Barão de Mauá. Em três semanas reuniu 10 mil contos de réis, quantia equivalente a 1/3 do orçamento do Império para o ano e, em 1851, fundou seu banco. No mesmo período, a nascente economia cafeeira começa a demandar infra-estrutura para beneficiamento e transporte do produto, colaborando para a geração do surto econômico dessa década, que tem também como fator importante

*“o clima político de tranqüilidade [que] proporcionava o redirecionamento das energias da sociedade para tarefas produtivas. Assiste-se, a partir daí, a uma proliferação de bancos, corretoras, indústrias e uma conseqüente intensificação de atividades urbanas que teria grande impacto na sociedade brasileira”*²⁸⁸.

A forma como se deu o projeto de modernização do Brasil no começo dos anos 1870 foi condicionada pelo modo como se instituíra o sistema imperial que vigorou durante o Segundo Reinado.

No livro, *O tempo saquarema*, demonstra-se como, a partir das disputas intra-elites, nos momentos iniciais de formação do Estado brasileiro, o projeto conservador obtém hegemonia. Após a revolta liberal de 1842 e a demonstração de superioridade bélica dos conservadores – representados naquele momento pelas forças do Estado, em defesa do *status quo* –, estabelece-se a direção saquarema. Mesmo não estando no poder em muitos momentos do período que se segue, os conservadores conduzem o regime, pois as instituições centrais do Segundo Reinado haviam sido por eles estruturadas.²⁸⁹

Consolidação conservadora ocorreu com a reforma constitucional no começo dos anos 40, a qual revogou o Ato Institucional de 1834. O conselho de ministros, instância executiva, tinha o poder de nomear os presidentes de província e a burocracia estatal. O Poder Moderador era a instituição nacional por excelência, mas o Conselho de Estado e o Senado concentravam o poder. Hegemonia conservadora ocorria nessas instituições, pois elas tinham a maioria de representantes no Conselho e no Senado e, portanto, ascendência sobre o Poder Moderador.

²⁸⁸ FREITAS, Marcus Vinicius de. **Charles Frederick Hartt, um naturalista no império de Pedro II**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. pp. 27-28 Acerca da proliferação de bancos ver: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **O Império e os Bancos Comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia, do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola**. Sobre o fim do tráfico e a questão teórica do redirecionamento do capital, antes empregado nessa atividade: PIRES, Julio Manuel, COSTA, Iraci Del Nero da. O Capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos Avançados**, 14 (38), 2000. pp. 87-120.

Desse modo, tinham o controle das eleições e podiam reproduzir legitimamente o sistema por meio dos fiscais das eleições e delegados locais, nomeados pelo poder central. Um acordo não explicitado garantia a vitória aos liberais que tinham mais força e, assim, havia um “*equilíbrio precário entre dois contendores, um mais forte que o outro, mas não forte o bastante para desconsiderar o adversário*”.²⁹⁰

Entretanto, no começo da década de 1860, devido, principalmente, às mudanças que vinham ocorrendo e à extinção do tráfico negreiro e conseqüente abalo em um dos pilares da arquitetura conservadora – a escravidão, começam a ressurgir os conflitos dentro dos círculos das elites. Os liberais nunca haviam deixado de pressionar por reformas, mas fato novo era a cisão dentro dos quadros do Partido Conservador. Uma forma de interpretação do movimento que ocorre é apresentado por Emília Viotti da Costa: no começo do século os liberais se tornavam cada vez mais conservadores e, a partir de meados do século os conservadores se tornavam mais liberais.²⁹¹

Na verdade, ambos os lados da disputa aceitavam certos princípios. A propriedade como critério de cidadania e a manutenção da ordem sociopolítica estabelecida eram respeitados por liberais e conservadores. Desse modo, apesar de combaterem a direção conservadora, os liberais buscavam apenas aumentar o próprio poder. No momento de cisão do Partido Conservador é que se estabelece uma crise. O rompimento do grupo de conservadores capitaneados por Nabuco de Araújo, Zacarias de Góes, Sinimbu, Saraiva e Paranaguá ocorre devido às ameaças ao sistema, provenientes da pressão liberal e principalmente, do

²⁸⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. Rio de Janeiro, Acess, 4^a. ed., 1999.

²⁹⁰ As posições de Mattos são assumidas por Ângela Alonso em seu livro, *Idéias em Movimento*, servindo assim de suporte para esta síntese.

ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 66-68

²⁹¹ COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 7^a ed., 1999. p. 162

esgotamento da economia escravista. Em 1862, juntam-se a parcela moderada dos liberais e criam a Liga Progressista, atacada tanto por liberais quanto por conservadores radicais, e que tem curta duração.²⁹²

Em 1864, com a deflagração da Guerra do Paraguai, dá-se o “congelamento” momentâneo do conflito. Contudo, em 1868, com a queda dos liberais do poder, vê-se uma nova cisão, dessa vez entre os liberais. Uma ala cria o Partido Liberal Radical e exige a descentralização, a abolição, eleições diretas e outras plataformas históricas. Sobem o tom das ameaças e começam a falar em reformas ou revolução. Para completar o quadro da crise, em 1870 surge uma nova força política, dissonante das elites imperiais, com o lançamento da Manifesto Republicano.²⁹³

Nesse momento as forças estão colocadas: conservadores divididos entre um grupo reformista e outro conservador, buscando a manutenção da ordem estabelecida; liberais da mesma forma, com um grupo radicalizando a pressão por reformas e outro defendendo a reforma “dentro da ordem”. Em 1871, a guerra havia terminado, e a tensão chegara ao nível máximo e, em consequência, esperava-se o prosseguimento das reformas esboçadas antes do conflito. Nesse momento sobe ao poder o barão de Rio Branco, conservador moderado, montando um gabinete em situação de grande pressão por reformas de todas as ordens.

O Visconde do Rio Branco organizou um gabinete com certa independência em relação ao seu partido. Na apresentação às Câmaras, declarou não ser mais sustentável a escravidão, devido à conjuntura internacional. Os liberais estavam divididos e, assim, ofereciam menos resistência, tornando possível reformas, sem o abalo da ordem. A Lei do Ventre Livre ia

²⁹² ALONSO, 2002. Op. Cit. Pp. 70-73

²⁹³ Sobre os momentos iniciais de crise e o Manifesto: ALONSO, 2002. Op. Cit. pp. 71-75; COSTA, 1999. Op. Cit. 162-163

por esse caminho. Uma forma de se aproximar lentamente, sem desestruturar a economia, da extinção da escravidão.²⁹⁴

A estrutura socioeconômica do país vinha sofrendo modificações desde de o início da segunda metade do século XIX. O mercado interno se desenvolvia, estimulando a urbanização. O Ventre Livre era mais uma etapa do processo iniciado em 1850. A infraestrutura dos meios de transportes e comunicações se modernizava. A implantação das ferrovias iniciara-se em 1852. A imigração de estrangeiros crescia.²⁹⁵ O telégrafo elétrico chegou ao Brasil na metade do século, acompanhado de uma conseqüente dinamização das comunicações. As inovações tecnológicas dos instrumentos de impressão possibilitaram a abertura de um maior número de jornais.

Crônicas da época tratam das mudanças em andamento. No *Correio Mercantil*, em 1854, José de Alencar, na sessão dominical, em que passava “*em revista os acontecimentos da semana*”, ataca o aparecimento das máquinas de costura, que, segundo o cronista, “*matariam a poesia do trabalho caseiro*”. Nessa época, as notícias do exterior chegavam ainda por meio dos vapores. O mesmo cronista costumava escrever: “*Há três ou quatro paquetes, soubemos.*”²⁹⁶

A exploração comercial do telégrafo no país, por particulares, inicia-se em 1857. Em 1866 o cabo submarino liga a América à Europa. Essa será a “*primeira tecnologia de informação utilizada em rede mundial*”.²⁹⁷ A façanha é apresentada como forma de tornar o país “vizinho da Europa”, transformar as relações com o exterior por meio da comunicação direta. Apenas em 1874 que o Brasil liga-se efetivamente à Europa, com a instalação, pela

²⁹⁴ ALONSO, 2002. Op. Cit. Pp.80-81

²⁹⁵ COSTA, 1999. Op. Cit. Pp. 251-254.

²⁹⁶ Ibidem. Pp. 188-191.

empresa *The Western Telegraph Company Limited*, do cabo submarino, ligando Pernambuco a Portugal.²⁹⁸

Como já mencionado, em 1852 iniciara-se a implantação das ferrovias no Brasil. Entretanto, para muitos, a expansão das linhas ocorria de forma excessivamente lenta. Essa foi uma das preocupações do Gabinete Rio Branco. A lei de 24 de setembro de 1874, assegura juros maiores ao capital investido nesses empreendimentos, estimulando e tornando mais veloz a construção de novas estradas de ferro.

Em consequência, três anos depois, os trilhos ligam São Paulo à Corte. Nos anos seguintes, surgem as estradas de ferro de Sobral, Natal a Nova Cruz, na Paraíba (1880), Belém a Bragança, no Pará (1883), Paranaguá a Curitiba (1885). Em 1884, estão em construção 2.402 km de trilhos no Império. Finalmente, destaca-se a ligação entre Ouro Preto e a Corte, em 1883.²⁹⁹

Mencionamos, de forma breve, dois pontos da “reforma conservadora” implantada pelo Gabinete Rio Branco: o lento avançar rumo à extinção da escravidão, com aprovação da Lei do Ventre Livre; e a busca pela modernização da infra-estrutura de transportes, com a lei garantindo maior remuneração aos capitais investidos na expansão do sistema ferroviário.

Foge aos limites de o texto aprofundar-se sobre as reformas empreendidas pelo Gabinete. Vale destacar, porém, a realização do censo de 1872 que buscava atender à necessidade de “*estatística oficial para o governo dos povos (...) universalmente proclamada*”, e primordial

²⁹⁷ MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.21, nº41, p.127-144. 2001. pp. 128-132.

²⁹⁸ Ibidem. Pp. 131-133

²⁹⁹ CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961, 6 volumes. Volume V: século XIX – O Império e a Ordem Liberal. p. 1704

para “as nações que procuravam caminhar na vanguarda da civilização”.³⁰⁰ Cabe também apontar o estabelecimento do Registro Civil, motivo de discussão já na década de 1850, mas que devido à resistência à época ficou esquecido.³⁰¹

No último quartel do século XIX, mudanças expressivas ocorriam no país. Fruto de causas internas e externas, na década de 1870, o país passa por um processo de modernização. Dois projetos ficaram claramente expostos, opondo-se. De um lado o catolicismo ultramontano, conservador; de outro, o aprofundar-se do processo de racionalização da vida, o império da ciência, a expansão da economia capitalista, o moderno. O embate se estabelece, conforme esclarece Ângela Alonso:

*“...a profundidade da mudança e da crise que estava constituindo a sociedade moderna foi detectada por vários pensadores do oitocentos, que explicaram o fenômeno como transição entre dois tipos de sociedade: relacionando regimes políticos, mudanças nas formas materiais de produção e reprodução social. A ordem social tradicional vinha definida como conjunção de monarquia absolutista, feudalismo e catolicismo, enquanto a modernidade promoveria um regime representativo, com formas de produção e de sociabilidade urbanas e com a progressiva suplantação do misticismo pela razão científica”.*³⁰²

Em 1879, Quintino Bocaiúva escreve *A Questão Social*. Ele faz uma análise da conjuntura, mostrando a desordem política ou a decadência social que atingia todo o Ocidente. Um processo de crise social e como consequência, a decadência moral: “*O poder tradicional (...) está esboroando-se a olhos vistos, e para substituí-lo não existe ainda organizado nenhum poder moral.*”³⁰³

³⁰⁰ BOTELHO, Tarcísio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, V. 17, n. 1, pp. 321-341. p. 331

³⁰¹ Sobre a resistência na década de 1850 e também na de 1870, ver: *ibidem*. P. 331

³⁰² ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 170

³⁰³ BOCAIÚVA, Quintino. 1879. *A Questão Social*. In: SILVA, E. (Org.) 1986. *Idéias Políticas de Quintino Bocaiúva*. Brasília/ Rio de Janeiro, Senado Federal/ Casa de Rui Barbosa. In: ALONSO, 2002. p. 186.

O esboroar-se do poder tradicional, sem nenhum poder moral para substituí-lo, pode ser dito de outra forma. Essa é a descrição exata do processo de modernidade. Tratando desse assunto, Marshall Berman, em seu livro, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, formula:

“*Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.*”³⁰⁴

Ora, como pode um ambiente oferecer todas estas promessas de prazer – aventura, poder, alegria e crescimento –, mas possuir ameaça de tamanha grandeza? É exatamente essa a colocação de Bocaiúva. Nas palavras de Marx, *tudo que é sólido*; nas de Bocaiúva, *o poder tradicional*; para um, *desmancha no ar*; para outro, *esboroa-se*. Bocaiúva aponta o obscurantismo do ultramontanismo católico como possível agravante do problema, pois, afinal, “*é este o século da filosofia positiva, da indiferença religiosa, do livre exame*”.³⁰⁵

Entre os anos de 1879 e 1880, João Pinheiro toma a decisão de deixar o Seminário de Mariana e ir para a Escola de Minas de Ouro Preto. Como buscamos mostrar, esse momento era de grandes transformações. Amador Cobra, colega de Pinheiro no Seminário de Mariana, afirma a adesão deste ao republicanismo, já nesta época. Ávido por conhecimento, Pinheiro possivelmente tinha acesso a textos como os de Bocaiúva. Encantara-se pelos feitos dos republicanos mineiros de outrora. Certamente discordava das idéias defendidas em textos como os de Chantrel.

Em Mariana, *O Bom Ladrão, Periódico Religioso, Literário e Noticioso*, publicado sob os auspícios dos bispos de Mariana e Diamantina e que tinha como diretor o padre Silvério

³⁰⁴ BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 15

³⁰⁵ BOCAIÚVA, Quintino. 1879. A Questão Social. In. SILVA, E. (Org.) 1986. Idéias Políticas de Quintino Bocaiúva. Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Casa de Rui Barbosa. Citado In: ALONSO, 2002. p. 186

Gomes Pimenta, que seria professor de Pinheiro, colocava em questão em 1875: “*Poderá um homem ser catholico sem ser ultramontano?*” Para então afirmar:

*“Muitas vezes ouvimos dizerem mui anchos “sou catholico apostólico romano, mas não sou, nem quero ser ultramontano”. Ora desejara saber destes cavalleiros que cousa entendem por ultramontano, e como hoje podem conceber esta qualidade separada do catholico.”*³⁰⁶

João Pinheiro estava na encruzilhada, entre uma trilha de negação do moderno e outra que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor. Entre os papéis que encontramos no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, há um fragmento em que Pinheiro parece referir-se a este momento de decisão. Fala da “*...obscuridade do santuário, mal [claro] pela luz coada de seguidas janellas de grossas paredes e abobadas sombrias, cheia de mudez e desconforto.*”

Provavelmente sobre o padre João de Santo Antônio, diz que sempre via-o

“...pelos immensos corredores lageados, (...) um ambiente accusando um cheiro acre de incenso e cera queimada, [...] um andar pausado, repetindo cerimônias [prescritos] e regulados,(...) Sempre ao pé d’aquellas imagens que estavam nos altares, impallidecidas na immobilidade de estatuas, com olhos levantados ao ceo, as mãos cruzadas sobre o peito, n’um gesto vagam^{te} dolorido. Julgava-o um santo decido do pedestal, podendo dispor do ceo em que acreditava. Era assim que o considerava!

*E aquelle padre que sabia-lhe-erão os passos contados escrupulosamente por onde quer que fosse, sempre acompanhados de olhares de gratidão respeitosa, tirando-lhe a liberdade de movimentos, sempre o mesmo em toda a parte, confirmava o meu pensar...”*³⁰⁷

E esclarece qual era o seu pensar: “*...em nome da sciencia (...) substituir-se a cathedral pelo amphiteatro d’anatomia e o altar pela fornalha do chimico.*” Para terminar refletindo:

³⁰⁶ Poderá um homem ser catholico sem ser ultramontano? O Bom Ladrão. Marianna, 20/02/1875. p. 1

“*O homem, esta misteriosa formula – o nada e o infinito – o pó que aspira Deos.*” Havia decidido, deixaria o Seminário e seguiria para a Escola de Minas de Ouro Preto. Sem coragem de comunicar à mãe, católica fervorosa, pede ao irmão, já padre, que o faça.³⁰⁸ Ao deixar o Seminário de Mariana e partir para a Escola de Minas de Ouro Preto, se aventura pelo caminho do moderno.

Como diz Berman, o moderno implica *transformação* e *autotransformação*. Esta foi a escolha de João Pinheiro, que, mais tarde, escreverá ao tio Luis dizendo que se tornou “*o criador de si próprio*”.³⁰⁹ Ao deixar o seminário se lança à aventura, começa a autotransformação. Quanto à transformação, como diz Lucio José dos Santos, em discurso nas comemorações do trigésimo aniversário da Escola de Minas de Ouro Preto, nenhuma profissão iguala-se a de engenheiro em “*um paiz novo*”³¹⁰, como o Brasil. Afinal:

*“Possuímos recursos naturaes estupendos, capazes de constituir a riqueza de um povo; as nossas florestas admiráveis encerram as mais bellas e úteis espécies para construcção, marcenaria, tinturaria, tecelagem etc.; a nossa fauna é riquíssima e variada; o nosso solo guarda as mais preciosas jazidas.”*³¹¹

Cita, especialmente, as riquezas minerais de Minas e o Norte de Minas, que apesar de ser “*uma região portentosa (..) está quase inteiramente por desbravar-se e estudar-se*”.³¹² As ferrovias tão necessárias ao progresso “*só agora se estende e desenvolve, e ainda assim*

³⁰⁷ Papéis avulsos. Pasta João Pinheiro. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

³⁰⁸ SENNA, 1941. Op. Cit. pp. 23-24

³⁰⁹ De SILVA, João Pinheiro da, São Paulo-SP, para PINTO, Luís Antonio. Serro-MG. 8/06/1884, cx 2, doc 23.

³¹⁰ SANTOS, Lucio Jose dos. O trigésimo aniversario da Escola de Minas. **Annaes da Escola de Minas**, Ouro Preto: Typographia Medeiros, 1906, pp. 7-13. p. 8

³¹¹ Ibidem. P. 9

³¹² Ibidem.

com uma lentidão desanimadora".³¹³ Enfim, apontar "*esses males, indicar essas necessidades é dizer qual a importância das escolas de Engenharia no Brasil*".³¹⁴

Mais tarde, Pinheiro mostra seu desejo de transformar, ao apontar que estando em marcha seu projeto, "*nossas florestas não continuariam, por ahi além, de pé (..) teriam de ser vassadas, e sob suas cinzas e os seus escombros – dia virá – germinara*", todo tipo de cultura. E, "*nossas estradas de ferro (..) pela immensidade do nosso território, atravessado por ellas e pelas linhas de rodagem, em todos os sentidos*".³¹⁵

Não é sem razão a caracterização do personagem como um "*modernista de final de século*".³¹⁶ Pinheiro escreve a um amigo dizendo-se "*assoberbado com a inauguração do automóvel*".³¹⁷ e,

“pioneiro de nossas estradas de rodagem, rasgou um caminho roçável, entre Sabará e Caeté, e nelle fez rodar seo locomovel, vencendo asperezas do meio, galgando serras, raros, senão raríssimos, foram os que admittiram a viabilidade de tal meio de transporte”.³¹⁸

Se, por um lado, João Pinheiro escolhe o caminho do moderno no momento em que decide deixar o Seminário de Mariana e seguir para a Escola de Minas de Ouro Preto, por outro, tão marcante quanto, será a influência da tradição republicana mineira que tem sua gênese na Inconfidência. Em seu Manifesto-Programa, de 1906, dirá que o "*...regime republicano, em Minas Gerais, tem sido praticado como se fora a sua longa tradição, como se estivera*

³¹³ Ibidem.

³¹⁴ Ibidem. P. 12

³¹⁵ SENNA, Caio Nelson de. **João Pinheiro da Silva – Sua vida – sua obra – seo exemplo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1941. p. 70

³¹⁶ BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: Modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994. p. 25

³¹⁷ De SILVA, João Pinheiro da, Caeté, para CALOGERAS, João Pandiá. 25/2/1905, cx 12, doc 1620.

³¹⁸ SENNA, 1941. Op. Cit. p. 71

*em seus próprios hábitos.”*³¹⁹ Declara seu amor pela República, que se encontra “...nas tradições do próprio continente americano, presidindo a formação das novas nacionalidades, que proscritos tinham fundado e colonos emanciparam.”³²⁰ Lembra a “...bela tradição republicana da Inconfidência, (...) a tradição sagrada do passado, que é para as almas livres.”³²¹

Deixa claro que o princípio fundamental do sistema republicano é a liberdade ao afirmar,

“O amor por todos as liberdades; a começar pela espiritual, que e a mais alta - liberdade de pensamento, de consciência e de religião; liberdade da palavra, assim falada como escrita, garantidas pela Lei, exercidas dentro da Ordem.

Respeito religioso da Lei, como expressão da vontade das maiorias e da legitimidade das necessidades sociais.

A livre discussão destas e dos atos de todos os governos, como meio profícuo de se conseguirem as suas reformas, modificações ou substituições, alcançadas pela persuasão e pelo esclarecimento dos espíritos.

*A condenação, por isso mesmo, do estado revolucionário permanente, fundado no absurdo de que uma minoria pode sempre, mesmo à custa de sangue, destruir a lei estabelecida, para fazer sobre ela prevalecer o que cada um julgar, dentro de si, ser o bem de todos, e que não passa às vezes de pura utopia pessoal.”*³²²

³¹⁹ PINHEIRO, João. **Ao Povo Mineiro**. Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado, Caeté, 07/02/1906, publicado no *Minas Gerais* de 12/02/1906. In: BARBOSA, 1980. Op. Cit. p. 196

³²⁰ *Ibidem*. p. 178

³²¹ *Ibidem*

³²² *Ibidem*. pp. 178-179

Capítulo III

A Escola de Minas e a formação política de João Pinheiro

Em 4 de novembro de 1880, João Pinheiro da Silva “*com 19 annos completos, tendo cinco exames prestados na Instrucção Publica*” da Capital,

“mas não podendo ainda ser matriculado, p^f q’ lhe falta o exame de francez, q^e é exigido p^a matricula do 1^o anno do curso inferior, vem attenciodamen^{te} impetrar de V. S^a. a graça de aceitá-lo como ouvinte do 1^o anno do curso inferior d’esta mesma eschola”.

Esse é o requerimento apresentado ao diretor da EMOP, em que consta ainda os exames prestados pelo requerente: português, latim, geografia, filosofia e aritmética.³²³ Aceito o requerimento, passa a freqüentar as aulas.

A opção pelo ingresso na Escola de Minas de Ouro Preto para João Pinheiro, como referido no capítulo anterior, significa trilhar o caminho “do moderno”, distanciando-se, assim, da “tradição”. Neste sentido, o contexto político no qual se dá a fundação da Escola é fundamental para o assunto de nosso interesse, a sua formação política. Afinal, a Escola de

³²³ **Requerimento de matrícula de João Pinheiro na EMOP.** 04/11/1880. Arquivo da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Livro de correspondência recebida, requerimento alunos.

Minas de Ouro Preto é fundada na década de 1870, decênio marcado, no país, como o da modernização intentada pelo Gabinete Rio Branco e pela crise do sistema imperial.

A historiografia não liga os primeiros movimentos de criação da Escola com a tentativa modernizadora do começo da década de 1870 e com este ambiente de crise do sistema imperial. Dá-se destaque a estreita ligação de Henry Gorceix, o criador da escola e seu diretor por todo o período imperial, com D. Pedro II, deixando passar despercebido o esforço do criador da Escola para conquistar o apoio da elite provincial.

Os dois principais trabalhos sobre a EMOP são os de José Murilo de Carvalho³²⁴ e de Margarida Rosa de Lima³²⁵. O primeiro, apresenta uma análise da trajetória da instituição – da criação, passando pelos anos de *glória* até a decadência ou perda de prestígio – e seu papel como formadora de uma elite de técnicos em Minas.

O segundo, tradução de uma dissertação defendida pela autora no Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros da Soubornne, como aponta um dos prefaciadores, descreve a “*figura de Gorceix e seu empenho na implantação de sua obra magna que é a Escola de Minas de Ouro Preto*”.³²⁶ O trabalho centra-se na trajetória do fundador da Escola, sua relação com D. Pedro II e o percurso da instituição até a Proclamação da República.

Interessa-nos especialmente o momento inicial da Escola até o começo da década de 1880, por ser este o período em que Pinheiro lá estudou. Contudo, começemos apresentando os momentos que antecedem a criação da EMOP. Segundo Carvalho, no início da década de 1870 percebe-se já algumas mudanças no país quanto ao interesse pelos estudos geológicos.

³²⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1978.

³²⁵ LIMA, Margarida Rosa de. **D. Pedro II e Gorceix a Fundação da Escola de Minas de Ouro Preto**. São Paulo: Fundação Gorceix, 1977.

³²⁶ KRUGER, Walter José Von. **Prefácio** In: *Ibidem*. P. 11

O autor aponta a presença de Agassiz, participante da expedição Thayer, em 1865, como possível fator de incentivo desse interesse.

Destaca a participação do renomado geólogo Frederick Hartt, que regressou ao Brasil com a expedição Morgan no começo da década 1870 e, em 1875 ficou encarregado da organização da Comissão Geológica do Império. O autor diz que a comissão foi extinta dois anos depois, pelo Gabinete Sinimbu, que nem mesmo recebeu Hartt para ouvi-lo. Segundo Carvalho, o geólogo morreu de febre amarela, no Rio de Janeiro, em 1876.³²⁷ Especial destaque é dado à reunião do grupo de geólogos – Orville A. Derby, John C. Branner, R. Rathbun – que, ligados ao Museu Nacional, elaboraram grande parte da produção científica geológica brasileira até fins do século XIX.

Um ambiente de renovação científica, ligado ao movimento conhecido como Ilustração Brasileira³²⁸ compreenderia a reforma do Museu Nacional, do Observatório Nacional, das Escolas de Medicina, e a criação da Politécnica e da Escola de Minas. Se, por um lado, esse ambiente afeta a decisão de criar a escola, por outro, “*ela própria foi um capítulo importante*” do movimento, diz o autor.³²⁹

Existe unanimidade quanto ao papel central desempenhado por Claude-Henri Gorceix, fundador e diretor por mais de quinze anos da Escola de Minas de Ouro Preto, para sua formatação. No começo da década de 1870, em viagem à Europa, o Imperador D. Pedro II encontra-se com Auguste Daubrée, diretor da Escola de Minas de Paris. Desse contato resultam dois relatórios do estudioso, que versavam sobre os meios adequados para

³²⁷ Como se vê, existe uma confusão de datas. Como pode ter Hartt morrido em 1876 e, no ano seguinte, haver a recusa de Sinimbu em recebê-lo? Sabemos da existência de nova edição do livro de Carvalho, porém não a consultamos. As datas corretas são: abril de 1875, criação da Comissão; 1º de julho de 1877, decretado o fim da Comissão (Hartt consegue prorrogação de seis meses dos trabalhos); 18 de março de 1878, morre Charles Frederick Hartt. Ver: FREITAS. Op. Cit. pp. 209-226; p. 215, p. 221, p. 225.

³²⁸ Sobre o movimento denominado Ilustração Brasileira: PAIM, Antônio (org.). **Plataforma Política do Positivismo Ilustrado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

aprofundar-se o conhecimento sobre o solo brasileiro, o desenvolvimento e exploração de suas riquezas minerais, e referentes ao ensino da mineralogia e geologia no Rio de Janeiro. Convidado a organizar no Brasil uma escola de mineiros, recusa a proposta; mas, em 1874, apresenta um candidato que julga à altura para a empreitada: Claude-Henri Gorceix.

Nascido em 1842, Gorceix, com doze anos de idade, ingressa no Liceu de Limoges, como bolsista. Oito anos depois, na Escola Normal Superior de Paris, em 1866, torna-se assistente de Ciências Físicas e Naturais. Entre 1866 e 1868 leciona Física no Liceu de Angoulime, mantendo, contudo, o vínculo com a Escola Normal, como agregado-assistente e integra viagens de estudos de geologia e mineralogia. Enviado à Escola Francesa de Atenas, como prêmio por estar entre os melhores diplomados pela Escola Normal, empreende estudos entre 1868 e 1874, com um intervalo em que regressa à França para participar da guerra contra a Prússia.

De volta a Paris recebe o convite para organizar o ensino de mineralogia e de geologia no Brasil. Chega ao país no meio do ano e, atendendo à solicitação do Governo, em julho de 1875 entrega relatório indicando Ouro Preto como local mais adequado para instalação de uma escola de minas.

No relatório, além de sugerir o local de instalação da escola, apresenta um regulamento em que constam nove pontos principais:

“a – curso de dois anos, com dez meses de aulas, iniciando em agosto e terminando em junho; os dois meses restantes seriam empregados em excursões e trabalhos práticos; b – tempo integral para professores e alunos, com aproveitamento inclusive de sábados e domingos; c – seleção dos alunos por concurso e um sistema de exames freqüentes durante o ano; d – limitação ao número de alunos a 10 por turma; e – boa remuneração para professores; f –

³²⁹ CARVALHO, 1978. Op. Cit. Pp. 22-24.

*intensa prática de laboratório e viagens de estudos; g – bolsas de estudos para os estudantes pobres e prêmios, para os melhores alunos, de viagem à Europa ou aos Estados Unidos para aperfeiçoamento em escolas e estabelecimentos mineiros e metalúrgicos; h – contratação pelo Estado dos que melhor aproveitassem a viagem de aperfeiçoamento; i – ensino gratuito”.*³³⁰

O projeto, como afirma Carvalho, foi apresentado a Daubrée, que demonstrou concordar com as normas. Foi também enviado à Congregação da Escola Politécnica, cujo diretor era ninguém menos que o ex-chefe de gabinete, todo-poderoso, Visconde de Rio Branco. Organizou-se, na Politécnica, uma comissão para examinar o projeto que fez objeções a vários itens. Quanto à formação, deveria ser voltada somente à prática; os exames de admissão deveriam ser os das Comissões de Instrução Pública das Províncias; os salários pedidos para os professores eram altos; o limite de alunos por turma era desnecessário; também o era o duplo exame de admissão; bolsas para alunos pobres não deveriam existir; os formados não deviam ser enviados ao exterior, e sim em viagens pelo Brasil; por fim, a obrigatoriedade de contratação pelo Estado dos engenheiros formados pela escola não deveria existir.

O próprio Rio Branco elaborou parecer reforçando a discórdia com vários pontos. Gorceix responde repetindo o que já havia proposto. Segundo Carvalho, o “...*regulamento definitivo de 6 de novembro de 1875 manteve o cerne do projeto de Gorceix*”.³³¹ Houve apenas a flexibilização de alguns pontos, transformando em possibilidade, e não mais em obrigatoriedade, como queria Gorceix: a cessão de bolsas para alunos pobres, o envio dos que se destacassem ao exterior e a contratação de engenheiros pelo Estado. Sobre o desfecho do embate, diz o autor:

³³⁰ CARVALHO, 1978. Op. Cit. p. 32; LIMA, 1977. Op. Cit. pp. 37-38 apresenta os mesmos pontos.

³³¹ CARVALHO, 1978. Op. Cit. pp. 32-34

*“Esta força de um estrangeiro recém-chegado ao país, capaz de derrotar opiniões de um homem como o Visconde do Rio Branco, que acabara de presidir o ministério de mais longa duração e dos de maior prestígio do Império e que era o diretor nomeado da Escola Politécnica, só pode ser explicada pelo fato de contar com o pleno apoio da Coroa.”*³³²

Em 12 de outubro de 1876 ocorre a inauguração solene da Escola de Minas de Ouro Preto. Lima enfatiza as dificuldades de contratação de professores nos primeiros anos.³³³ Carvalho, mostra a dificuldade para arregimentar alunos capazes de passar nos exames de admissão e as dificuldades dos formados em conseguir empregos.³³⁴ Os métodos avançados de ensino adotados na Escola são apontados pelos dois autores.

Dois modelos inspiraram a formatação da EMOP: a Escola de Minas de Paris, voltada para a formação básica mais sólida, com curso de três anos, e a Escola de Minas de Saint-Étienne, com um curso de dois anos e formação mais prática. O segundo modelo foi escolhido, devido à possibilidade de apresentar resultados mais rapidamente, mas buscou-se adotar também formação básica sólida, ao estilo da escola de Paris.

Existiam resistências às inovações e ao moderno, presentes no modelo adotado. Carvalho cita a tendência “católico-conservadora”, que era inspirada no *Syballus* de Pio XI (1864) e no Concílio Vaticano de 1870. Aponta Andrade Figueira como o representante por excelência deste grupo na Câmara: *“Em discurso de 1882, na Câmara, o deputado criticou a politécnica e a Escola de Minas por serem ‘viveiros de positivistas e de*

³³² Ibidem. p. 35. Quanto a este ponto, não há necessidade de explicitar o ponto defendido por Lima, pois o título de seu livro deixa clara a posição adotada.

³³³ LIMA, 1977. Op. Cit. pp. 47-48, 54-61

³³⁴ CARVALHO, 1978. Op. Cit. P. 36

materialistas’.”³³⁵ Lima narra o episódio acontecido em 1881. Segundo a autora, o jornalista José Carlos de Carvalho é perseguido por uma multidão e, devido à suspeitas de que se escondera na casa de Gorceix, os sacerdotes o acusam de maçom.³³⁶

Quanto à política, Lima destaca a proximidade e proteção do Imperador; assim como Carvalho, que vai além, apontando o relacionamento de Gorceix se dar quase exclusivamente, direto com o executivo central e a ojeriza pela política, manifestada no princípio de “...*não permitir que a política partidária interferisse nos assuntos da Escola*”.³³⁷

Mereceria maior atenção, quando se analisa a criação e os anos iniciais da Escola de Minas de Ouro Preto, o contexto político em que foram dados os primeiros passos no caminho que acabou resultando na sua criação. Carvalho cita a lei aprovada em 1832 pela Assembléia Geral Legislativa de Minas, criando um curso de estudos mineralógicos em Minas. Aponta, já há este tempo, o descontentamento da elite mineira com a inexistência de um curso superior na mais populosa das províncias do Império. Retorna ao período colonial, mostrando as tentativas frustradas de implantação da siderurgia em Minas e as inúmeras sugestões na direção da instalação da indústria do ferro, com especial ênfase para o período do governo de D. Rodrigo José de Menezes.³³⁸ Apesar de registrar esta antiga reivindicação de parcelas da elite mineira, o autor não se dá conta do momento específico em que, finalmente, atende-se a este antigo sonho.

Ao final da década de 1860, uma crise política de grandes proporções toma corpo, com a cisão tanto entre liberais quanto entre conservadores. Em 1870, com o lançamento do

³³⁵ Ibidem. P. 42

³³⁶ LIMA, 1977. Op. Cit. p. 96

³³⁷ CARVALHO, 1978. Op. Cit. P. 68

³³⁸ Ibidem. pp. 9-16

Manifesto Republicano, a crise se aprofunda. Surge então o Gabinete Rio Branco com seu projeto de modernização conservadora, visando mudar, sem abalar, o sistema imperial. Este é exatamente o momento em que se iniciam os contatos de D. Pedro II, na Europa, que resultarão na vinda de Gorceix e fundação da Escola de Minas. As negociações com Daubrée são feitas pelo Ministro dos Negócios do Império, João Alfredo Correa de Oliveira, um dos membros do Gabinete Rio Branco.³³⁹

A carta de 6 de julho de 1872, enviada   Daubrée, convidando-o a organizar o ensino de mineralogia e geologia, foi redigida pelo ministro. Em setembro do mesmo ano, diante da recusa ao convite, Correa de Oliveira volta a escrever ao francês solicitando a indica o de alguém para proceder ao ensino. Em tese recém-defendida, o autor, Messias Menezes, assinala:

“Nesse momento, João Alfredo Correa de Oliveira era figura representativa daqueles que acreditavam na ciência como a salva o para os problemas econômicos do País.

Era quase comum entre as elites letradas brasileiras da época – após o desenvolvimento material decorrente das entradas de capital das exporta es de café – a incorpora o e a valoriza o da ciência. Também no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ao qual se subordinava a minera o, foram tomadas providências para que se organizasse a Carta Geológica, em que seriam registradas todas as minas conhecidas e as concessões de explora o feitas pelo governo.”³⁴⁰

³³⁹ Já há algum tempo tínhamos a intui o de que a cria o da Escola de Minas se ligava não apenas   característica de mecenas do Imperador, mas   sua vontade de cooptar parcela significativa da elite mineira. Apenas recentemente tivemos acesso   tese, defendida em dezembro de 2005, que oferece subsídios para desenvolvermos o que antes era apenas intui o:

MENEZES, Messias Gilmar. **Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto, no crep sulo do Império.** Campinas: [s.n.], 2005. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. P. 30

³⁴⁰ *Ibidem.*

Não há unanimidade entre as elites quanto à *incorporação e a valorização da ciência*.³⁴¹ Havia resistências à modernização pretendida pelo Gabinete Rio Branco. Para nós, essa questão é central, pois ajuda a explicitar o momento de crise por que passava o sistema imperial. Reforça nossa tese do embate entre o moderno e a tradição, presentes também nos momentos iniciais da Escola de Minas de Ouro Preto. Vivenciados, sem dúvida alguma, por João Pinheiro. Vale, ainda sobre o assunto, uma consideração breve: desde a época colonial havia a idéia de superar a decadência da mineração que se aprofundava ao final do século XVIII, através da implantação da indústria do ferro. Carvalho afirma que “*a última manifestação verbal, salvo algumas menções esporádicas nas mensagens dos presidentes da Província*” para tentativa de implantação do ensino de mineralogia em Minas deu-se em 1832.³⁴²

Porém, como aponta Messias Gilmar Menezes, o sistema político estabelecido causava insatisfação entre intelectuais e políticos mineiros “*desejosos de emancipar-se das restrições*” impostas pelo isolamento das regiões produtoras, devido à falta de investimentos na infra-estrutura viária. Homens de negócios e empreendedores pressionavam por mudanças e tinham representantes políticos. Quanto à exploração das minas, em 1870, no

“*relatório apresentado pelo Brigadeiro Antonio Luis de Magalhães Mosqueira, relativo aos trabalhos da Quinta Exposição Industrial Mineira*”, alega-se que “*faltava os conhecimentos profissionais para empreender os serviços*”.³⁴³

Em um ambiente em que o “*ideário de modernidade (...) explodia por todos os cantos do país*”, uma parcela da elite mineira demonstrava seu descontentamento por não possuir uma

³⁴¹ Questão dos Bispos ou Religiosa e a Revolta do Quebra Quilos são bons exemplos de movimentos de resistência às modernizações pretendidas.

³⁴² CARVALHO, 1978. Op. Cit. P. 16

³⁴³ MENEZES, 2005. Op. Cit. P. 46

instituição de ensino superior. Apesar de ser a mais populosa e das mais importantes províncias do Império, ao contrário das províncias da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, todas contando com *academias*, reclamavam: não “*podemos obter a realização da nossa*”.³⁴⁴ Em Minas, reivindicavam: havia a necessidade de “conhecimentos úteis” para se desenvolver a mineração. Afinal, a Província “*tem descido de sua categoria de 1ª ordem para 2ª ordem, embora tenhamos bellas serranias, jazidas de ouro, diamantes*”.³⁴⁵

*“Foi nesse contexto que homens, como o Brigadeiro Mosqueira, que presidira a Exposição Industrial, na capital mineira, e o Barão de Camargos, líder do Partido Conservador da capital, reclamavam por uma escola que viesse dar novo animo à industria mineral da Província. Nos artigos de jornal da época, começou a circular a idéia de que, para as minas novamente atingirem o desenvolvimento que tiveram no passado, em seu momento de glória, a via era o conhecimento científico. Os ilustrados acreditavam na “salvação pela ciência”. As minas de tantas riquezas minerais deveriam tê-las expostas em todas as vitrines do mundo civilizado. Cumprir a determinação do Decreto Regencial que criara uma escola na Província, em 1832, seria restituir o prestígio e a economia e, dessa forma, contribuir com uma parcela na construção do nacional.”*³⁴⁶

Como se vê, existiam pressões para a instalação de uma instituição de ensino nos moldes da preconizada pela Lei de 1832. Tendo isto em vista, defendemos que a iniciativa do Gabinete Rio Branco e do Imperador, visando criar a EMOP, não deve ser vista como “*ato de vontade política orientado em boa parte por motivos de natureza antes ideológica do que econômica*”.³⁴⁷ Considerando a pressão exercida por parte da elite mineira, no sentido de se igualar às outras “grandes províncias” e ter uma *academia*, em um contexto de crise política que vai se agravando, e na predominância dos liberais em Minas, acreditamos que a

³⁴⁴ Ibidem. p. 47

³⁴⁵ O Constitucional, 19/08/1870. Citado In: Ibidem. p. 48

³⁴⁶ MENEZES, 2005. Op. Cit. P. 49

³⁴⁷ IGLESIAS, Francisco. **Apresentação**. In: CARVALHO, 1978. Op. Cit. P. 8

criação da Escola foi uma tentativa de cooptar, conquistar a confiança desta parcela da elite, por parte do Gabinete conservador e do Imperador.

Quaisquer sejam os motivos, a Escola em funcionamento e o ambiente estudantil resultante farão com que a capital da província ganhe novos ares, receba o influxo das novas idéias. Os autores que se debruçaram sobre a trajetória de João Pinheiro atribuem seus primeiros contatos com o positivismo ao ambiente de São Paulo, após deixar a EMOP. Muitos afirmam que isto se deu apenas quando e com sua entrada na Escola Normal de São Paulo e a convivência com o professor Cypriano de Carvalho, positivista convicto.³⁴⁸ Mesmo o racionalismo é creditado à sua formação naquela cidade.³⁴⁹

Buscaremos demonstrar que a formação na Escola de Minas de Ouro Preto marcará profundamente João Pinheiro. Nesse ambiente ele se impregna de racionalismo e tem os primeiros contatos com as idéias de Comte. Ademais, os homens que serão seus parceiros na política, nos negócios e na vida social são, muitos deles, aqueles com os quais criou vínculos em sua passagem pela Escola. Vínculos que ele manterá por toda sua vida.

Quando, em 1880, Pinheiro apresenta a requisição para ingresso na EMOP, a instituição, devido a dificuldades, já havia passado por algumas transformações. Desde a inauguração, em 1876, o rigor do exame de admissão fazia com que não fossem preenchidas nem as dez vagas, inicialmente pensadas como limite do número de alunos. Assim, já em 1877, cria-se

³⁴⁸ BOMENY, Helena. Pinheiro da Mineiridade. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, V.5, nº 2, mai-ago, 1990. p. 142

“...foi preparador da cadeira de Física e Química – professor Dr. Cypriano de Carvalho positivista convicto. Deste primeiro contato com o positivismo...”

LINS, Ivan. A Formação Filosófica de João Pinheiro e seus Ideais Humanos, Políticos e Sociais. In.: COELHO p. 38

“Foi nesta atmosfera, “carregada de positivismo”, que Pinheiro se entusiasmou pelo positivismo. Mais do que isto, a convivência com o professor Cipriano de Carvalho, de quem foi preparador das cadeiras de física e Química da Escola Normal, colocou-o em contato estreito com a filosofia de Comte.”

³⁴⁹ BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e sua Liderança em Minas. In. **Análise & Conjuntura**, v. 1, n. 1, 1986. BA:FJP. P.57

“É na academia de São Paulo que se impregna de racionalismo.”

um curso preparatório com duração de um ano, visando suprir as deficiências dos alunos vindos dos estabelecimentos regulares de ensino, que não se encontravam preparados para passar no rígido exame da instituição. Mesmo assim, a situação não se resolve e, em 1880, este preparatório, ou curso inferior, como alguns denominavam, passa a ser de dois anos.³⁵⁰

A partir de 1880, o curso da EMOP passa para quatro anos, sendo dois anos para o preparatório ou curso inferior e, dois para o curso de engenharia de minas propriamente dito. Como se vê no requerimento de João Pinheiro, já mencionado no início do capítulo, sua pretensão é ingressar no curso inferior ou, preparatório.³⁵¹ Entretanto, datado de novembro daquele ano, mesmo que deferido, apenas em meados do ano seguinte começaria a cursar o preparatório pois as aulas da escola tinham início em 15 de agosto, terminando em 15 de junho.³⁵²

O decreto n.º 7628, de 14 de fevereiro de 1880, estabelecia a divisão do Curso Inferior em dois anos e definia o que seria ensinado na *cadeira* única do primeiro ano e nas duas existentes no segundo.

“Arithmetica elemental, álgebra elemental, comprehendendo: a resolução das equações do 2º grão e biquadradas, a das questões de máximos e mínimos cuja solução depende dessas equações, as proporções e a theoria elemental dos logarithmos; geometria elemental, noções preliminares de trigonometria até as applicações a resolução dos triângulos.

*Desenho de imitação.”*³⁵³

Este, o programa do primeiro ano do curso inferior. Proveniente de instituições como o Seminário de Mariana, caso de João Pinheiro, em que o ensino voltava-se apenas para as

³⁵⁰ CARVALHO, 1978. Op. Cit. Pp. 37-38

³⁵¹ **Requerimento de matrícula de João Pinheiro na EMOP.** 04/11/1880. Arquivo da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Livro de correspondência recebida, requerimento alunos.

³⁵² Decreto n.º 6026 – de 6 de novembro de 1875. Crêa uma Escola de minas na Província de Minas Geraes e da-lhe regulamento. Capítulo III Art. 9.º

³⁵³ Decreto N. 7628 – de 14 de fevereiro de 1880. Altera diversas disposições relativas à Escola de Minas de Ouro Preto.

humanidades, os alunos não estavam preparados para ingressar na escola. Henry Gorceix chega a dizer que mesmo o Caraça, então considerado o local de ensino da elite mineira, por ser o melhor estabelecimento de ensino secundário da província, não era capaz de preparar alunos aptos a ingressar na EMOP. O ensino ministrado no Colégio do Caraça oferecia apenas uma cadeira de ciências, ensinando “...*aritmética elementar, álgebra até equações de primeiro grau e geometria plana.*”³⁵⁴ O Seminário de Mariana não era exceção e, como se vê no programa da cadeira do primeiro ano do preparatório da EMOP, a aritmética e álgebra elementares então ensinadas iam muito além das equações de primeiro grau e da geometria plana.

João Pinheiro buscava adentrar aquele novo mundo. Em anotações, as quais não há meios de datar, se feitas à época ou em momento posterior diz: “*O desmesurado desejo de saber levava-me para philosophia; a obrigação conduzia-me ao estudo ávido da mathemática; estudei e aprendi m^{to} muito...*”³⁵⁵ O esforço o leva a aprender rapidamente, e pouco depois, enquanto frequenta o preparatório, está dando aulas na capital como forma de se sustentar. Mas esta era uma preocupação constante em sua vida, como visto no primeiro capítulo, quando desde os onze anos de idade ajudava na manutenção financeira da casa. Esta realidade, sempre presente em sua vida, o fará optar por deixar a EMOP. Convive, entretanto, com aquele ambiente durante dois anos. Não sem algum pesar, devido à criação católica recebida, será tomado pelo racionalismo como se vê em suas anotações:

“O desmesurado desejo de saber levava-me para philosophia; a obrigação conduzia-me ao estudo ávido da mathemática; estudei e aprendi m^{to} muito; mas antes não o conseguisse. A crença fervorosa e santa, bebida nos lábios d’uma mai religiosa, alimentada e crescida na educação mais religiosa ainda do

³⁵⁴ CARVALHO, 1978. Op. Cit. P. 41

³⁵⁵ **Papéis avulsos.** Pasta João Pinheiro. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

seminário, A fé impertubada e impertubavel começando na existência de Deos e acabando n'agua de Lourdes, total e completa; o sentim^{tos} religiosos, um a um, dia por dia, aqui abalados, logo depois arrancados do raciocínio [inexorável] a [juízo] do exame das primeiras causas, e primeiro a duvida irritante, e seguida do exame indifferente acabando pelo scepticismo completo tirou-me a religião inteiramente.”³⁵⁶

Na Escola estabelece laços com os professores, alunos e recebe a influência do que ficaria conhecido como o “espírito de Gorceix”.

Nos discursos de Gorceix, a idéia da necessidade do desenvolvimento da indústria do ferro como base para a criação de outras indústrias e, sobretudo, para a mecanização, aparece com frequência.

“Isso porque a máquina a vapor representa o signo do progresso e desenvolvimento industrial, o alvo a ser perseguido pelo moderno engenheiro. Mas mecanizar a mineração é tirar a indústria, a Província de Minas Gerais e o Brasil do atraso e trazê-los para a civilização. Essa é a tarefa dos engenheiros de minas que, na época, ainda seriam formados pela EMOP. O sentido de progresso que associa a mineração do ferro e a siderurgia, para fabricar máquinas, é marca distintiva do discurso de Gorceix.”³⁵⁷

Afinal, a mineração tornava-se uma atividade econômica fundamental à medida que avançava a Revolução Industrial no século XIX. Na França, ambiente em que se formara o criador da Escola de Minas, existia, ainda no Antigo Regime, uma política industrial e de inovação voltada para o desenvolvimento das minas e da metalurgia. Ao Estado atribuía-se papel central no desenvolvimento, com a responsabilidade de criar um sistema de ensino de engenharia visando formar pessoal qualificado para seus quadros. A Escola de Minas de Saint-Etienne, criada dentro desta perspectiva, embora em outra época, permitira à França reabilitar a prática da mineração e interromper a importação de técnicos da Alemanha.³⁵⁸

³⁵⁶ Ibidem.

³⁵⁷ MENEZES, 2005. Op. Cit. P.

³⁵⁸ Ibidem. pp. 54-56

Embora a relação com o Imperador fosse importante para a manutenção da Escola, ao contrário das afirmações feitas, tanto por Carvalho, quanto por Margarida, Gorceix desenvolveu uma política de aproximação “...com o Palácio do Governo Provincial e com os políticos mineiros, na Assembléia Legislativa e no Senado”. A publicação dos “Annaes”, a concessão de bolsas a alunos, verbas para trabalhos de campo, excursões e compra de materiais, são conseguidas deste modo.³⁵⁹

Diferindo das demais instituições de ensino no país que ofereciam uma educação “clássica, quase clerical, no pior sentido”³⁶⁰, a Escola de Minas, como apontado por diversos autores, constituiu-se exceção.³⁶¹ O método de ensino implantado por Gorceix compreendia trabalhos práticos, exigência de frequência à aula e, como garantia de que os alunos acompanhariam as lições dos professores e estudariam diariamente, havia “um sistema de avaliação em que os exames seriam realizados em épocas ignoradas pelos alunos”.³⁶²

João Pinheiro teve contato com os ideais positivistas já ao tempo de estudante da Escola de Minas de Ouro Preto. José Murilo de Carvalho afirma:

*“Ao contrário de outras escolas técnicas do Brasil, especialmente da Escola Militar, da Politécnica e mesmo da Faculdade de Medicina do Rio, o positivismo não teve **nenhuma** influência em Ouro Preto. O fato é tão mais curioso por se ligar geralmente o positivismo à mudança de atitude em relação ao estudo das ciências. (...) A Escola de Minas, dos principais representantes da nova atitude, **ficou totalmente imune a esta corrente.**”*³⁶³

Na verdade, a Escola de Minas de Ouro Preto sofreu influências do positivismo, das teorias de Comte. Sob a guarda da Biblioteca de Obras Raras da Universidade Federal de Ouro

³⁵⁹ Ibidem. p. 102

³⁶⁰ FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 2002. p. 156-157

³⁶¹ FREYRE, ALONSO, CARVALHO.

³⁶² MENEZES, Messias Gilmar. **Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto, no crepúsculo do Império**. Campinas: [s.n.], 2005. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Pp. 76-77

Preto, encontra-se o acervo que pertencia à Escola de Minas de Ouro Preto. Dentre os títulos constam obras de Comte. Ao menos dois deles – *Synthese subjective ou Systeme universel des conceptions propes a l'etat normal de l'humanite*. Paris: Victor Dalmont, 1856 n.v. e *Traité philosophique d'astronomie populaire; Exposition systematique de toutes les notions de philosophie astronomique, soit scientifiques, soit logiques qui doivent devenir universellement familiares*. Paris: Carilian-Doeury, 1844. 486p. –, provavelmente, pertenciam à biblioteca no período em que Pinheiro estudou, devido à data das edições. Além desses, existem outras obras de Comte, editadas em datas posteriores.³⁶⁴

Andrade Figueira, representante dos conservadores católicos na Câmara, ataca a Escola de Minas acusando-a de “viveiros de positivistas e de materialistas”.³⁶⁵ José Murilo de Carvalho, como fica claro no trecho já citado, não dá crédito às palavras do deputado. Contudo, em 1884, dois anos após o discurso do deputado, começa a circular em Ouro Preto o jornal *Ordem e Progresso*, cujo título não deixa dúvidas quanto à influência do ideário de Comte.³⁶⁶

A mais clara evidência da influência das idéias de Augusto Comte na Escola encontra-se em formulações de Lúcio dos Santos. Em 1903, ele publica um artigo nos Anais da Escola, sob o título, *Augusto Comte e a classificação das ciencias*.³⁶⁷ O artigo esclarece que toda a tentativa de classificação das ciências visa apenas facilitar o estudo e compreensão.

³⁶³ Ibidem. pp. 76-77

³⁶⁴ Foram localizados outros dois títulos: **La PHILOSOPHIE positive d'Auguste Comte**. 2ème.éd. Paris: L.Bahl, 1894-95. 2v. e, **Synthese subjective;ou Systeme unversel des conceptions propes a l'etat normal de l'humanite**. 2nd.éd. Paris: Fonds, 1900. n. v.

Gostaríamos de registrar a gratidão à Biblioteca de Obras Raras da Universidade Federal de Ouro Preto, especialmente à Maria de Fátima Rossi, cujo auxílio foi imprescindível para encontrar o material necessário para nosso trabalho, e ao bolsista Alessandro.

³⁶⁵ CARVALHO, 1978. Op. Cit. Pp. 77-78

³⁶⁶ CARVALHO, André, BARBOSA, Waldemar. **Dicionário Biográfico; Imprensa Mineira**. Belo Horizonte: Armazém de idéias, 1994. p. 200

³⁶⁷ SANTOS, Lucio José dos. Augusto Comte e a classificação das ciencias. **Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto**, Ouro Preto: [s.n.], nº 6, 1903. pp.164-179.

Considera “*ponto admittido que a sociedade é natural ao homem*”. Dessa, forma as teorias de Hobbes e Rosseau, afirma o autor, só podem ser vistas como “*desvarios*”. Afinal, reconhecer

“*que o homem é sociável, é reconhecer nelle uma faculdade de adaptação a esse estado, um gérmen potencial que se desenvolve, que evolui no tempo; é reconhecer nelle uma virtualidade poderosa para o bem e para o justo, apesar de todos os desvios de sua natureza animal.*”³⁶⁸

Considera, como se observa, o homem como naturalmente bom, sendo um desvio os “*appetites, (...) os reclamos da natureza humana*”.³⁶⁹ A formulação vai ao encontro da teoria de Comte que considera “*uma abstração sofisticada*” tomar o indivíduo como unidade social.³⁷⁰ A suposição do individualismo como origem da sociedade indica anarquia mental, discordante, assim, dos contratualistas, como Hobbes, Locke e Rosseau.³⁷¹ Destaque-se, também sua concordância com a idéia comteana de que “*o que nos faz humanos é a possibilidade de uma geração somar-se a outra, desenvolvendo continuamente suas características*”.³⁷²

Santos demonstra sua concordância com estas posições do fundador da sociologia. Entretanto, ao longo do texto defende que, apesar de “*seductor pelas suas apparencias*”, o sistema de classificação das ciências proposto “*está completamente derribado*”.³⁷³ Conclui apontando a classificação antiga, que divide as ciências em “*philosophicas, exatas, moraes, políticas e physicas*”, como a melhor.³⁷⁴

³⁶⁸ Ibidem. 166.

³⁶⁹ Ibidem.

³⁷⁰ LACERDA, Gustavo Biscaia de. Elementos Estáticos da Teoria Política de Augusto Comte. **Revista de Sociologia e Política**, nº 23, nov. 2004, 63-78. p. 66.

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Ibidem.

³⁷³ SANTOS, 1903. Op. Cit. Pp. 172-173.

³⁷⁴ Ibidem. p. 179

Para se opor à classificação, enumera cinco pontos de fragilidade. Foge ao limite de nossa pesquisa fazer a discussão sobre esse aspecto. Destacamos, apenas, que o autor questiona: “*Qual o lugar da Geologia?*”. A resposta vem em seguida: “*teria podido collocar a Geologia entre a Astronomia e a Physica*”.³⁷⁵

Apesar de opor-se à classificação, Lucio José dos Santos deixa notar sua admiração por Comte em vários trechos. Ao tratar do processo de especialização das ciências, destaca que a “*...pulverização do domínio científico offerece quase tantos inconvenientes quantas vantagens, como muito bem assignala Comte*”.³⁷⁶

Três anos mais tarde, nas comemorações do trigésimo aniversário da Escola de Minas, Santos, então Lente Substituto da instituição, aponta o desequilíbrio entre o “progresso material” e o “desenvolvimento das idéias e dos sentimentos” no Brasil. Afirma:

*“Já Augusto Comte havia assignalado a vantagem de manter-se estrictamente a igualdade entre essas duas tendências, attribuindo a isso a organização, que elle tanto admira, e que chama: catholico-feudal, na Edade Media – quando o progresso material e o intellectual tinham a mesma intensidade, quando as nações agiam como pensavam.”*³⁷⁷

Como buscamos demonstrar em momento anterior, parcela da elite mineira acreditava no vínculo entre ciência, conhecimento e desenvolvimento ou, usando o termo da época, progresso. A Escola de Minas de Ouro Preto, para esse grupo, representou a esperança de dias melhores, a perspectiva de prosperidade futura. José Murilo de Carvalho apresenta o que chama de “espírito de Gorceix”, que teria como fundamentos, dentre outros, a busca pelo desenvolvimento e a preocupação com a realidade brasileira.³⁷⁸ Mas o autor, como consequência da tese apresentada do não estabelecimento de uma relação entre

³⁷⁵ Ibidem. p. 176

³⁷⁶ Ibidem. p. 167

Gorceix/Escola de Minas e a Província, e sim, Gorceix, diretamente com o poder central, aponta a disseminação de tal “espírito” apenas dentre os alunos da instituição.

Em *A Política da Gleba*, a autora defende que a Escola contagiou a realidade mineira e representou os primeiros sinais de modernidade nas Minas do século XIX. Cita, especificamente João Pinheiro como representante da influência deste “espírito” moderno. Isso, segundo a autora, apesar de Pinheiro ter preferido o bacharelismo e encaminhado-se para a Faculdade de Direito de São Paulo.³⁷⁹

Os que afirmam a preferência de Pinheiro por formação bacharelesca; o desacerto com a engenharia; os primeiros contatos com o racionalismo e o positivismo apenas após sua ida para São Paulo e, principalmente, a importância de sua passagem pela Faculdade de Direito, em detrimento da formação recebida na Escola de Minas, estão, acreditamos, enganados. Não defendemos a tese de que já se tornara adepto das teses positivistas em Ouro Preto e concordamos com a importância do ambiente paulista, principalmente da Escola Normal, para a conformação de seu ideário.

Porém, como demonstramos, os primeiros contatos com as idéias de Comte devem ter ocorrido em Ouro Preto onde, o ambiente propiciava essa possibilidade. Dentre os documentos do Arquivo Privado de João Pinheiro, encontram-se dois cadernos de anotações de mecânica e física.³⁸⁰ Não existe data, mas ao que parece, são do tempo dos estudos na Escola de Minas. Em uma das lições de física aparece o trecho:

“Em relação ao terceiro ponto que é o objecto desta lição, consiste elle no estudo da hierarchia das sciencias. N’esta, estuda-se a collocação conveniente de cada uma

³⁷⁷ SANTOS, Lucio Jose dos. O trigésimo aniversario da Escola de Minas. **Annaes da Escola de Minas**, Ouro Preto: Typographia Medeiros, 1906, pp. 7-13. p. 9

³⁷⁸ CARVALHO, 1978. op. Cit. Pp. 72-75.

³⁷⁹ FARIA, Maria Auxiliadora. **A Política da Gleba: as classes conservadoras mineiras**. Discurso e prática na Primeira República. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. 1992. p. 103-104

³⁸⁰ **Dois cadernos de anotações de mecânica e física**. Série I, documentos pessoais, cx 1, doc 12.

sciencia especial, a começar da mathemática que é a mais geral e simples, até a moral a mais especial e complicada.

Na hyerarchia, o ponto de partida é o homem ou a humanidade, em torno do qual tudo se coordena. E razoavelmente, porque não só o homem é o sujeito das ciências, como o ente que as elabora, como ainda é a synthese das existências, sendo chamado com muita propriedade – o Microcosmo -. Entretanto, as ciências parciais não o estudam diretamente porque nelle os phenômenos são muito complicados.

Estudamos a hyerarchia sob o ponto de vista científico, lógico, quanto a distribuição e o arranjo interno das partes d'uma dada sciencia, e finalmente a sua correspondência com a ordem natural externa.

Por ella, as sciencias ficam assim colocadas, indo-se das mais, para as menos gerais. Mathemática, Astronomia, Physica, Chímica, Biologia, Sociologia e Moral.

A dependência que conservam entre si estas sciencias, a começar-se do ponto de vista synthetico, é por demais manifesto. Assim, a Moral que tem por objecto o homem individual, no que ele tem de mais elevado – o sentimento –, não pode dispensar a Sociologia onde se estudam a sua intelligência e atividade.”³⁸¹

Mais adiante, o exemplo apresentado é o da “*divisão da Física feita por Augusto Comte*”.

Ainda uma outra divisão “*que Comte recomenda especialmente*”. Discute-se o “*princípio científico das classificações estabelecido por Augusto Comte*”. Por fim, aponta-se “*outras tantas questões propostas por Augusto Comte e que merecem ser estudadas*”.³⁸²

Interessa-nos aqui apenas apontar este contato com os princípios de Comte já na Escola de Minas. Não é sem razão que Lúcio dos Santos discute a classificação das ciências de Augusto Comte no *Annaes*. Afinal, se não houvesse uma forte influência destas teorias na instituição, qual a motivação para debatê-la? Nos aprofundaremos na discussão sobre o positivismo no próximo capítulo, pois, para a formação política de João Pinheiro, o contato com o tipo de positivismo professado por um grupo de paulistas foi, a nosso ver, fundamental.

³⁸¹ Ibidem.

³⁸² Ibidem.

Em carta enviada ao tio Luis Antônio Pinto, João Pinheiro declara estar abandonando a escola devido à dificuldade dos formados em engenharia de minas se empregarem.³⁸³

Gostaríamos de enfatizar a justeza da alegação para deixar a Escola, o que aconteceu em 1883. Segundo Carvalho, Gorceix aborda o problema em três relatórios enviados ao ministro do Império nos anos de 1879, 1880 e 1884³⁸⁴ quando relata “*de 17 engenheiros formados por esta Escola, nenhum foi ainda pelo governo empregado, nem conseguiu obter uma comissão, ainda mesmo modesta.*”³⁸⁵

Mesmo deixando a Escola, os vínculos estabelecidos permanecerão. A comprovação de tal afirmação encontra-se no fato de, quando regressa a Minas, em 1888, já formado em ciências jurídicas, ligar-se, imediatamente a homens que haviam estudado na EMOP, quando lá também estudara. Vários destes homens participam com Pinheiro da fundação do Partido Republicano da Capital. A realização do Congresso Republicano Mineiro, em 1888, é fruto da ação de João Pinheiro e de Antônio Olinto, que se encontrava matriculado na EMOP na época em que João Pinheiro lá estudara e, se tornara professor da instituição. Além disto, dos 47 signatários do manifesto impresso ao final do encontro, o grupo mais representativo se constitui de indivíduos ligados à Escola. Também em companhia de Olinto, Pinheiro fundará e dirigirá o jornal *O Movimento*, órgão oficial do Partido Republicano na província.

A relação que mantém com Gorceix, mesmo após a Proclamação da República, comprova sua estreita e permanente ligação com a EMOP e com as idéias progressistas do fundador da Escola. Em 20 de janeiro de 1890, Henry Gorceix envia correspondência a João Pinheiro participando “...*que hontem hypothequei vossa palavra e que a reunião dos primeiros*

³⁸³ De SILVA, João Pinheiro da, para PINTO, Luís Antonio. 10/02/1883, cx. 2, doc. 21.

³⁸⁴ CARVALHO, 1978. Op.Cit. p. 36

membros da Sociedade de Geographia econômica de Minas vos nomeou membro do Conselho Diretor.” Solicita que Pinheiro assine o manifesto da recém criada sociedade, para que seja enviado aos municípios mineiros.³⁸⁶ No arquivo da Escola de Minas, encontramos o impresso a que se refere Gorceix, assinado pelo próprio, por Pinheiro e por outros.

Datado de 26 de janeiro de 1890, conclama a todos, em vista dos “...*grandes recursos de que dispõe o Brazil, e principalmente o Estado de Minas Geraes*” a lutar, patrioticamente, pela “*prosperidade e progresso*”. Afinal, a nova “*organização política confere à antiga província a autonomia*” e, assim, os mineiros podem, “*pondo em jogo as forças de seus numerosos recursos*”, buscar o progresso. A Sociedade de Geographia Econômica do Estado de Minas propõe ainda a criação “*de uma Exposição Permanente dos Productos Mineiros*”, dentre outras providências.³⁸⁷

O interessante é observar que, em 21 de janeiro de 1890, portanto um dia após o envio da correspondência de Gorceix à Pinheiro, este é nomeado secretário do Estado de Minas e primeiro vice-governador. Em 11 de fevereiro, com a nomeação de Cesário Alvim, então governador do Estado, para o ministério do interior, passa a exercer o governo. Nomeado oficialmente governador em 12 de abril, pelo Decreto no. 48, do dia 28 daquele mês, cria uma exposição permanente dos produtos naturais, agrícolas e industriais do Estado.³⁸⁸

O episódio da criação da exposição permanente, conforme sugestão da Sociedade criada pelos homens da Escola de Minas deixa clara a ligação de Pinheiro com a instituição e com Gorceix. Além disto, no arquivo privado de Pinheiro, há um estudo sobre estradas de

³⁸⁵ Ibidem p. 52

³⁸⁶ De GORCEIX, Henry, Ouro Preto, para SILVA, João Pinheiro da. 20/01/1890, cx 3, doc. 217.

³⁸⁷ Impresso da Sociedade de Geographia Econômica do Estado de Minas, Ouro Preto, 26 de janeiro de 1890. Arquivo da Escola de Minas de Ouro Preto.

rodagem de autoria de Henry Gorceix, manuscrito e, provavelmente encomendado durante este primeiro período em que esteve à frente do governo do Estado.³⁸⁹

Capítulo IV

São Paulo na formação política de João Pinheiro

Em 1883 João Pinheiro matricula-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Viverá na cidade até receber a carta de bacharel em ciências jurídicas e sociais, quatro anos depois. Como se afirmou no capítulo anterior, é sob a alegação de dificuldade de se empregar como engenheiro de minas que opta pela transferência para o estudo jurídico. Porém, e este será o primeiro ponto apresentado, acreditamos haver outra motivação, não explicitada naquele momento, para sua decisão: as perspectivas de ascensão, não apenas financeira, mas também política e social, eram maiores para os que se formavam, naqueles tempos, nas faculdades de direito.

Reafirmando ainda o que dissemos anteriormente, a alegação para deixar a Escola de Minas de Ouro Preto e a dificuldade de se empregar como engenheiro de minas é explicitada em carta ao tio. Além desta, acreditamos porém ter havido outra motivação não declarada naquele momento ou seja, o desejo de ascensão social pois pouco tempo depois, expressa “*o desejo de uma posição menos má na sociedade*”, afinal, entrara “*na vida pela porta estreita das privações*”.³⁹⁰

Para entender a situação, é importante deixar claro que, apesar dos poucos recursos financeiros, João Pinheiro fazia parte da elite e formando-se, passaria a pertencer ao grupo

³⁸⁸ Barbosa, 1980. Op. Cit. Cronologia. Pp. 17-18

³⁸⁹ GORCEIX, Henry. **Estradas de Rodagem**. Série IV, diversos, cx 30, doc. 3751.

de elite ainda mais seletivo; afinal, como indicava o censo de 1872, “*menos de 1% da população livre detinha diploma*”.³⁹¹ Como já apontamos, a elite imperial por excelência constituía-se daqueles detentores do grau de bacharel. Em Ouro Preto, além da dificuldade da obtenção de emprego, provavelmente percebeu, o ampliar de chances representado pela formação jurídica. Na estrutura imperial, o ingresso nas faculdades de direito era o primeiro passo para adentrar na máquina pública ou iniciar uma carreira política.

A engenharia oferecia possibilidades de ascensão, o curso jurídico garantia o ingresso para o “clube”.³⁹² Segundo dois dos biógrafos de Pinheiro³⁹³, ele começara a ler filosofia, Comte, e nesse período, ainda em Ouro Preto, é que passa a se interessar pelo curso em São Paulo. As leituras, o ambiente estudantil de Ouro Preto, fazem brotar o desejo da política, mesmo que não de forma clara. A impressão é a de que busca “comprar” o tíquete de entrada para a elite política. Talvez não tenha plena consciência disto, mas é o que quer, uma via de acesso à elite política. Já formado, confessa ao tio Luis Antonio Pinto o que, provavelmente, movia-o desde os tempos da escolha de trocar a Escola de Minas de Ouro Preto pela Faculdade de Direito de São Paulo: “*espero fazer muito, sim, sejamos francos, espero fazer muito*”.³⁹⁴

O diploma em direito era “condição para a carreira política”. A carreira pública no Império tinha uma trajetória padrão que começava pelas faculdades imperiais, principalmente as de direito. “*O diploma em direito era o abre-te sésamo, primeiro passo*”. Entretanto, apenas o diploma nada garantia. O nome da família era importante, pois o sistema caracterizava-se

³⁹⁰ De SILVA, João Pinheiro da, São Paulo-SP, para PINTO, Luís Antonio. Serro-MG. 8/06/1884, cx 2, doc 23.

³⁹¹ ALONSO, 2002. Op. Cit. p. 101-102

³⁹² Para a representação da imagem do Império como um clube ver: CARVALHO, 1996. Op. Cit.

³⁹³ Ver: MOREIRA, Vivaldi. João Pinheiro, Místico da Ação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, Vol. VIII, 1961, pp. 271-281; SENNA, 1941. Op. Cit. P. 25.

³⁹⁴ De SILVA, João Pinheiro da, para PINTO, Luís Antonio. 31/03/1888, cx. 2, doc 37.

pelo “*princípio do favor*”, um “*sistema de troca entre iguais, dos membros da camada senhorial entre si*”. As faculdades de direito ofereciam, sobretudo, treino em retórica e erudição em história e literatura, quesitos básicos para o processo de socialização do mundo da elite política imperial.³⁹⁵

Pinheiro, muitos anos depois, declara terem sido seus dias “*mais felizes*” aqueles dedicados “*à propaganda pelo estabelecimento da República.*” Participar da esfera pública, transformar o mundo, a realidade, agir, esta parece ser sua motivação. Sua busca é pela distinção, ser visto, ser reconhecido. Afinal, “*...a única distinção possível entre os homens, que é a que cada um pode criar pelo próprio esforço, (..) na prática das virtudes cívicas.*”³⁹⁶ O termo *felicidade pública*, do qual se valerá, denota a consciência de um tipo de satisfação só possível através da participação nos negócios públicos.³⁹⁷

No começo da década de 1880, a Faculdade de Direito de São Paulo vivia mudanças ocasionadas pela Reforma do Ensino, estabelecendo a livre freqüência sem, no entanto, alterar o tipo de educação oferecida. Assim, o arcaísmo da estrutura curricular, ainda ligada à tradição de ensino de Coimbra, somada à instituição da livre freqüência, fazia com que grande parte do corpo discente se ausentasse, comparecendo apenas para prestar os exames. Para João Pinheiro, além da aquisição do título de bacharel, pouca importância terá a faculdade em si. Mais importante será o ambiente “*extrafaculdade*”, devido a associação de

³⁹⁵ ALONSO, 2002. Op. Cit. Pp. 112-113

³⁹⁶ PINHEIRO, João. **Ao Povo Mineiro**. Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado, Caeté, 07/02/1906, publicado no *Minas Gerais* de 12/02/1906. In: BARBOSA, 1980.Op. Cit. p. 178

³⁹⁷ Pinheiro usa o termo em seu Manifesto-Programa afirmando: “*As formas de governo não são um fim, senão um meio de realizar a felicidade pública*”. PINHEIRO, João. **Ao Povo Mineiro**. Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado, Caeté, 07/02/1906, publicado no *Minas Gerais* de 12/02/1906. In: BARBOSA, 1980.Op. Cit. p. 179

Sobre o uso do termo e sua relação com a consciência de um tipo de satisfação só possível através da participação nos negócios públicos ver:

ARENDDT, Hannah. **Da Revolução**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, São Paulo: Editora Ática, 1988. pp. 92 – 112.

republicanos mineiros que ali conviviam e, sobretudo, a convivência com o grupo positivista na Escola Normal de São Paulo.

Como dissemos, a Faculdade de Direito, em si, não foi importante para a formação política de João Pinheiro, tirante a entrada para o “mundo” da elite. Porém, as associações entre alunos fora das faculdades foram importantes âmbitos de mobilização dos descontentes com o regime imperial.³⁹⁸ Em 25 de maio de 1884, João Pinheiro torna-se sócio efetivo do Clube Republicano Mineiro em São Paulo.³⁹⁹

Nesse espaço os republicanos mineiros criarão laços. Nomes como Augusto Botelho, Cristiano Brasil, Francisco Sales, Adalberto Ferraz, Horácio de Carvalho, Álvaro Azevedo, Luis de Araújo, Amador Cobra, Nelson Tobias se reunirão. Nas atas ficam registradas as discussões. Meses após se tornar sócio, João Pinheiro já está a propor várias discussões. Já demonstra seu estilo. Interessa-lhe ação e quer “*discutir a tese: Meios de propaganda*”.⁴⁰⁰

Discutem-se “teses”, Gervasio Monteiro apresenta a discussão: “*Se as nossas tradições são ou não republicanas?*”⁴⁰¹ O mesmo sócio pergunta: “*Qual a atitude que deve [] pelos republicanos mineiros ante o elemento servil?*”⁴⁰² E propõe “*que o Club Republicano Mineiro se declare abolicionista*”.⁴⁰³ O assunto causa alguma polêmica, mas todos haviam se declarado abolicionistas.⁴⁰⁴

³⁹⁸ Ver ALONSO, 2002. Op. Cit.

³⁹⁹ **Dossiê Relativo ao Partido Republicano Mineiro.** Série IV, diversos, cx 30 Doc. 3721. Ata de 25/05/1884.

⁴⁰⁰ Ibidem. Ata 06/08/1884

⁴⁰¹ Ibidem.

⁴⁰² Ibidem. Ata 24/06/1884.

⁴⁰³ Ibidem.

⁴⁰⁴ Ibidem. Ata 24/08/1884.

Cinco meses após se tornar sócio do clube, são realizadas eleições para nova diretoria. Pinheiro é eleito 2º Secretário. O clube planeja festejos para o 21 de abril.⁴⁰⁵ Já em 1885 há eleição para redator de estudo sobre a Conjuração Mineira, Pinheiro é eleito.

Gostaríamos de destacar, acerca dessa associação, que ela própria funciona de um modo republicano pois, os que se associaram, se encontram entre pares, iguais; cada um buscando se distinguir, pela virtude, pela capacidade de formulação e ação. Usufruem uma felicidade só possível de ser atingida dessa forma. O que os impulsiona é a paixão pela distinção. Não há, neste ambiente, a diferença entre o “bem-nascido”, e aquele, como Pinheiro, proveniente de família simples. Os assuntos são debatidos e, vale a força do convencimento, partindo-se para o voto, em caso de não se conseguir um ponto de convergência.

As atas do Clube que se encontram no arquivo privado de Pinheiro, apesar de mencionarem os assuntos discutidos e os resultados das votações havidas, não registram os pronunciamentos dos sócios. As análises do material, portanto, ficam limitadas ao tipo de registro conciso, apresentado neste tipo de documentação. Pesquisamos o arquivo privado de Pinheiro em busca de escritos referentes às teses que se propôs a defender no Clube, mas nada foi encontrado. Por outro lado, os documentos encontrados no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais nos reservavam uma agradável surpresa.

Em meio aos papéis guardados na “pasta João Pinheiro do IHGMG”, encontramos o original de parte do escrito *Meios de Propaganda*, tese defendida por Pinheiro no Clube Republicano Mineiro em São Paulo.⁴⁰⁶ O documento não se encontra preservado na íntegra, mas as quatro páginas encontradas no IHGMG, permitem vislumbrar alguns aspectos do

⁴⁰⁵ Ibidem. Ata 02/10/1884

⁴⁰⁶ Ibidem. Ata 06/08/1884

modo como Pinheiro entende o ideal republicano. Algumas características de sua formação política, já então claramente expressas no escrito, marcarão sua ação na vida pública.

A escolha do tema, afirma Pinheiro,

*“...justifica-se já pelo fim de nosso Club que é propagar as idéias democráticas, já pela intenção dos associados, como em geral por ser o meio indispensável, necessário, em relação a existência da forma de governo, pela qual convictamente pugnamos.”*⁴⁰⁷

Existem, continua Pinheiro, dois caminhos possíveis para “*conduzir ao fim*” da associação ou seja, a instauração do regime republicano, “*a revolução e a evolução*”. O caminho da evolução se mostra mais adequado pois, a “*...História tem demonstrado que só são estaveis aqueles princípios que se radicão na consciência collectiva e não os que são impostos pelo poder do mais forte.*”⁴⁰⁸ Por isto, a propaganda pacífica deve ser o fim e, “*...estudar-lhes os meios (...) nosso dever.*”⁴⁰⁹

Pinheiro, defende um princípio que o norteará em sua ação pública, não apenas na época da propaganda, mas também após a mudança do regime, nos momentos em que ocupa posições de poder. Em sua visão, os princípios e ações (quando no exercício do poder, os projetos) não devem ser *impostos pelo poder do mais forte*, devem ser esclarecidos pela “*...palavra e a discussão...*”⁴¹⁰ Pinheiro esclarece, ainda, acerca do modo como se deve proceder em relação à discussão deve-se “*...ser lógico, conciso e claro.*”⁴¹¹ Distanciando-se da tradição romântica na política brasileira de então, que tinha no uso da retórica uma forma de comover, defende que se deve usar a palavra para “*esclarecer e não comover*”.⁴¹²

⁴⁰⁷ **Meios de Propaganda.** Pasta João Pinheiro, IHGGMG. P. 1

⁴⁰⁸ Ibidem.

⁴⁰⁹ Ibidem.

⁴¹⁰ Ibidem.

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² Ibidem.

Quanto à *doutrina* republicana, não se preocupa apenas com o modo que deve ser utilizado para que prevaleça. Deve se pensar na *existência*, mas também na *permanência*, de tal doutrina. Tendo em vista esta visão, aponta “...a palavra, a escrita e o exemplo...”, como os meios de fazer prevalecer e permanecer o *princípio republicano*.⁴¹³ E, completa Pinheiro, “...em relação ao estudo comparado dos três, não podemos estabelecer preferência, um ampara os outros e os três se completão.”⁴¹⁴ “A palavra e a discussão para esclarecer, o exemplo para confirmar...”, esta a fórmula indicada por João Pinheiro aos pares do Clube Republicano para fazer prevalecer e permanecer o ideal que defendem.

Apesar de afirmar que a nenhum dos três – a palavra, a escrita e o exemplo – pode-se atribuir primazia sobre os outros dois, fica a impressão, depreendida da leitura da parcela do documento que foi preservada, é bom que se reitere, que ele atribui maior importância ao exemplo. Impressão esta causada pela alusão ao “*cristianismo*” que, “...se é hoje contestado, todavia, pelo princípio capital do positivismo – de que tudo é relativo – amamos no tempo de seu predomínio..” e à Revolução Francesa.⁴¹⁵ Do trecho que se segue é que colhemos a impressão da ênfase maior dada ao exemplo como forma de estabelecimento e permanência de uma doutrina:

“E aludindo aos factos já citados, a apologia dos primeiros séculos que ao systema christão foi feita por notáveis pensadores, da tribuna e da imprensa e [?] mais que tudo o exemplo de convicção affirmando-se nos sacrifícios enormes, no desinteresse, no desprezo da própria vida forão o grande meio que [levou] a convicção a consciencia dos povos civilizados, como em relação a revolução francesa, se ella foi a consequência das theorias que lhe precederão, por sua vez, o bom resultado que [?] mais ou menos no tempo que lhe seguio, é a

⁴¹³ Ibidem.

⁴¹⁴ Ibidem.

⁴¹⁵ Ibidem.

consequencia de mu^{to} sacrificio, de muito sangue que se derramou, que comprovando a sinceridade dos adeptos implantou a convicção pela causa.”⁴¹⁶

Esta crença no exemplo como forma de confirmar o que se fala e se escreve será uma das características de João Pinheiro. Sua conduta, moderada, conciliatória, terá aí uma das razões de ser. Afinal, se a República, ou democracia, tem como ponto central a liberdade em seus mais diversos matizes, há a necessidade de moderação e conciliação para condução dos conflitos que, conduzidos de outro modo, tendem à soluções que impliquem no uso da força.

Pinheiro lembra a mudança de regime na França e o quanto “*foi dolorosa*”, mas não “*...tanto por um defeito inerente a mesma, como pelas fundas raízes que a monarchia tinha lançado.*”⁴¹⁷ A implantação da República no Brasil, *exceção na América* quanto à adoção da monarquia, seria menos dolorosa em vista de serem a *índole e as tradições do povo brasileiro republicanas*. Afinal,

“...o nosso único trabalho é afirmar, e quase nada temos que [destruir] por que, como Americanos, depois como brasileiros, e particularmente como filhos de Minas, as tendências de nossos concidadãos, são para o governo livre, a forma republicana única compatível com a sciencia e com a dignidade humana.”⁴¹⁸

Destaque-se o fato da ênfase dada aos *filhos de Minas* como tendentes para *o governo livre, a forma republicana*, uma alusão indireta, em nossa opinião, à ser Minas a terra da Inconfidência. Para Pinheiro, deve-se colocar *em relevo*, “*...o absurdo da perpetuidade do poder...*”, da *hereditariedade* mas, além disto, “*...o erro da centralização, que desvirtua a*

⁴¹⁶ Ibidem.

⁴¹⁷ Ibidem.

⁴¹⁸ Ibidem.

administração e mata o município.”⁴¹⁹ Como se vê, ele critica não apenas o regime monárquico, mas também a centralização administrativa. Este será um dos pontos centrais da propaganda republicana à época: a reivindicação pela descentralização. João Pinheiro defenderá a federação e a descentralização chegando ao nível municipal não apenas nesta época, pois permaneceu defensor do municipalismo mesmo após a Proclamação.⁴²⁰

Pinheiro termina afirmando “...*que se a forma representativa é a única verdadeira, a sua verdadeira tradução, está na republica...*” e,

“È no terreno dos princípios que a lucta deve ser comeeçada e não na discussão dos factos de cada dia .

E a razão é que os factos são de actualidade e os princípios de todo tempo.”⁴²¹

João Pinheiro fazia o curso na Faculdade de Direito e participava do Clube Republicano Mineiro em São Paulo. Apesar de contar com a ajuda do irmão José e do tio Luiz Antônio Pinto precisava trabalhar para se sustentar,. Assim, em 1884, consegue emprego como zelador e preparador das cadeiras de física e química do laboratório da Escola Normal de São Paulo, como se vê no atestado abaixo:

“José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, Bacharel em Sciencias Sociaes e Jurídicas, Professor Vitalício da 3ª Cadeira da Escola Normal de São Paulo, etc. Attesto que Ilmo. Sr. JOAO PINHEIRO DA SILVA, estudante do 3º anno da Faculdade de Direito de São Paulo e ex-aluno da Escola de Minas de Ouro Preto, tem há mais de um anno servido como zelador e preparador do laboratório de physica e química da Escola Normal de São Paulo, em virtude de

⁴¹⁹ Ibidem.

⁴²⁰ Quando há, já vigorando o regime republicano, a tentativa de retirada de poderes do município, mesmo estando Pinheiro então no governo do Estado, o que, teoricamente, levaria-o a acumular maior poder com a centralização de poderes antes nas mãos dos agentes executivos, ele coloca-se contra tal medida afirmando ser “*um crime, no regime republicano, retirar poder dos municípios.*” Em sua Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro, de 15 de junho de 1908, aponta que as eleições municipais ocorreram sem problemas e que as Câmaras municipais funcionam de forma adequada e não pode-se esperar outra coisa “*...do regime que se funda na autonomia municipal.*” **Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro.** Belo Horizonte, 15/06/1908. In. Barbosa, 1980. Op. Cit. P. 390.

⁴²¹ Ibidem.

contracto autorizado pela Presidência da Província; outrossim attesto que o mesmo senhor durante todo o tempo em que servi como Directos bem cumprido os seus deveres, revelando capacidade para o cargo.

São Paulo, 21 de Agosto de 1885.”

Em 16 de maio de 1885 é nomeado professor da Escola⁴²², com o auxílio do então diretor, que emite novo atestado afirmando ser Pinheiro apto para ocupar a posição:

“JOSÉ E. C. De DÁ E BENEVIDES.

*Attesto que o Sr. JOAO PINHEIRO DA SILVA, ex-alumno da Escola de Minas de Ouro Preto, no exercício do cargo de Preparador e Zelador de Physica e Chímica da E. Normal, que occupa como contratado desde que reço a Cadeira correspondente , tem revelado todas as condições necessárias de aptidão, que o tornam merecedor d’uma nomeação definitiva o que feito, acertadamente, é sempre de grande vantagem para o emprego a que se refere. São Paulo, 22 de Agosto de 1885. (a.) CYPRIANO JOSE DE CARVALHO, professor de Physica e Chímica da E. Normal.”*⁴²³

Apesar de já conhecer as idéias de Comte na Escola de Minas de Ouro Preto, será em São Paulo, principalmente na relação estabelecida com Cypriano José de Carvalho, com quem passa a trabalhar na Escola Normal, que ganhará corpo, em sua formação política, o positivismo.

A Escola Normal de São Paulo, após longo período fechada, reabre suas portas em 2 de agosto de 1880. Voltada para formação de professores, em meados da década de 1880, sob influência do professor Godofredo Furtado, influência esta comparável a de Constant na Escola Militar do Rio de Janeiro, a instituição propaga a doutrina de Augusto Comte. A condução ideológica da Escola será motivo de embate entre defensores das mais diversificadas linhas de pensamento daquela época. Esses homens sonham “a Escola

⁴²² BARBOSA, 1980. Op. Cit. P. 16.

⁴²³ In: SENNA, Caio Nelson de. **João Pinheiro da Silva – Sua vida – sua obra – seu exemplo.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1941. pp. 183-184

*Normal e, com ela, atos de reformas, gestos de filantropia e iniciativas de regeneração. Em outras palavras, sonham o porvir da nação.”*⁴²⁴

Em 12 de agosto de 1884, quando João Pinheiro é contratado como zelador e preparador do Laboratório de Física e Química é que se iniciam os conflitos na Escola. Lecionando na 1ª cadeira (Gramática e Língua Nacional), encontra-se Antônio da Silva Jardim; na 2ª (Aritmética e Geometria), Godofredo José Furtado; e na 5ª (Noções de Física e Química), Cypriano José de Carvalho. Os três formavam o grupo de professores positivistas e ao terceiro se ligará João Pinheiro. Os episódios ocorridos na Escola terão papel fundamental em sua formação política.

No começo da década de 1880 é fundada, no Rio de Janeiro, a Igreja Positivista do Brasil, sob direção de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. Em 1881, Miguel Lemos, buscando fundar núcleos ligados à Igreja em outras províncias, vai a São Paulo. O objetivo é “propagar, em uma série de conferências o verdadeiro positivismo.”⁴²⁵ Consegue seu intento e “a 15 de setembro a sociedade positivista de São Paulo ficou definitivamente fundada”. Para presidente foi designado Godofredo Furtado, professor da Escola Normal.

Na casa de José Leão e Antônio da Silva Jardim, próxima à Faculdade de Direito, instala-se o Centro Positivista de São Paulo. Godofredo José Furtado e Cypriano José de Carvalho, cunhado de Miguel Lemos, são freqüentadores assíduos. Nesta época (1880) Silva Jardim ingressa na Escola Normal de São Paulo. Em 1883, também Godofredo Furtado é admitido e por último, em 1884, chega Cypriano Carvalho para compor o trio positivista.

Os três professores passam a fazer campanha aberta pela doutrina. Pregam contra a burocracia monárquica e eclesiástica, confrontando desse modo a “onda ultramontana”.

⁴²⁴ MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p.112

Apresentam-se como livre pensadores. Na vida social buscam restringir os pendores egoístas, ter hábitos simples, uma conduta orientada pela sinceridade, probidade e desinteresse pessoal. Seguem o mestre em seus desígnios: “viver às claras”, “viver para outrem”. Os exames de curso, como de costume, não primam pela lisura. Os delegados do governo, as bancas examinadoras cometem irregularidades. O grupo se manifesta:

“Os abaixo-assinados, professores da Escola Normal, recorrem a V. Exa. à vista de uma decisão do Sr. Delegado do Governo que deu válida uma prova julgada nula pela maioria dos professores do 1º ano.

(...)

... razão há para este recurso quanto outros fatos se têm dado, que não abonam, segundo nosso parecer e talvez segundo o de V. Exa., a imparcialidade nos julgamentos.

(...)

E assim que querem reformar a Instrução Pública.

(...)

(Furtado, Carvalho e Silva Jardim, 1885^a)”⁴²⁶

Os acusados defendem-se atacando. O grupo avisa:

“Desejamos a paz, sobretudo com os nossos colegas. Entretanto não tememos a guerra em face do dever.

(...)

Queria o professor de Pedagogia que o aluno, além de expor, como expôs fielmente, a doutrina da cadeira, declarasse se acreditava ou não na vida futura. Diante do silêncio respeitoso do aluno, o sr. dr. Paulo Egydio insistiu para que dissesse – sim ou não. Nestas condições interviemos, dizendo: O sr. dr delegado não pode argüir e muito menos obrigar quem quer que seja a dizer se acredita nisto ou naquilo. (Furtado, Silva Jardim, Carvalho, 1885c, p. 3-5)”⁴²⁷

⁴²⁵ Ibidem. p. 127

⁴²⁶ Ibidem. p. 139

⁴²⁷ Ibidem. p. 140

Diante do conflito, o diretor da escola Jose Estácio Correa de Sá e Benevides, apesar das acusações de ser “*deísta inexpressivo e perigoso*”, envia ofício ao Presidente da Província:

“Essa falta de harmonia tem, a meu ver, como razão fundamental a divergência de idéias e de crenças entre os professores. Entre estes há três – os Drs. Godofredo José Furtado, Cypriano José de Carvalho e Antonio da Silva Jardim – que são franca e abertamente Positivistas.

“É público e notório esse fato. E, se toco neste ponto, é porque julgo de meu dever levar-se ao conhecimento de V. Exa. Um fato abusivo por eles praticados – a propagação do positivismo nesta Escola. Entendo que, embora seja pela nossa Constituição do Império garantida a liberdade de pensamento e de consciência, e portanto tenha os professores o direito de seguir estes ou aquele sistema filosófico e científico, este direito tem limites estabelecidos pela própria Constituição e mais legislação do Império.

“Os professores acima referidos transpõem tais limites porque – saindo do terreno puramente metodológico – atacam diretamente os princípios fundamentais da Religião do Estado para pregar a Religião da Humanidade – fazendo um verdadeiro curso de filosofia primeira de A. Comte.

(...)

É pois urgente necessidade reprimir tal propaganda. Para isso há necessidade de uma reforma no Regulamento de 30 de junho de 1880, dando-se ao Diretor meios dos quais atualmente não dispõem. (Sá e Benevides, 1885)”⁴²⁸

Em 1884, o Presidente da Província já tinha feito uma reforma nos estatutos da Escola, introduzindo a Cadeira Religião do Estado, buscando combater a popularidade do grupo positivista. O programa da Cadeira *Curso de Religião – (1º ano) 4ª cadeira* inclui: *“Demonstração religiosa: espécies – desenvolvimento; Verdade da Religião contra os incrédulos; Verdade da Religião com os hereges; Deus e seus atributos; Santíssima Trindade. Criação do mundo. Os anjos, o homem.; Pecado original; Encarnação.*

⁴²⁸ Ibidem. pp. 123-124.

*Redenção. Graça. Sacramentos.; Sacramentos.; Deus, lei e consciência.; Mandamentos da Igreja.; Transgressão e observância.; Perfeição cristã.; Oração.; Festas, Liturgia, Práticas religiosas da Igreja.”*⁴²⁹

O conflito continua porém, em 1886, como se vê no relatório do diretor, apresentado ao Presidente da Província,:

“Tenho a honra de fazer subir as mãos de V. Exa. a inclusa representação firmada pelos Professores das 2ª e 5ª Cadeiras desta Escola.

(...)

...convoquei a Congregação para entre outros fins serem propostos e aprovados os compêndios para o ensino de diversas matérias de curso normal. Em tal reunião, (...), declarou o Professor da 5ª Cadeira que nenhum compêndio propunha não só porque segundo os princípios da escola filosófica que seguia e por motivos para ele de muito pessoal o compêndio devia ser para ele a palavra do mestre, como também porque dentre as obras escritas sobre as matérias de sua Cadeira nenhuma encontrava que pudesse servir de compêndio; e o Professor da 2ª Cadeira que propunha com compêndio as obras de Condorcet e Lacroiz unicamente porque Comte as recomendava.

(...)

Decidiu o Presidente da Província, Conselheiro João Alfredo C. de Oliveira, por ofício de 14 de abril de 1884, que, incumbido a Congregação desta Escola, nos termos do art. 27§ 2ª do Regulamento de 20 de junho de 1880, aprovar ou rejeitar os compêndios de ensino propostos pelos Professores, cabia-lhe, no caso de deixar feita pelo professor de alguma Cadeira a respectiva proposta, escolher, para serem adotados, os compêndios que se considerassem necessários.

Adotados, pois, pela forma acima exposta, os compêndios para estudo das matérias de 2ª e 5ª Cadeiras, entenderam os respectivos professores que não são obrigados a segui-los em aula; e de fato não os têm seguido.

(...)

⁴²⁹ Ibidem. pp. 118-119

(*Sá e Benevides, 1886b*)”.⁴³⁰

Naquele mesmo ano, em decorrência dos conflitos, Silva Jardim pede exoneração. No ano anterior, os três professores tinham se manifestado:

“Certa má vontade contra os 3 positivistas da Escola provém, como é natural no meio em que vivemos, das crenças respectivas. Acusam-nos, especialmente ao professor de Física e Química, Sr Cypriano de Carvalho, de propaganda do positivismo na Escola, e o fazem com ares misteriosos, dando a entender que esse professor aproveita-se jeitosamente das lições para fazê-lo. Pois desde já declaramos, se é que ainda não estão convencidos, que o propagamos e propagaremos...

(...)

Do mesmo modo que se citam os Bacons e os Descartes, porque não se há de citar o maior de todos, Augusto Comte?

É de Augusto Comte que vivem todas essas mediocridades rabiscadoras de ciência especial, alardeando tal ou qual unidade mental; é de Augusto Comte que se alimentam todos os corações capazes de regeneração moral; é com Augusto Comte sobretudo que se aprende a retemperar o caráter para, qualquer situação da vida, se falar e se proceder como inferiores e iguais do mesmo modo com a mesma independência respeitosa com que se fala e se procede com os superiores, como o exmo. Senador João Alfredo.

Procedam todos do mesmo modo. Imitem a vida incomparável desse Mestre dos que sabem e sairemos da anarquia em que nos achamos. Os sofismas em todas as relações da vida hão de desaparecer e a maioria das colunas vertebrais tão arqueadas se há de endireitar. (Godofredo, Silva Jardim e Carvalho, 1885c, p.6)”.⁴³¹

Todos estes episódios marcarão João Pinheiro profundamente. A questão da liberdade religiosa se tornará ponto central de sua formação política. Voltaremos a esta questão mais à frente. No momento, vale discutir a questão do positivismo no Brasil pois, somente

⁴³⁰ Ibidem. p. 143

assim, poderemos compreender o sentido desta doutrina na formação política de João Pinheiro.

Ângela Alonso, com o texto, *De Positivismo e Positivistas: interpretações do positivismo brasileiro*⁴³², em que empreende “um balanço das grandes linhas de interpretação de que o positivismo brasileiro foi objeto”, pode ajudar.⁴³³ A autora demonstra que o positivismo teve, desde sua origem, ainda na França, uma tendência cismática. Em outro livro, *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*, a autora alerta: “Termos como “positivismo” tinham significados vagos, múltiplos, que apenas se esclarecem quando repostos em seu contexto”.⁴³⁴ Antes de esclarecer o significado de positivismo para Pinheiro, faz-se necessário compreendermos o positivismo brasileiro e as análises empreendidas pela bibliografia acerca da doutrina.

Em 1851, devido ao apoio de Comte ao 18 de Brumário, de Luís Bonaparte, dois seguidores importantes, Émile Littré e John Stuart Mill, rompem com o mestre. Evidencia-se, então, o caráter político do movimento. Após este primeiro cisma, outros ocorreram com maior frequência. À medida que o movimento ganhava adeptos, buscava influir na política, gerando discórdias.⁴³⁵

Quando chega ao Brasil, na segunda metade do século XIX, o movimento positivista já possuía divisões e diferentes interpretações. Ângela Alonso mostra a tentativa, bem sucedida, por parte do grupo da Igreja Positivista, situado na Corte, em obter a hegemonia do movimento no país. Para tanto, constrói uma versão oficial “*das correntes positivistas*

⁴³¹ Ibidem. p. 145.

⁴³² ALONSO, Ângela. De Positivismo e Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 42, 2º. semestre de 1996, pp. 109-134.

⁴³³ Ibidem p. 109

⁴³⁴ ALONSO, 1996. Op. Cit. Pp. 171 – 172

⁴³⁵ Ibidem pp. 109 – 111

brasileiras”. Miguel Lemos, líder da Igreja, escreve uma história na qual divide os adeptos do movimento, em ortodoxos e heterodoxos. Com isso, busca desqualificar os desalinhados com os ditames da Igreja, como heterodoxos. Separa os positivistas entre aqueles que seguiam a obra de Comte, o grupo ligado à Igreja, e os que “*diziam aceitar*” todos os outros.⁴³⁶

Essa batalha pela hegemonia no movimento positivista alcança seu auge nos primeiros anos da República. Ao mesmo tempo, outros grupos, como o da Escola de Recife, ataca a doutrina positivista, acusando “*principalmente a ação da Igreja, pela influência ‘funesta’ sobre os primeiros governos da República*”. Nesse momento, ocorre uma verdadeira batalha ideológica. As diversas correntes, do positivismo ao darwinismo social, lutavam para “*se estabelecerem como discurso hegemônico no período*”.⁴³⁷

A partir de 1930 até 1950, passado o momento da guerra ideológica, uma onda interpretativa acontece. Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Torres e Cruz Costa escrevem obras que “*mais é um movimento de rechaço que de análise*”. Principalmente porque, esses autores aceitam a versão de Miguel Lemos e, por este motivo, consideram a Igreja o legítimo centro do movimento. Extrapolam então “*um juízo acerca da atuação da Igreja para todas as correntes positivistas brasileiras*”, enfatizando o deslocamento da doutrina ou sua influência restrita e negativa.⁴³⁸

Mais tarde, na década de 1960, surgem escritos que buscam resgatar a importância do positivismo no país. Autores como Roque Spencer Barros, Ivan Lins, Tocary Bastos, Antônio Paim, Robert Nachman, Ricardo Vélez Rodrigues, Sérgio Buarque de Holanda,

⁴³⁶ Ibidem pp. 112 – 117

⁴³⁷ Ibidem pp. 116 – 117

⁴³⁸ Ibidem pp. 117 – 119

José Murilo de Carvalho e Alfredo Bosi reconhecem a importância do movimento, mas com raras exceções continuam partindo da construção de Lemos.⁴³⁹

Provavelmente, a soma entre, de um lado, a influência jacobina no início da República, e de outro, essa divisão entre positivistas de fato (ortodoxos) e positivistas simpatizantes (heterodoxos), tenha levado muito dos autores que trataram de João Pinheiro a desaparecerem-se de seu positivismo.⁴⁴⁰ Isso, apesar das mais contundentes provas contraditórias. Faltou-lhes a percepção do sentido do positivismo em Pinheiro. Durante grande parte de nossa pesquisa, nos apegamos ao conceito de Estado-Providência, para compreender o significado do positivismo em João Pinheiro.

Alfredo Bosi, em um capítulo de seu livro *Dialética da Colonização*⁴⁴¹, apresenta a noção de Estado-Providência, e argumenta que esta noção teria encontrado em nosso país um campo fértil, criando assim um estilo nacional de desenvolvimento. Esta noção ajudaria a entender a estruturação do Estado brasileiro nos moldes que se deu a partir dos anos trinta do século passado. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder demarcaria, desta forma, o fim do Estado liberal implantado por Campos Sales, onde a política

*“...é percebida como exercício supérfluo e inessencial à produção do bem público, (...) a meta do governo é administrar, o que no plano prático, significa eliminar os déficits do tesouro, valorizar o câmbio e honrar os compromissos com os credores externos.”*⁴⁴²

⁴³⁹ Ibidem pp 120 – 123

⁴⁴⁰ Além deste motivo, há também a questão da aproximação dos familiares de Pinheiro atuantes na política buscarem moldar uma visão “mais adequada” para a época, distanciando-o da doutrina positivista que, século XX adentro, perdeu o encanto. Esta hipótese foi já apresentada no primeiro capítulo.

⁴⁴¹ BOSI, Alfredo. *A Arqueologia do Estado-Providência*. In: **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª ed., 1995. pp. 273 – 307.

⁴⁴² LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. P. 130.

O que chama atenção nesta noção de Estado-Providência apresentado por Bosi, em relação ao ideário de Pinheiro é a “...*tendência de atribuir ao poder público a função de promover e, no limite, controlar os rumos do desenvolvimento econômico.*”⁴⁴³

Comte no último volume do curso de filosofia positiva aponta suas divergências com o liberalismo. Segundo ele, a economia política ortodoxa, dissociou os fatores econômicos de uma visão global da sociedade, se tornando “abstrações metafísicas”. Um dos piores princípios liberais era conceber os processos de produção, circulação e consumo de mercadorias somente em função dos interesses individuais. Desta forma, a absolutização do desejo de lucro gera um estado de violência desenfreada que apenas uma prudente e enérgica administração pública conseguiria evitar. A proposta é harmonizar as forças que a iniciativa privada põe em movimento. O governo que se rege por este ideal deve alcançar um equilíbrio supraclassista.

*“O Estado é o cérebro da nação, e, graças a esta posição central no corpo da sociedade, cabe-lhe regular os movimentos de cada órgão de tal modo que nenhum se sobreponha aos demais.”*⁴⁴⁴

O Estado tem de ser suficientemente forte para mediar tanto os conflitos entre setores das classes dominantes como as tensões entre estas e os trabalhadores. Tem uma função reguladora: não destruir o órgão que cresceu em excesso, mas conservá-lo retificando suas dimensões e integrando-o a uma nova ordem, superior. A predominância do espírito de conjunto é que constitui a característica do governo. Prever para prover e, desta forma, intervir. O Estado não precisa ser senhor absoluto do mercado mas também não pode ser escravo dele. Apesar de descartarmos a noção de Estado-Providência como a mais adequada para entender o significado do positivismo em João Pinheiro, incorporamos a

⁴⁴³ BOSI, 1995. Op. Cit P. 282.

afirmação de Bosi àquelas que auxiliam na apreensão do sentido desta doutrina para homens como ele:

*“Quando pensamos hoje em modelos de pensamento intervencionista, temos presentes as duas principais teorias negadoras do liberalismo clássico: o marxismo em suas várias linhas e o reformismo pós-1929 de filiação keynesiana. Mas, se remontamos ao século XIX, vemos que foi o industrialismo utópico de Saint-Simon e do positivismo social de Comte que fluiu uma primeira vertente ideológica voltada para retificar o capitalismo mediante propostas de integração das classes a ser cumprida por uma vigilante administração pública dos conflitos.”*⁴⁴⁵

Em um dos primeiros ofícios enviados por João Pinheiro após a Proclamação da República, em 23 de novembro de 1889, dirigido ao “*cidadão gov. Ribeiro Abreo*”, ele assina “*pela Comissão Central*” e utiliza a saudação típica dos positivistas à época, “*Saúde e Fraternidade*”.⁴⁴⁶

Poderia se dizer que são manifestações dos tempos iniciais, quando ainda jovem. Porém, já presidente, encontramos elaborações como a apresentada no discurso proferido na sessão inaugural do IHGMG onde Pinheiro fala em “*Humanidade em marcha*” e sobre a história, diz:

“As suas lições fortificam, pois, a consciência do cidadão, para os deveres do altruísmo, sobreleva sempre a grosseria dos interesses materiais, egoístas e passageiros”.⁴⁴⁷

Essa passagem do discurso de Pinheiro é elucidativa. Alfredo Bosi em “O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração”⁴⁴⁸ lembra que “*Altruísmo é termo cunhado por*

⁴⁴⁴ BOSI, 1995. Op. Cit p. 287

⁴⁴⁵ Ibidem. pp. 281 – 282

⁴⁴⁶ Citado em:

GOMES, Ângela de Castro. **Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais.** (No prelo) p. 12

Augusto Comte por volta de 1830. Os valores altruístas contrapunham-se aos instintos agressivos da competição". O "*princípio motor de toda a evolução*"⁴⁴⁹, defendia Comte, não estaria contido na idéia segundo a qual a lei do mais forte deveria prevalecer.

Essa é a idéia defendida por Pinheiro, rechaçando os *interesses egoístas*, buscando estabelecer como norma *os deveres do altruísmo*. Em oposição à lei da selva, "*Comte formulara como norma de conduta a expressão oposta: viver para outrem, vivre pour autrui*"⁴⁵⁰.

O protecionismo era uma das propostas centrais da política de João Pinheiro. Na sessão de encerramento do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, em 20 de maio de 1903, se posiciona claramente sobre o assunto:

*“É nossa a grande opulência natural desta pátria, é nosso esse clima para todas as produções, é nossa a exuberante terra brasileira; mas em mãos estranhas estão as exportações de nossas riquezas, a importação do que não temos querido produzir, a regularização do nosso crédito, a exploração do alto comércio internacional, estando condenados em nome de uma liberdade comercial absurda a sermos um povo pobre no seio da mais rica das pátrias.”*⁴⁵¹

Em entrevista concedida em 1906, volta ao assunto, deixando claro que sua posição se justifica pelo atraso econômico do país.

“(...)o protecionismo, para mim, não deve ser um fato permanente. (...) Penso que a indústria deve ser protegida decididamente, mas como um fato transitório, enquanto não está aparelhada para lutar com a concorrência dos mais fortes. Há

⁴⁴⁷ PINHEIRO, João. **A Missão dos Historiadores**. Discurso na sessão inaugural do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 15/08/1907. In. BARBOSA, 1980. Op. Cit. Pp. 303-306

⁴⁴⁸ BOSI, Alfredo. O Positivismo no Brasil: Uma Ideologia de Longa Duração. In: Leyla Perrone-Moisés (Org.). **Do Positivismo à Desconstrução: Idéias Francesas na América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

⁴⁴⁹ Ibidem p. 18

⁴⁵⁰ Ibidem p. 19

⁴⁵¹ PINHEIRO, João. **Congresso Agrícola, Industrial e Comercial**. Discurso Proferido na sessão de encerramento, 20/05/1903. In.: BARBOSA, 1980. Op. Cit. p. 155

no meu protecionismo uma contradição aparente com os meus princípios sobre liberdade.

“Eu sou partidário da absoluta liberdade em suas diversas formas, inclusive a liberdade econômica; afirmo a liberdade de trabalho, como uma necessidade de aperfeiçoamento e um propulsor do progresso; mas no nosso caso atual, a ausência de proteção não seria a liberdade, seria um delito; é como se dessem a uma criança a liberdade de ir lutar com um atleta. A liberdade industrial só se pode praticar em relatividade de condições; aqui a proteção é uma necessidade de defesa, ainda que temporária.

“Na Inglaterra eu seria livre-cambista. No dia em que estivermos aparelhados para lutar, sim; até aí a proteção não é ao industrial, é a nossa independência econômica, é o nosso trabalho.”⁴⁵²

Como se vê, defendia uma posição contrária ao livre-câmbio, contrária ao Estado que apenas administra e a favor da intervenção estatal e defesa do mercado nacional. Justifica essa intervenção protecionista, explicando ao entrevistador, a situação de atraso relativo em relação a outros países em que se encontrava o Brasil. Pinheiro se preocupava com o crescimento das indústrias mineiras, contudo sabia muito bem que a esfera econômica mais importante ainda era a agrária. Na mesma entrevista, diz:

“Vejam o caso particular de Minas e tomemos para exemplo a metalurgia de ferro, cujo problema acaba de ser resolvido industrialmente nos Estados Unidos. Fazendo o cálculo do que esta indústria, uma vez estabelecida em Minas, podia trazer em trabalho e movimento econômico à sua população, dado o cálculo otimista de que ela ocupasse quatro mil operários, vemos que haveria em Minas um número limitado de pessoas beneficiadas por ela, em uma população de mais de quatro milhões.

⁴⁵² PINHEIRO, João. **O novo governo de Minas**. Entrevista concedida a *O Paiz*, em 19/07/1906. In.: BARBOSA, 1980. Op. Cit. pp. 199-224.

*“Feita a soma das indústrias que poderiam prosperar aqui, vê-se ainda que elas não corresponderiam a um quarto da população do Estado. A questão da agricultura é ainda o fato capital.”*⁴⁵³

Assim, apesar de não descuidar do desenvolvimento da indústria, adotando uma política protecionista, a questão da agricultura é que merecerá maior atenção. Percebendo a difícil situação econômica em que se encontrava *o roceiro, os que vivem da terra*, questiona: *o clima brasileiro é o da eterna primavera, a terra é a mais fértil do mundo*, por que então vêm os produtos agrícolas do estrangeiro concorrer em preços com os nacionais? A resposta vem em seguida: *“(...) a causa da vasta penúria estava nos processos errados e atrasados do trabalho da terra”*.⁴⁵⁴

Cabe então ao Estado intervir visando solucionar o problema. Em sua Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro, mostra como se dará tal intervencionismo.

“Iniciando o serviço de ensino agrícola, ensaiando-o praticamente tal como deve ser generalizado e procedendo à formação do pessoal técnico necessário, o Governo, em 26 de novembro do ano passado, adquiriu a Fazenda da Gameleira, situada a cerca de 6 quilômetros desta Capital e, mais tarde, o sítio denominado Madeiro.

*“A despesa já realizada com a fazenda importa em 27:785\$050, sendo: 21:164\$880 relativos a imóveis, semoventes, máquinas e utensílios; 6:303\$670, referentes à administração e pessoal operário, e 316\$500 empregados em adubos químicos.”*⁴⁵⁵

Em novembro de 1906, o Estado comprava as terras e, em janeiro de 1908, convidava:

“Em terra atormentada e árida, no pior trecho das nossas terras, que é o dos cerrados, verdejam, neste momento, na Fazenda da Gameleira, as plantações do

⁴⁵³ Ibidem.

⁴⁵⁴ PINHEIRO, João. **Maior Produção de Cereais**. Editorial do *Minas Gerais*, 12/01/1908, autoria atribuída a João Pinheiro. In.: BARBOSA, 1980. Op. Cit. p. 331-334

⁴⁵⁵ PINHEIRO, João. **Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro**. Belo Horizonte, 15/06/1907. In.: BARBOSA, 1980. Op. Cit. Pp. 257-300

milho, do arroz, da mandioca e da cana, procede-se à colheita do feijão, de batatas e já se efetuou a de cebolas para a exportação.

“A fazenda-modelo não foi feita para ser descrita, mas para ser examinada.

“Estas linhas são um convite útil aos senhores agricultores, para examinarem um negócio que é o deles; verem como as máquinas trabalham, o seu rendimento; o custo mínimo deste trabalho; como se planta; como se carpe; qual o estado das plantações obtidas; verem com a sua prática, que colheita as plantações estão prometendo, porque, para eles, é feito o ensinamento.

“Ficarão convencidos de que o problema é simples, viável e útil; o trabalho, remunerador; o pessoal empregado, diminuto; o serviço efetivo conseguido pelas máquinas – extraordinariamente grande.”⁴⁵⁶

Na Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro demonstra satisfação pelos resultados que o projeto obtêm:

“A venda de máquinas, que fora, em 1904, de 169, em 1905, de 116 e, 1906 de 160, foi da fundação da primeira fazenda-modelo até agora, num espaço de 16 meses, de 1.161.”⁴⁵⁷

Esse era apenas um dos projetos de intervenção estatal que visava transformar o panorama agrícola mineiro. Fazendas, como a da Gameleira, seriam espalhadas por toda Minas (Cachoeira do Campo⁴⁵⁸, Serro⁴⁵⁹, Leopoldina⁴⁶⁰, Santa Bárbara⁴⁶¹ etc.) e várias delas tiveram os decretos de criação sancionados. Além disso, uma bem elaborada estratégia de premiações para produtores e comerciantes buscava atingir as duas pontas do negócio agrícola, incentivando a produção, e fazendo com que o comércio de outros estados preferisse os produtos mineiros.

⁴⁵⁶ PINHEIRO, João. **Maior Produção de Cereais**. Editorial do *Minas Gerais*, 12/01/1908, autoria atribuída a João Pinheiro. In.: BARBOSA, 1980. Op. Cit. p. 331-334

⁴⁵⁷ PINHEIRO, João. **Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro**. Belo Horizonte, 15/06/1908. In.: BARBOSA, 1980. Op. Cit. p. 351-394

⁴⁵⁸ Cronologia. In.: BARBOSA, 1980. op. cit. p. 35

⁴⁵⁹ Ibidem p. 44

⁴⁶⁰ Ibidem p. 44

⁴⁶¹ Ibidem p. 45

Havia proposta para o melhoramento da pecuária mineira, por meio de importação de matrizes da Índia⁴⁶²; solucionar a crise do café em Minas⁴⁶³, tratando da questão do melhoramento do produto e de sua comercialização; e melhorar a indústria de laticínios etc. Em todas as medidas percebe-se a intervenção do Estado, “*acordando as iniciativas particulares, guiando-as, esclarecendo as dificuldades do problema, premiando a efetividade dos esforços*”.⁴⁶⁴

Voltamos mais uma vez à busca por apreender o significado do positivismo para Pinheiro, que se explica em parte pela afirmação de Ângela Alonso quanto ao papel do Estado para os positivistas brasileiros: “*Eis aí o lugar do Estado, como planejador da economia.*”⁴⁶⁵ Porém, diferente da apreensão feita pelos homens do Rio Grande do Sul, principal foco da análise de Bosi em que utiliza a noção de Estado-Providência, Pinheiro não defendia a presença do Estado em todas as esferas, e limitava a intervenção estatal à auxiliar e *acordar* a iniciativa privada.

Nesse ponto, voltaremos a tratar da questão da separação entre Estado e Igreja/religião. Este princípio era caro aos positivistas, e a experiência de Pinheiro na Escola Normal de São Paulo levou-o a empunhar este princípio como de suas principais bandeiras. Apesar de a separação entre a Igreja e o Estado ser, aos tempos da propaganda republicana, defendida

⁴⁶² No APJP, encontram-se dezenas de correspondências de produtores solicitando essas matrizes. Como exemplo, há a carta de Cyro Peçanha, de Conceição da Barra (atualmente Cassiterita), “Encomendando boi reprodutor da raça Nelore, Hissar ou Guzerate da Índia”, em 2 de janeiro de 1907. APJP, cx. 17, doc. 2288. Além dessas correspondências, existem outras dezenas tratando da importação, seja dos problemas surgidos nos portos europeus e brasileiros ou a respeito da melhor escolha e preço a ser pago.

⁴⁶³ Há uma vasta gama de documentos sobre o assunto. Desde correspondências discutindo a melhor solução até documentos sobre a criação de entrepostos de comércio do produto na Europa.

⁴⁶⁴ PINHEIRO, João. **Emancipação do café**. Editorial do *Minas Gerais*, 05/01/1908, autoria atribuída a João Pinheiro, encimando o regulamento para a execução da Lei n.º. 454, de 6-9-1907, motivada pelo Convenio de Taubaté. In.: BARBOSA, op. Cit. Pp. 325-329

⁴⁶⁵ Alonso, 2002. Op. Cit. p. 213

de forma quase unânime pelos republicanos, com a instauração do novo regime a prática é outra.

A elite política mineira associa-se, “*por convicção ou conveniência, à Igreja Católica*”.

Contrariando essa tendência, João Pinheiro defendia que

*“a convicção religiosa deve habitar a intimidade das consciências, deixando o espaço público da política ser administrado por ordem de interação civil, racional, segundo critérios seculares da engenharia política”.*⁴⁶⁶

Para reforçar essa característica da elite política mineira daquele momento, vale resgatar o episódio de posse do antecessor de Pinheiro. O regimento do Congresso Mineiro permitia a cerimônia de posse de duas maneiras, palavra de honra ou juramento por Deus. Sales, escolhe a segunda. Com a bíblia na mão, ajoelhado, toma posse com o juramento.⁴⁶⁷

Em 7 de setembro de 1906 dá-se a posse de Pinheiro:

*“...levado à mesa onde tomou assento ao lado do Presidente da Sessão, Senador Antônio Martins. Então o novo Presidente pronunciou seu compromisso legal. Não foi este um juramento, de joelhos, como quatro anos antes fizera o Sr. Francisco Sales. O termo desse compromisso foi lançado no livro próprio, assinado a seguir pelo empossado e pelos membros da Mesa.”*⁴⁶⁸

João Pinheiro, educado no Seminário de Mariana, proveniente de família católica, é questionado pelo padre João de Santo Antônio, com o qual tinha profundas ligações desde os tempos do Seminário. A carta que o padre lhe escreve deixa clara a ação do então presidente do Estado, buscando separar Igreja e Estado:

“Uns vos dizem, positivista, outros, ateu, outros, livre pensador e materialista; outros, que não és católico, e sim um perseguidor do catolicismo. (...) eu que a

⁴⁶⁶ BOMENY, 1994. Op. Cit. p. 158

⁴⁶⁷ MATA MACHADO FILHO, Aires da. Vida e Política de Francisco Sales. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 18, janeiro de 1965. pp. 122 – 130.

⁴⁶⁸ MOURÃO, Paulo K. C.. **História de Belo Horizonte de 1897 a 1930**. S/L, S/E, S/D.

vosso pedido, benzi todo o palácio presidencial; eu, que sei, que tendes feito, do vosso bolso, avultadas dádivas às Igrejas, e a estabelecimentos pios, antes de vosso governo, e que depois a tendes feito à casas e asilos de caridade. (...) Agora caído da opinião popular, tendo perdido, ao todo, a estima, consideração, e confiança de que gozáveis, antes do vosso governo, de todos os católicos brasileiros, e também estrangeiros; e por que? Por ter praticado certos atos de governo, certamente, com reta e justa intenção, como foi, o negar que as bandas de música dos batalhões se prestassem ao culto divino; o proibir o ensino do catecismo nas escolas, e como dizem alguns, aos professores de o ensinar, ainda fora das horas das aulas; o de dizer no banquete de Mariana, que a religião católica, que fora de seus pais, e era de seus filhos, calando a sua pessoa (certamente calou-a por modéstia) e consentir que o diretor da Escola Normal fizesse às alunas católicas um discurso, inteiramente ateu (...) o que quero então (...) é que certifiqueis: se com efeito não sois católico; se sois perseguidor do catolicismo; qual a razão dos citados atos?”⁴⁶⁹

Como se pode notar, a questão para Pinheiro não era ser ou não católico. Afinal, como o próprio padre menciona, dava donativos para instituições católicas, seus filhos eram criados segundo essa tradição, assim como fora ele próprio. Seus atos tinham outra intenção, não a de perseguir a religião católica e sim a de cumprir os compromissos assumidos, não apenas por ele, mas pelo regime republicano, como bem lembra em sua Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro:

“Na ordem política geral, em obediência à lei Fundamental de 24 de fevereiro, tinha proclamado, em meu manifesto, a completa aquiescência aos seus princípios liberalíssimos e, entre eles, como o mais sagrado, o da inteira liberdade espiritual.

⁴⁶⁹ De SANTO ANTÔNIO, (pe.) João de, para SILVA, João Pinheiro da, 28.10.1907, cx 1, Doc. 32 (negrito de nossa autoria)

*“No cumprimento deste compromisso perante as urnas compromisso que é filho da própria consciência, foram praticados atos governamentais, baseados na lei...”*⁴⁷⁰

Fazer cumprir o que determinava a Constituição, estabelecer de forma clara a separação entre Estado e Religião, proporcionar dessa forma a plena liberdade de culto. Esse era o objetivo do Presidente, com atitudes das quais reclama o padre. Encontramos em carta endereçada ao Chefe de Polícia, na qual proíbe a participação de um batalhão de polícia em festa religiosa, uma explicação ainda mais enfática:

“Em nome da paz, os republicanos adotaram o princípio da inteira liberdade espiritual, eliminando a intolerância religiosa e evitando, assim, a pior das lutas, opressora das consciências, sempre perigosa, e cedo ou tarde odiosa para todos. O argumento que se costuma invocar – o ser católica a maioria de nosso povo – não procede, desde que o consideremos de um ponto de vista mais alto, na universidade das nações cristãs ou do mundo inteiro, sendo a liberdade espiritual a única solução possível. Há, com efeito, países em que o catolicismo constitui a maioria, e o nosso, felizmente, é um deles. Outros há, porém, em que os católicos se acham em minoria e, em muitos, em fração reduzidíssima. Parece, pois, justo que eles, que não são maioria em toda a parte, dêem e pratiquem a liberdade onde dominam, para que a possam reclamar e obter onde são dominados.”

Termina a carta lembrando:

*“Traduzindo o pensamento republicano, a Constituição Federal, em seu artigo 72, no. 7 determina: “Nenhum culto ou igreja terá relações de dependência ou aliança com o governo da União, ou o dos Estados.”*⁴⁷¹

⁴⁷⁰ PINHEIRO, João. **Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro**. Belo Horizonte, 15/06/1907. In.: BARBOSA, 1980. Op. Cit. Pp. 257-300

⁴⁷¹ PINHEIRO, João. **Ao Chefe de Polícia**. Belo Horizonte, 20/09/1906. In.: BARBOSA, Op. Cit. Pp. 231-232

Conclusão

Nossa dissertação centrou-se na investigação do período da vida de João Pinheiro menos estudado pelos autores que nos precederam. Neste período, correspondente aos anos das agruras da família em sua infância, à mocidade estudante no Seminário de Mariana e na Escola de Minas de Ouro Preto, e aos anos vividos em São Paulo, estabelecendo-se as bases de sua formação política. Acreditamos que sem a compreensão da importância deste período para Pinheiro, o projeto político que defendeu não pode ser apreendido em sua plenitude.

O ideal republicano do qual se serviu estava presente na Minas, sobretudo na região mineradora, em que nasceu e cresceu. Entretanto, no encontro da influência republicana e da positivista é que surge um projeto político autêntico, baseado, ao mesmo tempo, na permanente vigilância para a manutenção da liberdade e, sob a égide do positivismo, opondo-se ao liberalismo e defendendo um Estado atuante na busca do progresso econômico e na defesa dos interesses dos mais fracos.

Durante a pesquisa trabalhamos com um conceito de Estado-providência que, a partir de certo momento, passou a causar incômodo, pois, no Brasil, ligou-se ao ideário positivista gaúcho, que defendia uma estruturação das instituições do Estado conforme a proposição

de Augusto Comte, levando à Ditadura Republicana. Demoramos a compreender que João Pinheiro, apesar de seu positivismo, do antiliberalismo que o opunha aos darwinistas paulistas, não se alinhava com essa idéia de um Estado-providencia.

O que defendia não era, por parte do Estado “a tutela”, “mas a emancipação” da livre iniciativa. Enfim, acordar “*as iniciativas particulares, guiando-as, esclarecendo as dificuldades do problema, premiando a efetividade dos esforços.*”⁴⁷² Contudo, um companheiro de Pinheiro é que anos mais tarde definirá esta posição de forma clara:

*“Assim chegamos ao ponto nodal da questão: é justificável a intervenção do Governo (...)? Não pertença ao numero daqueles que aceitam a teoria do Estado providencia, onipresente, onímado, touché-à-tout, intervindo nas menores manifestações da atividade industrial. Também não me alisto entre aqueles que preconizam o abstencionismo sistemático, decorrente da doutrina do Estado gendarme, simples mantenedor da ordem. (...) A teoria que mais satisfaz às condições do desenvolvimento que todos nós almejamos é a do Estado despertador de energias, colaborador dos indivíduos na conquista do meio, preparador das vias do advento das soluções futuras, pela socialização vindoura dos meios de produção.”*⁴⁷³

É importante chamar atenção para o fato de a adesão de João Pinheiro ao positivismo não ter significado, como defendem autores como José Murilo de Carvalho, uma preocupação menor com a questão da liberdade. A historiografia sobre a Primeira República em Minas é unânime em afirmar a violência usada comumente para contenção dos opositores. As disputas políticas eram resolvidas muitas vezes “*na bala*”. Após a criação do PRM, em fins da década de 1890, esse Partido torna-se instância máxima de poder no estado. Maria

⁴⁷² PINHEIRO, João. **Emancipação do café**. Editorial do Minas Gerais, cuja a autoria é atribuída a João Pinheiro, publicado na edição de 5-1-1908, encimando o regulamento para a execução da Lei nº. 454, de 6-9-1907, motivada pelo Convenio de Taubaté. In: BARBOSA, 1980. pp. 325-329

⁴⁷³ IGLESIAS, Francisco. Ação e Pensamento de João Pandiá Calógeras. In: Idem. (Org.). **Idéias políticas de Pandiá Calógeras**. Brasília: Senado Federal, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. p. 40

Efigênia Lage de Resende⁴⁷⁴ se vale da tese clássica de Victor Nunes Leal para descrever o processo estabelecido. O governo estadual firma pacto com correligionários locais para que estes se sustentassem no poder, mesmo que pela força. Esse processo, leva à consolidação de *“toda uma tradição de favoritismo, empreguismo e desvio de recursos públicos para atendimento às demandas privadas.”*⁴⁷⁵

O que se percebe, ao contrário dessa idéia apresentada, ao observar a trajetória de João Pinheiro, é uma preocupação em tratar as disputas políticas dentro das normas estabelecidas, respeitando as regras. Essa característica é muito evidente e destoa do procedimento adotado por outras personalidades políticas. Francisco de Assis Barbosa afirma que a crença de Pinheiro na legitimidade do voto levou-o a ser tachado de ingênuo. Mais que isso, Pinheiro fazia questão de reafirmar sempre que *“ter medo da liberdade política, num regime republicano, constitui uma afirmação monstruosa e absurda”*, em clara alusão a seus companheiros da elite política mineira.⁴⁷⁶

Dois episódios ilustram bem a forma adotada por Pinheiro de lidar com as disputas políticas. O primeiro é relatado por Francisco de Assis Barbosa que fala sobre uma disputa em Santa Rita do Sapucaí. Delfim Moreira, ex-secretário do interior de Francisco Sales, foi derrotado nas eleições, sem contar com apoio do presidente do Estado – pela força, ou o chamado *“bico de pena”*, como era costume então – e teve de aceitar o resultado. O Estado presidido por Pinheiro se limitou à manutenção da ordem e à garantia dos direitos políticos dos cidadãos, respeitando o resultado das eleições. Logo após a morte de Pinheiro, com a

⁴⁷⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage. **Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. Pp. 209-214.

⁴⁷⁵ BOMENY, Helena. **Guardiães da Razão: Modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994. p. 36

⁴⁷⁶ BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e sua liderança em Minas. **Análise & Conjuntura**, v. 1, n. 1, 1986, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro. P. 52

elevação ao poder do vice, trinta policiais intervieram na situação, levando Delfim ao poder.

O segundo episódio é ainda mais significativo, pois João Pinheiro fez questão de deixar clara sua forma de agir. Em 8 de janeiro de 1891, Augusto Vaz Mourão publica nos jornais um pronunciamento no qual ataca de forma veemente Cesário Alvim, Bias Fortes e João Pinheiro. Diz se juntar às centenas de protestos de republicanos históricos que se acham preteridos. Mostra-se revoltado com a situação em Guanhães, em que os ex-monarquistas disputam normalmente o poder. O governo não intervem e, na ocasião, os ex-monarquistas vencem as eleições. Em certo momento do protesto Mourão afirma:

“O presidente do Club Republicano recebeu no dia 14, véspera da eleição, de nosso amigo e chefe João Pinheiro o seguinte telegrama ‘não, não percam eleição, força pública ou bico de pena’”.

Para os padrões da época, surpreende a providência de Pinheiro. Dirige-se à estação telegráfica de Ouro Preto e requisita ao encarregado que verifique e emita um certificado.

Em 22 de janeiro assim é feito:

“João Pinheiro da Silva requereu-nos mandeis certificar junto a esta pelo encarregado da estação telegráfica desta capital:

1o. Se na primeira quinzena de setembro passou algum telegrama do teor do que foi publicado na seção particular da Gazeta de Notícias do 21 do corrente pelo seu Augusto Vaz Mourão a mim atribuído e dirigido a pessoa da cidade de Guanhães;

2o. Se a quem quer que seja de qualquer localidade passei telegramas, no mesmo período aconselhando emprego da força pública ou de bico de pena como consta no referido telegrama a mim atribuído.

Ouro Preto 22 de Janeiro de 91

João Pinheiro da Silva.

“Certifico que (...) os autógrafos dos telegramas particulares transmitidos por esta estação durante a 1a. quinzena do mês de setembro último:

1º.: não deparei com telegrama algum assinado pelo suplicante nos termos que alude o artigo publicado na Gazeta de Notícias de 21 do corrente pelo Sr. Augusto Vaz Mourão.

2º.: Não deparei também com telegrama algum transmitido pelo suplicante, que, em linguagem clara e precisa, aconselhasse a quem quer que fosse o emprego da força pública ou de bico de pena. O referido é verdade.

Estação telegráfica em Ouro Preto, 22 de janeiro de 1891

O encarregado

Antônio Joaquim Gonçalves Lima”⁴⁷⁷

Esse tipo de comportamento de Pinheiro, requisitando uma declaração da estação telegráfica nos termos acima expressos, o diferencia da elite política de seu tempo. Fica clara a intenção de assumir compromisso com o funcionamento do sistema eleitoral estabelecido e legitimá-lo. Desautoriza todos os que, em seu nome, tentam manipular a disputa pelo poder, por meio da força ou de fraudes. Em 1906 quando é alçado ao cargo máximo do Estado de Minas Gerais João Pinheiro termina assim seu Manifesto-programa:

“O povo de Minas Gerais tem-se governado dentro da Liberdade e da Ordem. Isto, porém, não basta.

É preciso também promover, resolutamente, o progresso em meio de uma paz digna, porque não exclui as lutas, em meio de lutas fecundas, porque se realizam sem se sobrepor às leis.

A escrupulosa gestão dos dinheiros públicos, a inteira obediência às leis, o máximo respeito às liberdades do cidadão, o acatamento aos reclamos da opinião publica, a livre manifestação das urnas – são as fontes saudáveis onde o coração republicano bebe forças e alento para ser digno dos princípios que professa e do ideal que ama.

⁴⁷⁷ PINHEIRO, João. 21/01/1891. Cx. 1, Doc. 3

Com eles e por eles, o mais obscuro filho da livre e generosa terra de Minas Gerais ousa apresentar-se às suas urnas, com a alma cheia dos santos pensamentos de suas tradições, de suas glórias, de sua paz, de seu progresso e do seu glorioso destino.

Caeté, 7 de fevereiro de 1906.

*João Pinheiro da Silva.*⁴⁷⁸

Sua gestão comprovará que essas não são palavras vazias. A liberdade não será respeitada apenas no discurso, e para desconforto dos companheiros do Partido Republicano Mineiro, o discurso se tornará prática.

Outras duas questões merecem ser apontadas. A primeira se refere ao embate entre o moderno, o desejo de transformação e, a resistência a este movimento de racionalização da vida social, econômica e política, sustentada, sobretudo pela Igreja Católica e homens ligados a esta instituição. A partir deste embate é que João Pinheiro definirá o campo do moderno como o de sua atuação. O seu projeto político tem como centro a busca pelo progresso: criar condições para a transformação do meio-ambiente e do próprio homem. Marco concreto e de grande valor simbólico deste desejo do novo, do moderno, foi o projeto da construção da nova capital de Minas, uma cidade totalmente nova, planejada e projetada pela razão. Por um lado, viria a resolver o problema das divisões regionais no Estado, criando um espaço neutro, onde todas as regiões poderiam se “encontrar”, por outro, prepararia Minas para se modernizar.

Outra questão merecedora de menção, refere-se a marca profunda carregada por João Pinheiro da experiência da pobreza e da dificuldade de ascensão social, vivenciada por ele. Mas, se as dificuldades o marcaram, também a sua própria trajetória demonstrava a

⁴⁷⁸ PINHEIRO, João. **Ao Povo Mineiro**. Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado, Caeté, 07/02/1906, publicado no *Minas Gerais* de 12/02/1906. In. BARBOSA, 1980. Op. Cit. Pp. 177-197

possibilidade desta ascensão e por isso buscará colocar como das preocupações centrais de seu projeto político a educação, via pela qual conseguiu adentrar os círculos da elite brasileira e que, por isto, acreditava poder oferecer esta possibilidade a um número cada vez maior de indivíduos. Diferenciava-se de seus pares da elite política mineira de seu tempo principalmente por esta proveniência das camadas mais pobres da população. Esta trajetória fará com que se distancie da maioria dos políticos brasileiros da República Velha que, na quase totalidade, provinham de tradicionais famílias, há muito partícipes do poder. Reiteramos, assim, a afirmação de Afonso Arinos de que, uma vez chegando ao poder, João Pinheiro não se solidariza com as elites de sua época pois, não tinha a mesma proveniência daqueles homens. Pinheiro terá crença na educação como forma de transformar o homem, integrando indivíduos à cidadania e preparando-os para as necessidades da modernização pretendida.

A hipótese central de nosso trabalho foi a de que João Pinheiro apreendeu um republicanismo que “sobreviveu”, sobretudo na região mineradora de Minas Gerais, sob a influência da Inconfidência Mineira. Que a este ideário, somou-se o positivismo conferindo ao projeto republicano de Pinheiro um caráter antiliberal, com a defesa da intervenção do Estado no âmbito econômico. Para melhor compreender esta elaboração a diferença entre a teoria republicana e liberal precisa ser explicitada:

“Por “liberalismo” entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitados, contrapondo-se, portanto, ao Estado absoluto e ao Estado que hoje chamamos de social; por “democracia” entende-se uma das várias formas de governo, nas quais o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte. Um Estado liberal não é necessariamente democrático. Um governo democrático não dá necessariamente vida a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico

*foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até alcançar o sufrágio universal.”*⁴⁷⁹

Nesta formulação, o conceito de República equivale ao de democracia, aproximação entre conceitos, presente em trabalho de Renato Janine Ribeiro.⁴⁸⁰ Desfeita a confusão entre democracia/republica e liberalismo, podemos tratar do projeto político de João Pinheiro que, em nosso entender, era republicano, na preocupação com a preservação do Estado de Direito e com a liberdade em suas diversas manifestações. Distanciava-se, porém, do liberalismo, tendendo mais para o chamado “Estado social”, segundo a formulação acima citada ou, na melhor formulação,

*“...a do Estado despertador de energias, colaborador dos indivíduos na conquista do meio, preparador das vias do advento das soluções futuras, pela socialização vindoura dos meios de produção.”*⁴⁸¹

Pinheiro, tinha no exemplo da Constituição norte-americana, o formato da Federação, a divisão dos poderes executivo, legislativo e judiciário, o sistema bicameral e o presidencialismo, enfim, o modo de se estruturar um governo republicano em um território de amplas dimensões como o Brasil. Tanto a Constituição brasileira, da qual Pinheiro foi constituinte, quanto a de Minas Gerais, que teve em Pinheiro uma das lideranças a influenciar sua elaboração, seguem este modelo. Como defendemos no capítulo II, a Constituição dos Estados Unidos preservada no arquivo privado de João Pinheiro, com a

⁴⁷⁹ FERREIRA, Nuno Miguel Costa Cristo Miranda. **Liberalismo e Democracia**. Centro de Estudos Jurídicos, Políticos e Sociais, [s. n.] pp. 1 – 2

⁴⁸⁰ Renato Janine Ribeiro defende em seu texto esta proximidade entre as duas idéias. RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus República. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

⁴⁸¹ IGLESIAS, Francisco. Ação e Pensamento de João Pandiá Calógeras. In: Idem. (Org.). **Idéias políticas de Pandiá Calógeras**. Brasília: Senado Federal, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. p. 40

data de impressão de 1822, permite intuir, a busca por se “aproximar” do movimento da Inconfidência e a influência recebida do republicanismo norte americano.⁴⁸²

No começo de nosso trabalho explicitamos a escolha pela teoria clássica republicana ou, como a denomina Quentin Skinner, neo-romana, para apreensão do significado do republicanismo em João Pinheiro. A teoria republicana clássica permite jogar nova luz sobre as ações de João Pinheiro. Helena Bomeny, por exemplo, ao analisar o projeto de João Pinheiro em relação ao ideal de uma sociedade de pequenos proprietários como defendeu a partir de sua chegada ao governo de Minas em 1906, atribui esta concepção à “*utopia liberal americana*”.⁴⁸³ Este ideal de uma sociedade de pequenos proprietários pode ser melhor compreendido, a nosso ver, sob a ótica da teoria republicana clássica. Segundo esta teoria, a propriedade serviria para conferir ao indivíduo autonomia e esta permitiria sua participação na vida pública.⁴⁸⁴

Mas este é apenas um exemplo das possibilidades de análise das ações republicanas de Pinheiro quando se parte, não da teoria liberal, mas da teoria republicana clássica. Esta teoria, somada a exata compreensão do significado antiliberal que Pinheiro atribuía ao positivismo, permitem apreender as diferenças de seu projeto em relação ao projeto liberal existente à sua época, defendido principalmente pelos republicanos paulistas e, em relação ao projeto eminentemente positivista, defendido pelos republicanos gaúchos.

⁴⁸² Cf. Capítulo III.

⁴⁸³ BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: Modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994. P. 165

Abstract

The research investigates the political background of João Pinheiro da Silva (1860-1908). It ranges between the years 1868 and 1888. It pursues the meaning of education provided by the educacional institutions wich he attended (Seminário de Mariana, Escola de Minas de Ouro Preto e Faculdade de Direito de São Paulo) and the influence of the political and ideological contests held at that time. The environment of Minas Gerais state, with its regional specificities, its republican tradition linked to self-government, to positive liberty, to the American Revolution and to Civic Humanism, contributes to João Pinheiro's political background. The Escola de Minas de Ouro Preto inculcated the sense of science and reason and the first contact with the positivist ideas into João Pinheiro. In São Paulo, by the time he gained his bachelor's degree in law, the prospect of coming within the spheres of political elites opened up to him. The coexistence with the positivist group of Escola Normal affects his political background. He starts his political activities by associating with Clube Republicano Mineiro de São Paulo. Documents of his private archives, speeches, interviews and articles are analysed. The references include works on political conflicts, socioeconomic changes and the institutions he was linked to, in addition to works about him. The positivist ideas influenced the Escola de Minas de Ouro Preto. Henry Gorceix, its founder and director during all the imperial period, maintained connections not only with the central power but also with the elite of Minas Gerais state. The education João Pinheiro received at Escola de Minas was the one that enfluenced him the most. As a result of his political background, he articulated political thought in wich he commends the indirect intervention of the State into the private sphere, aiming at economic development by joining republicanism and positivism. Such thought stands between the liberal and Welfare State (Estado-Providência) theories.

⁴⁸⁴ POCOCK, J. G. A. **A Mobilidade da propriedade e o nascimento da sociologia do século XVIII**. In: Idem. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. P. 141

Fontes

Arquivo privado de João Pinheiro da Silva

Correspondências

De SILVA, José Pinheiro da (pai), Ouro Preto-MG para PINTO, Luís Antônio, Serro-MG. 9/12/1869, cx 2, doc 14.

De Carolina Augusta de Moraes (mãe de Pinheiro), para PINTO, Luís Antônio. Serro-MG. 9/12/1869, 23 /04/1871, cx 1, doc. 1.

De SILVA, João Pinheiro da, Nossa Senhora do Porto-MG. Para PINTO, Luís Antonio. Serro-MG, 10/01/1868, cx 2, doc. 13.

De SILVA, João Pinheiro da, para PINTO, Luís Antonio. 10/02/1883, cx. 2, doc. 21

De SILVA, João Pinheiro da, São Paulo-SP, para PINTO, Luís Antonio. Serro-MG. 8/06/1884, cx 2, doc 23.

De SILVA, João Pinheiro da, para PINTO, Luís Antonio. 31/03/1888, cx. 2, doc 37.

De SILVA, João Pinheiro da, Ouro Preto-MG, para PINTO, Luís Antonio, Serro-MG. 15/11/1889, cx 2, doc 137.

De SILVA, João Pinheiro da, Caeté, para CALOGERAS, João Pandiá. 25/2/1905, cx 12, doc 1620.

De GORCEIX, Henry, Ouro Preto, para SILVA, João Pinheiro da. 20/01/1890, cx 3, doc. 217.

De SANTO ANTÔNIO, (pe.) João de, para SILVA, João Pinheiro da, 28.10.1907, cx 1, Doc. 32

Arquivo privado João Pinheiro documentos diversos

Dossiê relativo ao processo criminal envolvendo o italiano Jose Pinheiro da Silva em 1862; 09/05/1862. Série I, documentos pessoais, cx 1, doc 1.

Dois cadernos de anotações de mecânica e física. Série I, documentos pessoais, cx 1, doc 12.

Dossiê Relativo ao Partido Republicano Mineiro. Série IV, diversos, cx 30 Doc. 3721.

GORCEIX, Henry. **Estradas de Rodagem.** Série IV, diversos, cx 30, doc. 3751.

Relação dos documentos pertencentes ao arquivo do Dr. João Pinheiro. Série IV, Diversos, cx. 30, doc. 3752

Estados Unidos da América. **Constituição.** Lisboa: Typografia Morandiana, 1821. Série VII, folhetos, cx 31, doc. 5.

Discursos, entrevistas e documentos oficiais*

Ata da primeira reunião do Partido Republicano de Ouro Preto. Ouro Preto, 03/06/1888. (71-75)

Manifesto do Congresso Republicano. Publicado no *O Pais*, Rio de Janeiro, 8/12/1888. (79-84)

* Os documentos encontram-se transcritos em: BARBOSA, Francisco Assis de. *Idéias Políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC, 1980. Os números entre parênteses correspondem às páginas no qual se encontra a transcrição.

Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Discurso Proferido na sessão de encerramento, 20/05/1903. (153-155)

Ao Povo Mineiro. Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado, Caeté, 07/02/1906, publicado no *Minas Gerais* de 12/02/1906. (177-197)

O novo governo de Minas. Entrevista concedida a *O Paiz*, em 19/07/1906. (199-224)

Ao Chefe de Polícia. Belo Horizonte, 20/09/1906. (231-232)

Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte, 15/06/1907. (257-300)

A Missão dos Historiadores. Discurso na sessão inaugural do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 15/08/1907. (303-306)

Emancipação do café. Editorial do *Minas Gerais*, 05/01/1908, autoria atribuída a João Pinheiro, encimando o regulamento para a execução da Lei nº. 454, de 6-9-1907, motivada pelo Convenio de Taubaté. (325-329)

Maior Produção de Cereais. Editorial do *Minas Gerais*, 12/01/1908, autoria atribuída a João Pinheiro. (331-334)

Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte, 15/06/1908.(351-394)

Arquivo Privado Alferes Luiz Antônio Pinto

De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 04/10/1861, série 3.3, cx 3, doc 2.

De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 30/05/1862, série 3.3, cx 3 doc 4.

De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 26/07/1862, série 3.3, cx 3, doc 5.

De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 06/11/1865, série 3.3, cx 3, doc 10.

De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 24/11/1865, série 3.3, cx 3, doc 11.

De PINTO, Luiz Antônio, para PINTO, Antônio Pedro (seu pai). 01/10/1868, série 3.3, cx 3, doc 18.

De PINTO, Francisco Alves (seu cunhado), N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 23/02/1868, série 3.4, cx 3, doc 33.

De MORAES, Carolina Augusta de, N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 08/03/1869, série 3.4, cx 3, doc 36.

De PINTO, Francisco Alves, N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 02/07/1869, série 3.4, cx 3 doc 41.

De MORAES, Carolina Augusta de, N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 09/07/1869, série 3.4, cx 3, doc 42.

De MORAES, Carolina Augusta de, N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 16/07/1869, série 3.4, cx 3, doc 43.

De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luiz Antônio. 22/09/1869, série 3.4, cx 3, doc 47.

De PINTO, Francisco Alves, N. Senhora do Porto-MG, para PINTO, Luiz Antônio. 08/03/1870, série 3.4, cx 3, doc 53.

De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luiz Antônio. 05/02/1871, série 3.4, cx 3, doc 61.

De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luiz Antônio. 02/04/1872, série 3.4, cx 3, doc 71.

De MORAES, Carolina Augusta de, para PINTO, Luiz Antônio. 22/08/1876, série 3.4, cx 4, doc 77.

Artigos de jornais

O Constitucional, 19/08/1870.

O Manual Republicano de Julio Barni. Jornal Colombo, Campanha, 07/07/1878, pp. 3-4. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, Edição Comemorativa Inconfidência/República. Belo Horizonte, 1990, ano XXXVIII.

Poderá um homem ser catholico sem ser ultramontano? O Bom Ladrão. Marianna, 20/02/1875.

Viva O Imperador! Campanha, 16/03/1878, p. 1. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, Edição Comemorativa Inconfidência/República. Belo Horizonte, 1990, ano XXXVIII

Dr. João Pinheiro. Minas Geraes, Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Bello Horizonte, 03/12/1905, anno XVI, n. 282.

Estado de Minas, Belo Horizonte, Domingo, 30/01/1966, num. 10.932, ano XXXVIII. Suplemento Dominical, APJP série VIII, cx 31, doc 2.

COBRA, Amador. **O Presidente de Minas.** APJP, Série VI, Caderno 1, p. 79, doc 110, cx. 32

O Incentivo, Lavras, 01/11/1908, num 51, ano III, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 3.

Pezames a Nação! A NOSSA HOMENAGEM. O Itabirano, Itabira do Matto Dentro, 01/11/1908, num. 2, anno I, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 4.

O GRANDE MORTO. Jornal de Santa Rita, Santa Rita do Sapucahy, 8 de novembro de 1908, num. 262, anno VI, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 5.

Dr. João Pinheiro. Lar Catholico, Juiz de Fora, 1 de novembro de 1908, n. 24, anno I, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 6.

Dr. João Pinheiro. O Povo, Bicas, 1 de novembro de 1908, num. 45, ano 11º, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 7.

A Grande Perda. O Reflexo, Sete Lagoas, 01/11/1908, n. 7, anno V, APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 8.

A Semana, Ouro Preto, 31/10/1908, numero 115. APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 9.

Stella, Ferros, 01/11/1908, num. 3, anno I. APJP, série VIII, jornais, cx 31, doc. 10.

A Vanguarda, Bello Horizonte, 8 de novembro de 1908, num. 68, anno III, APJP, série VIII, cx 31, doc. 11.

CARVALHO, Cypriano de. **João Pinheiro da Silva.** O Jornal – Edição especial do Minas Gerais. APJP,série VI, caderno 3, doc 149

Diversos

De Genere Et Moribus João de Santo Antônio. Armário 13, No. 738, Arquivo da Cúria de Mariana.

Livro de Matrículas e contas do Seminário de Mariana, Folha 75, Arquivo da Cúria de Mariana.

“Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos factos relativos a ella acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 26 de abril de 1792”, *Revista do IHGB*, vols. 62-3, t. 44 (1881), pp. 140-60.

Recueil de loix constitutives des États-Unis de l'Amérique, Suíça,1778.

Recueil de Loix Constitutives dès États – Unis de l'Amérique, Filadélfia,1778.

Papéis avulsos. Pasta João Pinheiro. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Meios de Propaganda. Pasta João Pinheiro, IHGMG.

Requerimento de matrícula de João Pinheiro na EMOP. 04/11/1880. Arquivo da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Livro de correspondência recebida, requerimento alunos.

Decreto n.º 6026 – de 6 de novembro de 1875. Crêa uma Escola de minas na Província de Minas Geraes e da-lhe regulamento. Capítulo III Art. 9.º

Decreto N. 7628 – de 14 de fevereiro de 1880. Altera diversas disposições relativas à Escola de Minas de Ouro Preto.

Impresso da Sociedade de Geographia Econômica do Estado de Minas, Ouro Preto, 26 de janeiro de 1890. Arquivo da Escola de Minas de Ouro Preto.

Bibliografia

ALEIXO, Pedro. **Na Câmara dos Deputados: Só a virtude é o Fundamento da República.** In: COELHO, 1960.

ALONSO, Ângela. De positivismo e positivistas: interpretações do positivismo brasileiro, **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 42, 2. semestre de 1996, Pp. 109-134.

_____. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. 392 p.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII.** Belo Horizonte: Com Arte, 1998.

ARENDT, Hannah. **Da revolução.** Brasília/São Paulo: Editora Universitária de Brasília/Editora Ática, 1988.

ASSIS, Raquel Martins de. A importância da educação e da tradição: ligações do jornal religioso *Selecta Catholica* (1846-1847) sobre o cultivo das faculdades da alma e do espírito humano. **Memorandum**, 8, 2005, p. 106-115.

BANDEIRA DE MELO, Ciro Flávio de Castro. **Pois Tudo é Assim... Educação, Política e Trabalho em Minas Gerais (1889-1907).** Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, junho de 1990. (Dissertação de mestrado).

BARBOSA, Francisco de Assis. **João Pinheiro. Documentário sobre sua vida.** Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966. p. 248 – 250.

_____. **João Pinheiro e seu ideal republicano.** In: Idem. *João Pinheiro. Documentário sobre sua vida pública: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas.* Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, No. 1, 1966. pp. 11-22

_____. **Cronologia.** In: *Ibidem* pp. 23-50

- _____. **Idéias políticas de João Pinheiro. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados.** Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. 415 p.
- _____. **Introdução: João Pinheiro e seu ideal republicano.** In: *Ibidem*. Pp. 39-66
- _____. João Pinheiro e sua liderança em Minas. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 1, n. 1, 1986.
- BARBOSA, Juscelino. **João Pinheiro: páginas de saudade.** In: João Pinheiro e sua Doutrina (1889-1908) [s. n.]
- BARMAN, Roderick J. The Brazilian peasantry reexamined: the implications of the Quebra-Quilo Revolt, 1874-1875. **Hispanic American Historical Review**, v. 57, n. 3, August, 1977, pp.
- BELOFF, Max. **Jefferson e a democracia americana.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360 p.
- BIGNOTTO, Newton. **Origens do republicanismo moderno.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 301 p.
- BOCAIÚVA, Quintino. 1879. A questão social. In: SILVA, E. (Org.). **Idéias políticas de Quintino Bocaiúva.** Brasília Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, 1986. Citado In: ALONSO, 2002. 186 p.
- BOJUNGA, Cláudio. **O artista do impossível.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: modernistas mineiros.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.
- _____. Pinheiro da mineiridade. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v.5, n. 2, mai/ago, 1990.

- _____. O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da Biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995. p. 281-282.
- _____. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). **Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BOTELHO, Tarcisio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341.
- CALMON, Pedro. Século XIX – O Império e a ordem liberal. In: CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961. 6 v. p. 1481-1887.
- CALÓGERAS, Pandiá. A Escola de Minas e Ouro Preto. Discurso proferido em 1931. In: **Pandiá Calógeras na opinião de seus contemporâneos**. São Paulo: Typ. Siqueira, 1934. 17 p.
- CAMPOS, Milton. **No Senado**. In: COELHO, 1960.
- CARVALHO, André, BARBOSA, Waldemar. **Dicionário Biográfico; Imprensa Mineira**. Belo Horizonte: Armazém de idéias, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras; a política imperial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. 436 p.
- _____. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Nacional/Financiadora de Estudos e Projetos, 1978.
- _____. **A formação das almas: o imaginário da república do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

- _____. Minas e as utopias ou as utopias de Minas. In: ANDRÉS, Aparecida (Org.). **Utopias: sentidos Minas margens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993. 204 p.
- _____. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CHACON, Vamireh. A Genealogia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro: João Pinheiro, Vargas, JK e Israel Pinheiro. In: GOMES, 2005. pp. 193-215
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Teófilo Ottoni – Ministro do povo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.
- CHANTREL, J. **História Popular dos Papas**. Tradução de Antônio José de Carvalho. Guimarães: Livraria Editora de Teixeira de Freitas, Tomo III, 1879.
- COATSWORTH, Jonh H. Railroads and the Concetration of Landownership in the Early Porfiriato. **Hispanic American Historical Review**, vol 54, n. 1, february, 1974.
- COELHO, Copérnico Pinto. **Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva**. Belo Horizonte: separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Vol. VII, 1960.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 490 p.
- CUNHA, Alexandre Mendes. **Esses espaços das Minas Gerais: considerações acerca de um conceito dinâmico de região e seu uso à interpretação dos processos espaciais em curso entre os séculos XVIII e XIX**. [s.n.]
- DUARTE, Regina Horta. **Notícia sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DULCI, Otavio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, 2005. pp. 109-136

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Constituição**. Lisboa: Typografia Morandiana, 1821.

FARIA, Maria Auxiliadora. **A Política da Gleba: as classes conservadoras mineiras**. Discurso e prática na Primeira República. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. 1992. Liberdade, Ordem e Progresso.

FERREIRA, Nuno Miguel Costa Cristo Miranda. **Liberalismo e democracia**. Centro de Estudos Jurídicos, Políticos e Sociais. [s. n.]

FOOT HARDMAN, Francisco. **Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2^a. ed, 2005.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 3^a. ed., 1977.

FRANCO, Augusto. **Dr. João Pinheiro: ensaio biographico e político**. Bello Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 2^a. edição, 1906.

FREITAS, Marcus Vinicius de. **Charles Frederick Hartt: um naturalista no império de Pedro II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 282 p

FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002. p. 58.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963.

FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A cultura clerical e a folia popular. **Rev. Brás. Hist.** [on line]. 1997, v.17, n.34 [cited 20 April 2006].

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. **Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo.** In: Idem. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais.** In: Idem, 2005. pp. 79-108

_____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro n. 21, 1988.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX:** os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia, do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola. [s. n.]

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. **Anal. & Conj.**, Belo Horizonte, 1(2), mai./ago., 1986

HOUAISS, Antonio, VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922 p.

IGLESIAS, Francisco. Ação e Pensamento de João Pandiá Calógeras. In: Idem. (Org.). **Idéias políticas de Pandiá Calógeras.** Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

_____. Apresentação. In: CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória.** Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Nacional/Financiadora de Estudos e Projetos, 1978.

João Pinheiro e o ensino profissional em Minas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social/Biblioteca Pública de Minas Gerais “Prof. Luís de Bessa”, Publicações da coleção mineiriana, nº 1, 1970. p. 54

João Pinheiro e sua Doutrina (1889-1908) [s. n.] [Etiqueta colada na folha de rosto: “EDIÇÃO EM BENEFÍCIO DOS ALUNOS DO INSTITUTO JOÃO PINHEIRO”] 117 p.

João Pinheiro e sua Doutrina: 1889-1908. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984. [Edição Fac-similar]. 148 p.

KRUGER, Walter José Von. **Prefácio**. In: LIMA, Margarida Rosa de. **D. Pedro II e Gorceix: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto**. São Paulo: Fundação Gorceix, 1977.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, 1999, p. 2 .

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Elementos Estáticos da Teoria Política de Augusto Comte. **Revista de Sociologia e Política**, nº 23, nov. 2004, 63-78.

LIMA, Margarida Rosa de. **D. Pedro II e Gorceix: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto**. São Paulo: Fundação Gorceix, 1977.

LINS, Ivan. A formação filosófica de João Pinheiro e seus ideais humanos, políticos e sociais. In.: COELHO, 1960.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª. ed., 1967.

LOPES, Francisco Antonio. Joaquim da Maia Jovem brasileiro procurou interessar Thomaz Jefferson, num movimento tendente a libertar sua pátria do domínio português. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. VI, 1959.

MACÊDO, M. K. de. **Revoltas populares na Província do Rio Grande: o "Quebra-Quilos" e o "Motim das Mulheres"**. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/rnnaweb/>>. Acesso em: 4 jun. 06.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 41, 2001.

MATA MACHADO FILHO, Aires da. Vida e política de Francisco Sales, **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 18, janeiro de 1965. p. 122 – 130.

MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 2, n. 1, janeiro/abril, 1987, 115 p.

MATTOS, Mario. **O Solitário de Caethé**. In: **João Pinheiro e sua Doutrina (1889-1908)** [s. n.]

MATTOON JR, Robert H. Railroads, Coffe, and the Grwth of Big Business in São Paulo, Brazil. **Hispanic American Historical Review**, vol 57, n. 2, may, 1977.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. 4. ed. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

MAXWELL, Keneth R. **A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 317p.

_____. A Inconfidência Mineira: dimensões internacionais. In: **Ibidem. Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Conjuração mineira: novos aspectos. **Estud. Av.**, v. 3, n. 6, May/Aug, 198, p. 904-924

_____. **Marques de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1996.

MAYER, Arno J. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. Prefácio; Introdução.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Atualidade de João Pinheiro. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, set./dez., 1980.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Trabalho e território: as missões católicas no interior do Estado do Amazonas – Brasil. **Scripta Nova**, Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociales, Univerdidad de Barcelona, v. VI, n. 119 (11), 2002.

MENEZES, Messias Gilmar. **Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto, no crepúsculo do Império**. 2005. 30 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **A fisionomia das cidades mineradoras.** Texto apresentado no painel Urbanização e Modernidade em Minas Gerais No Século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. DIAMANTINA, 8. 13 de Maio de 1998. 10 p.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **João Pinheiro e a Instrução.** In: COELHO, Copérnico Pinto. Op. Cit.

_____. **História de Belo Horizonte de 1897 a 1930.** [s. n. t.].

MOREIRA, Vivaldi. João Pinheiro, Místico da Ação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais,** Belo Horizonte, Vol. VIII, 1961, pp. 271-281.

_____. **João Pinheiro, Estadista Atual.** In: João Pinheiro e sua Doutrina: 1889-1908. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984. [Edição Fac-similar]. Pp. 15-39

MOURA, Antônio de Paiva, DUARTE, Juliana de Souza, et al. O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-89). **Revista do Arquivo Público Mineiro, Edição Comemorativa Inconfidência/República.** Belo Horizonte, 1990, ano XXXVIII

MUZZI, Hezick. **João Pinheiro – Instrumento da Cultura.** In: COELHO, 1960.

NOBREGA, Dormervilly. **História em Quadrinhos de um Iluminado.** In: COELHO, 1960.

O'BRIEN, Thomas F. The Antofagasta Company: A Case Study of Peripheral Capitalism. **Hispanic American Historical Review,** vol 60, n. 1, february, 1980.

OLIVEIRA, Rejane Márcia Freitas de. João Pinheiro: o educador. **Análise & Conjuntura,** Belo Horizonte, V. 5, n^o 2, maio-agosto 1990.

PAIM, Antônio. Introdução. In: Idem (org.) **Plataforma Política do Positivismo Ilustrado.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As Muitas Faces da História: Nove entrevistas.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PEIXOTO, José Maria Pinto. Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência. In RIHGB, tomo 56, 1893, p.25. In: CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001. 66 p.

PEREIRA, Sady da Cunha. Exaltada no Legislativo Mineiro a Figura do Grande Líder Republicano. In: COELHO, 1960.

PIMENTA, Cornélio Octávio Pinheiro. João Pinheiro, Israel Pinheiro e a busca da modernidade plena. In: GOMES, 2005. pp. 269-287

PIMENTA FILHO, Dermeval. Marco Glorificador da Memória de João Pinheiro. In: COELHO, 1960.

PINHEIRO FILHO, Israel. Discurso de agradecimento. In: COELHO, 1960.

PINTO, Geraldo Sardinha (Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social). Introdução. In: **João Pinheiro e o ensino profissional em Minas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social/Biblioteca Pública de Minas Gerais “Prof. Luís de Bessa”, Publicações da coleção mineiriana, nº 1, 1970. pp. 5-6

_____. Cronologia Sucinta da administração de João Pinheiro. In: Idem. [Nota à página 51: “Esta cronologia é transcrição da organizada por Francisco de Assis Barbosa, na obra “João Pinheiro”, omitindo-se, porém, aqueles dados que não interessam propriamente ao nosso tema, isto é, aqueles que não se referiam a decisões governamentais com respeito à agricultura, indústria e ensino.”]Pp. 43-51

PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A idea republicana em Minas; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano. **Revista do Archivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, Imprensa Official de Minas Gerais, ano XXI, fascículo I, janeiro a março, 1927, p. 20-21.

PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci Del Nero da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos Avançados**, 14: (38), 2000.

POCOCK, J. G. A. A Mobilidade da propriedade e o nascimento da sociologia do século XVIII. In: Idem. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

POCOCK, J. G. A. O Pensamento Político no Atlântico de Fala Inglesa, 1760-1790. Parte I: A Crise do Império. In: Idem. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Civic humanism and its role in Anglo-American thought. **Politics Language and Time**.

REIS, Aarão. O Regime Político e o Papel do Estado. In: PAIM, Antônio. (org.) **Plataforma Política do Positivismo Ilustrado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 209-214.

RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus República. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

RODRIGUES, José Carlos. **Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 20.

SÁ, [Senador] Francisco. Elogio de João Pinheiro. In: **João Pinheiro e sua Doutrina (1889-1908)** [s. n.]

SANTOS, Lucio Jose dos. O trigésimo aniversário da Escola de Minas. **Annaes da Escola de Minas**, Ouro Preto, Typographia Medeiros, 1906, p. 7-13.

_____. Augusto Comte e a classificação das sciencias. **Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto**, Ouro Preto: [s.n.], nº 6, 1903. pp.164-179.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita; COSTA, Adilson Rodrigues da. A Escola de Minas de Ouro Preto, “Sociedade de Geographia Econômica de Minas Gerais” e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX. **REM**, Ouro Preto, 58 (3), jul./set., 2005.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 10, no. 19, 1997.

SENNÁ, Caio Nelson de. **João Pinheiro da Silva** – sua vida – sua obra – seu exemplo. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1941.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Maria da Conceição. **A Igreja Católica e o casamento no Brasil, 1860-1890**. [s. n.]

SILVA, Pe. Belchior Cornélio da. Viagem de D. Viçoso ao Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. XI, 1964.

Siqueira, Moema M. de. Elites Políticas em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte n. 29 jul. 1970 173-179

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do Liberalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2 v.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TAMM, Paulo. **João Pinheiro: obra premiada pela Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: [s. n.], 1947.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. A Respeito de João Pinheiro. In: COELHO, 1960.

_____. **Historia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 3. ed., 3 Vol., Vol. 2, 1980.

TRINDADE, Raymundo. **Breve notícia dos Seminários de Mariana**. Publicação comemorativa do Bicentenário de seminário. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1951.

VIANNA, Luiz Werneck, CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República e Civilização Brasileira. In. BIGNOTIO, Newton. **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

VALLENILLA, Nikita Harwich. Venezuelan Positivism and Modernity. **Hispanic American Historical Review**, vol 70, n. 2, may, 1990.

XAVIER JR., Mario. **Os selos de telégrafo no Brasil**. Disponível em: <<http://raphaelsalem.br.tripod.com/raphaelsalemfilatelista/id18.html>>. Acesso em: 4 jun. 06.